



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

SANDRINALVA SANTOS SILVA

**A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO
SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO NEOJIBA**

Salvador
2015

SANDRINALVA SANTOS SILVA

**A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO
SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO NEOJIBA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisele Marchiori
Nussbaumer

Salvador
2015

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar de que forma o Programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Neojiba, prioritário do Governo do Estado da Bahia, que oferece gratuitamente o ensino e prática da música orquestral e coral para crianças, adolescentes e jovens baianos, cumpre com o propósito de integração social dos seus beneficiários. A análise será feita com base na contextualização do projeto, a partir da conjuntura em que foi criado, bem como sua metodologia e modo de gestão. Objetivando demonstrar a percepção dos proponentes e beneficiários sobre o Programa, a pesquisa apresenta relatos de entrevistas realizadas com os mesmos.

Palavras-chave: Neojiba; educação musical; política cultural; desenvolvimento social.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor e suporte.

À Soraia, por tudo.

À Gica, pela orientação e comprometimento.

À equipe do Neojiba, por toda a atenção dada durante a minha pesquisa.

Aos meus amigos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial à Rosane por ter me permitido conhecer o Neojiba através do seu olhar carinhoso e à Camila, Gabriela, Gabriel e Maily, vocês tornaram os meus anos de faculdade mais prazerosos.

“Sharing music is one of the most powerful ways humans bond together, and this has obvious survival value.”
Oliver Sacks (2009)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. POLÍTICAS CULTURAIS, MÚSICA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	10
1.1. Políticas Culturais.....	10
1.1.1. Conceitos.....	10
1.1.2. Políticas culturais no Brasil e na Bahia.....	13
1.1.3. A gestão não estatal da cultura.....	17
1.2. Música, educação musical e transformação social.....	19
1.3. Iniciativas de ação social pela música.....	23
1.3.1. O “El Sistema”	23
1.3.2. Projeto Guri.....	25
2. NÚCLEOS ESTADUAIS DE ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS DA BAHIA	29
2.1. Histórico.....	29
2.2. Organograma, estrutura e gestão.....	31
2.3. Núcleos e beneficiários.....	35
2.3.1. Núcleo de Gestão e Formação Profissional.....	35
2.3.2. Núcleos de Prática Orquestral e Coral.....	36
2.3.3. Beneficiários.....	38
2.4. Outras atividades.....	42
3. NEOJIBA: CULTURA, EDUCAÇÃO MUSICAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	45
3.1. O ponto de vista dos gestores.....	45
3.2. A voz dos beneficiários.....	49
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICES	64

INTRODUÇÃO

Em 2001 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO lançou o livro *Cultivando vida, desarmando violência: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*¹. A publicação é fruto de uma pesquisa feita em diversos estados do Brasil que mapeou projetos sociais voltados para crianças e jovens, nas áreas de arte, cultura e esporte. O objetivo era dar visibilidade aos projetos de modo que tais experiências servissem de base para a criação de políticas públicas para a juventude.

Na Bahia foram identificadas cinco organizações: o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, fundado em 1872; o Grupo Cultural Olodum, de 1979; o Circo Picolino, fundado em 1985; o Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA e a Fundação Cidade Mãe, ambos fundados em 1993. O que elas tinham em comum? Todas objetivavam a promoção da cidadania aos jovens que faziam parte delas, atuando nas áreas de educação, arte e cultura. Com exceção do Liceu de Artes, fechado em 2007, as outras instituições continuam a ser referência no estado no trabalho pela busca do desenvolvimento social e cultural de seus beneficiados.

A publicação da UNESCO listou alguns termos que compunham os discursos tanto dos proponentes dos projetos, quanto dos beneficiários e de seus pais ou responsáveis, que formavam o universo da pesquisa realizada. Entre os termos estão: protagonismo juvenil, conscientização identitária e autoestima, todos inter-relacionados e incorporados aos propósitos de desenvolvimento que integram as políticas públicas sociais no país.

A transversal relação entre cultura e desenvolvimento já existe no Brasil há muito tempo, assim como os projetos sociais formatados a partir de tal perspectiva. Entretanto, nos últimos anos o crescimento do número de iniciativas de caráter sociocultural foi significativo, principalmente aquelas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Essa realidade estimulou o objetivo desta pesquisa em avaliar o modo como tais projetos influenciam a vida dos seus beneficiários. Para isso, analisamos a experiência do Núcleo Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Neojiba, programa prioritário do

¹ <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127136porb.pdf>

Governo do Estado da Bahia, que atua por meio do ensino e prática musical com o propósito de integração social de crianças, adolescentes e jovens.

A escolha do Neojiba como objeto de estudo foi intencionada primeiramente pela dimensão que a iniciativa está alcançando no estado, tornando-se referência no trabalho que faz, mas também pelo contexto de sua criação no ano de 2007, que refletiu uma mudança na gestão do Governo do Estado e, por conseguinte, na administração do setor cultural na Bahia.

Neste trabalho, apresentaremos a metodologia desenvolvida pelo Programa, sua proposta pedagógica, histórico e forma de gestão. Abordaremos ainda a visão dos proponentes e dos beneficiários sobre a função do ensino e prática da música como meio para a integração social e o papel do Neojiba nesse processo.

As informações sobre o Programa foram coletadas através do site, revisão de relatórios e documentos, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com diretores e coordenadores do Neojiba e alguns de seus integrantes. Foram entrevistados os seus diretores geral, musical e institucional, os gerentes pedagógico e administrativo-financeiro, assim como a coordenadora de desenvolvimento social. Dentro do universo de beneficiários foram selecionados cinco membros em cada uma das principais orquestras do Núcleo de Gestão e Formação Profissional, as Orquestras Juvenil da Bahia, Castro Alves e Pedagógica Experimental, somando 15 entrevistados. A escolha dos jovens foi feita aleatoriamente, com a ajuda dos monitores das orquestras e o critério de estar no projeto há mais de um ano.

No primeiro capítulo, denominado *Políticas Culturais, Música e Integração Social*, faremos uma breve contextualização das políticas públicas para a cultura nos últimos anos a nível nacional e como isso influenciou a administração pública do setor no território baiano. Para melhor compreensão, trataremos também do conceito de políticas culturais e abordaremos novas formas de administração, neste caso a publicização, modelo adotado para a gestão do Neojiba.

Destacaremos ainda iniciativas públicas de desenvolvimento social que se utilizam da arte e da cultura como ferramentas, usando como referência o Projeto Guri, de São Paulo, e o El Sistema, da Venezuela, programas que trabalham com o ensino e prática da música de forma coletiva para alcançar o objetivo da inclusão social, e para melhor entender como este trabalho pode contribuir para uma mudança na vida dos que são beneficiados

por ele, falaremos sobre a importância da educação musical para o desenvolvimento cognitivo e social do ser humano.

No segundo capítulo, *Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia*, destacaremos sobre o funcionamento e as ações do Neojiba, a partir da apresentação do seu histórico e estrutura organizacional, além da descrição da metodologia utilizada junto aos seus Núcleos e integrantes.

Em *Neojiba: Cultura, Educação Musical e Transformação Social*, terceiro capítulo da monografia, evidenciaremos o Programa do ponto de vista dos gestores e dos seus jovens beneficiários, a partir da reprodução de depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com os mesmos.

Por fim, na *Conclusão* ressaltaremos o importante papel que a cultura possui na estruturação das propostas de desenvolvimento social do país e como o Neojiba se constitui como referência no trabalho de desenvolvimento sociocultural da população jovem do estado.

1. POLÍTICAS CULTURAIS, MÚSICA E INTEGRAÇÃO SOCIAL

1.1. Políticas Culturais

Assistimos recentemente a inserção do setor cultural na agenda pública da sociedade contemporânea como importante fator de desenvolvimento social, econômico e político do país. Essa inserção ocorre, sobretudo, após uma mudança na esfera da cultura decorrente, afirma Albino Rubim, da chamada “autonomização do campo cultural”. Segundo o autor, em seu texto *Políticas culturais: entre o possível e o impossível* (2007), o advento da modernidade proporcionou à cultura considerável autonomia quando comparado ao seu histórico anterior de dependência em relação a outros setores sociais como a religião e a política².

Rubim afirma que com sua autonomização a cultura passou a articular e inaugurar “instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos.” (2007, p. 141). A partir daí, em sua transição de referência simbólica, para “esfera social determinada que pode ser estudada em sua singularidade” (Idem), a cultura ganha relevância e transforma-se em um lugar de enfrentamentos entre seus atores sociais e alvo das políticas públicas de Estado a nível federal, estadual e municipal.

Considerando a importância de compreender o lugar que a cultura atualmente ocupa na sociedade, as transformações ocorridas nas políticas públicas para o setor, e como isso influencia o desenvolvimento social do país, abordaremos a seguir o conceito de política cultural e faremos um breve panorama sobre o histórico das políticas públicas para a cultura no Brasil e na Bahia, destacando os principais acontecimentos que deram formatação para as políticas como estão estruturadas hoje.

1.1.1. Conceitos

A compreensão do que hoje se entende por política cultural vem de um empenho realizado por pesquisadores da área partindo na maioria das vezes de uma análise empírica do setor

² O autor afirma que a cultura tomou novo significado social quando a religiosidade, antes tida como fator de legitimação política, foi substituída por uma predisposição laica dos Estados Modernos.

e suas práticas. No entanto, poucos estudos foram realizados sobre a esfera das políticas culturais mais voltados para uma definição conceitual de seu termo.

Segundo Rubim (2007), as questões teórico-conceituais foram postas em um plano secundário, em detrimento de uma maior atenção direcionada aos “trabalhos acerca de momentos específicos acontecidos em dinâmicas nacionais e locais e sobre algumas temáticas inscritas nas políticas culturais, como o financiamento da cultura” (RUBIM, 2007, p. 139).

Dentre os esforços já feitos, está o relatório apresentado pela UNESCO após a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, ocorrida em 1998³, onde são expostos alguns dos princípios básicos que configurariam uma inter-relação sustentável entre cultura e desenvolvimento⁴. Nele foram descritos os propósitos das políticas culturais, que tem por finalidade última “estabelecer objetivos, criar estruturas e obter os recursos adequados para criar um ambiente humano favorável” (UNESCO, 1998, p.13)⁵. Assim, de acordo com o documento,

As políticas culturais devem promover a criatividade em todas as suas formas, facilitando a acessibilidade às práticas e experiências culturais para todos os cidadãos, sem distinção de nacionalidade, raça, sexo, idade, incapacidade física ou mental; enriquecer o sentimento de identidade e a plena participação de cada indivíduo e cada comunidade, e apoiá-los em sua busca por um futuro digno e seguro [...]; deverão estar direcionadas a melhorar a integração social e a qualidade de vida de todos os membros da sociedade sem discriminação [...]; devem levar em conta o conjunto de elementos que determinam a vida cultural: a criação, a conservação e a difusão do patrimônio cultural. Deve-se encontrar um equilíbrio entre esses fatores a fim de poder implementar uma política cultural eficaz, observando sempre que a promoção, a difusão e a acessibilidade à cultura torna-se impossível se não há garantia de que a dinâmica da criatividade esteja protegida por uma eficiente proteção legislativa. (UNESCO, 1998, p. 14 e 15; tradução nossa)⁶

³ A Conferência aconteceu entre os dias 30 de março e 2 de abril de 1998, no Centro Municipal de Conferências de Estocolmo. O evento reuniu representantes de 149 governos, organizações não governamentais e intergovernamentais internacionais, com o objetivo de discutir os princípios da relação entre cultura e desenvolvimento, antecipados no relatório Nossa Diversidade Criativa, da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.

⁴ <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001139/113935so.pdf>

⁵ “fijar los objetivos, crear las estructuras y obtener los recursos adecuados para crear un medio humano favorable.”

⁶ “Las políticas culturales han de promover la creatividad en todas sus formas, facilitando la accesibilidad a las prácticas y experiencias culturales para todos los ciudadanos, sin distinción de nacionalidad, raza, sexo, edad, incapacidad física o mental, enriquecer el sentimiento de identidad y plena participación de cada individuo y cada comunidad, y apoyarles en su búsqueda de un futuro digno y seguro[...]; deberán estar dirigidas a mejorar la integración social y la calidad de vida de todos los miembros de la sociedad sin discriminación [...]; deben tener en cuenta el conjunto de elementos que determinan la vida cultural: la creación, la conservación y la difusión del patrimonio cultural. Se debe hallar un equilibrio entre estos factores a fin de poder implementar una política cultural eficaz, observando siempre que la promoción, la

A perspectiva apresentada pela UNESCO aproxima-se da definição dada por Teixeira Coelho em seu livro *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997), onde o autor propõe a conceituação de algumas noções embutidas no campo das políticas culturais. Segundo ele,

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 293)

Em sua descrição do verbete, Teixeira Coelho proclama para as políticas culturais o caráter de “ciência da organização das estruturas culturais” (COELHO, 1997, p. 9). Parte desta definição é contestada por Alexandre Barbalho em seu texto *Política Cultural* (2005). Para o autor, “a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e essas intervenções não são científicas, na medida em que política e cultura não são sinônimos nem se confundem com ciência.” (BARBALHO, 2005, p. 35)

A definição de Teixeira Coelho, classificada por Barbalho como objetivista, apresenta a política cultural como uma estrutura aparelhada, responsável pela administração do campo da cultura, confundindo a política com a gestão cultural. Contudo, Barbalho assegura que o sentido da política cultural não deve estar limitado a simples tarefas administrativas pois, citando McGuingan (1996, p. 01), lembra que ele envolve “conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (BARBALHO, 2005, p. 37). Tal como afirma Nestor Canclini, quando diz que “uma boa política cultural [...] abarca também os movimentos do jogo e experimentação, promove as buscas conceituais e criativas por meio das quais cada sociedade se renova” (CANCLINI, 1987, p. 60, tradução nossa).⁷

Devemos sempre considerar que uma política cultural, suas formulações e conceituações, transformam-se em consonância com a mudança do que se entende por cultura, já que

difusión y la accesibilidad a la cultura resulta imposible si no se garantiza que la dinámica de la creatividad está protegida por una eficiente protección legislativa.”

⁷ “Una buena política cultural [...] abarca también los movimientos de juego y experimentación, promueve las búsquedas conceptuales y creativas a través de las cuales cada sociedad se renueva.”

esta incide diretamente na constituição de suas políticas. Como afirma Rubim, o conceito de cultura é imanente à política cultural e a amplitude de seu conceito, “não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas”. (RUBIM, 2007, p. 149)

1.1.2. Políticas Culturais no Brasil e na Bahia

As políticas culturais, tidas como um conjunto de intervenções pensadas e realizadas por organismos governamentais e não governamentais, que tem por objetivo desenvolver a cultura em seu aspecto simbólico, econômico e social, partindo de uma concepção de cultura para além das belas-artes, e que responde às necessidades culturais de uma sociedade, só começaram a ser delineadas no Brasil muito tardiamente. Isso ocorreu principalmente porque o cenário da cultura nacional foi historicamente marcado por autoritarismos, descontinuidades, desatenção, impasses e desafios (RUBIM, 2007).

As primeiras experiências na área das políticas públicas para a cultura no país surgem no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), em dois momentos específicos, que de acordo com Rubim (2007), inauguraram as tradições das políticas culturais no Brasil. São eles o período em que Mario de Andrade foi responsável pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo (1935 – 1938) e a gestão de Gustavo Capanema no então Ministério da Educação e Saúde (1934 – 1945).

A gestão de Mário de Andrade foi caracterizada por uma importante ampliação da definição de cultura, pensando-a como elemento crucial à vida dos cidadãos, “tão vital como o pão”. Dentre outras de suas contribuições, destaca-se a abrangência das diversas áreas da cultura nas intervenções do Estado; a admissão do patrimônio também como imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; além das missões etnográficas realizadas nas regiões amazônica e nordestina, com o propósito de investigar suas populações, estilos de vida, histórias e modos de expressão cultural. (RUBIM, 2007, p.15). Para Isaura Botelho, essa foi uma experiência inovadora na época,

O primeiro exemplo de uma política pública de cultura no sentido que encaramos hoje, dando conta de todo o universo da produção cultural em sentido abrangente (esporte, turismo, culinária, design, por exemplo) e incluindo em suas preocupações todas as camadas da população, inclusive a

infantil. Considerando que uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. (BOTELHO, 2007, p. 112-113)

As ações de Mario de Andrade no Departamento de Cultura estavam em confluência com as intervenções realizadas por Capanema a nível federal no Ministério. “Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural” (CALABRE, 2007, p. 88), como a criação de diversos órgãos que configurariam uma regulação da política cultural ufanista da época, que se utilizavam da educação e da produção cultural como forma de divulgação dos ideais nacionalistas que impregnavam o país, a exemplo da Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA (1931), projeto idealizado por Anísio Teixeira durante sua gestão no Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal e dirigido pelo músico Heitor Villa-Lobos. Entre outras funções, cabia ao órgão a orientação “cívico-artística musical” das instituições de ensino do município. De acordo com Maurício Parada em seu artigo *Som da nação: educação musical e civismo no Estado Novo (1937-1945)*,

A Superintendência de Educação Musical e Artística atuou, durante o Estado Novo, como um órgão executivo e doutrinário. Sua atuação permitiu o surgimento de especialistas e circunscreveu o campo sobre o qual o ensino da música orfeônica deveria atuar. Criou formas entendidas por todos como legítimas para a mobilização e controle de uma vasta e importante parcela da população da Capital Federal e redimensionou o lugar da música dentro das políticas culturais do Estado brasileiro. (PARADA, 2009, p. 183).

Após a Era Vargas as políticas para a cultura foram marcadas por ações pontuais de aparelhamento do setor, com a criação de órgãos públicos que institucionalizavam a autoritária atuação dos governos militares, como o Conselho Federal de Cultura (1966), responsável pela análise dos pedidos de verba do agora Ministério da Educação e Cultura (MEC).⁸

Com o Presidente José Sarney no poder (1985 – 1989), o mercado passa a ser o polo privilegiado das decisões sobre a produção cultural no país, com a criação da Lei Sarney, primeira lei de incentivos fiscais para financiamento da cultura, que será substituída pela Lei Rouanet na gestão Collor de Melo (1990 – 1992), marcada por uma administração conturbada para o setor, com a exclusão de importantes órgãos institucionais da cultura, entre eles o Ministério da Cultura, criado por Sarney em 1985.

⁸ Em 1953, o então Ministério da Educação e Saúde divide-se em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Após o impeachment de Collor, Itamar Franco assume o poder (1992 – 1994), recria o Minc e amplia a lógica dos incentivos fiscais, tornando as políticas culturais sinônimo de leis de incentivo.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), com seu slogan “Cultura é um bom negócio”, foi considerado “o momento de consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados.” (CALABRE, 2007, p. 95)

Essa sucessão de equívocos resultou em uma política cultural deficitária em diversos aspectos e, na maioria das vezes, secundarizada em detrimento de outras prioridades políticas e financeiras dos governos vigentes.

Quando em 2003 Lula é eleito e escolhe Gilberto Gil para estar à frente do Minc, presenciamos uma reestruturação do paradigma político cultural no Brasil. A ausência do Estado no campo da cultura, espelho do modelo neoliberal defendido pelos governos anteriores, foi substituída por um reposicionamento do Estado sobre o setor. Em seu discurso de posse para o cargo de ministro, Gil afirmou que o Estado não deveria se omitir, deixando a responsabilidade pela formulação e execução das políticas públicas para a cultura nas mãos do “deus-mercado”. Assim que,

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. [...] Não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. (GIL, 2003)⁹

Sendo a cultura compreendida na sua gestão em sua dimensão antropológica, como aquilo que “se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3). Cultura como “tudo o que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando”. (BOTELHO, 2001, p. 4)

A entrada de Gil para o Minc funcionou como uma escolha estratégica para o desenvolvimento cultural do Brasil. Além do aditivo simbólico da figura artística

⁹ <http://www.cultura.gov.br/discursos>. Acesso em 19 de março de 2015.

internacionalmente conhecida, que daria larga visibilidade para o cenário cultural nacional, o então ministro trouxe uma nova forma de pensar a cultura no país, ampliando o seu conceito para além das expressões artísticas e dando o aporte para a manutenção, criação e difusão das expressões artísticas para além daquelas consideradas oficiais, assumindo toda a diversidade cultural do Brasil. Sua gestão estava firmada na garantia da cultura como direito universal de todo cidadão como prevista no Art. 215 da Constituição Federal.¹⁰

Na Bahia, as políticas culturais entraram em comunhão com as transformações realizadas a nível federal quando, em 2007, Jaques Wagner foi eleito governador, modificando as estruturas da gestão cultural no estado a partir da criação da Secretaria de Cultura – Secult, nomeando o diretor teatral Marcio Meirelles para a pasta e desvinculando a administração do setor da extinta Secretaria de Cultura e Turismo, criada em 1995 pelo então governador Paulo Souto (1995 – 1999).

A cultura na Bahia até então estava atrelada ao turismo local, uma das principais fontes de renda do estado, e diretamente subordinada ao seu desenvolvimento. Com a criação da Secult, um novo panorama é apresentado para o âmbito da cultura estadual.

As políticas culturais desenvolvidas desde então têm como seu horizonte a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança dos valores presentes na sociedade. (SECULT, 2014, p. 6)

Em seu livro *Políticas Culturais na Bahia Contemporânea* (2014), onde apresenta um panorama da esfera cultural e das políticas públicas desenvolvidas na Bahia nos últimos anos e uma análise das ações realizadas pela Secult no período em que foi secretário da pasta, Rubim admite que “a tradição baiana no campo das políticas culturais tem reproduzido as dinâmicas nacionais de ausências, autoritarismos e instabilidades, com algumas pequenas nuances” e que por muito tempo a Bahia vivenciou a ausência das mesmas. (RUBIM, 2014, p. 19). Contudo, desde a gestão do ex-secretário de Cultura, Márcio Meireles, o aprofundamento da territorialização, o fortalecimento da institucionalidade cultural, a compreensão sobre o crescimento da economia da cultura no estado, a ampliação dos diálogos interculturais e o alargamento das transversalidades

¹⁰ Da Constituição Federal, Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

da cultura, foram fatores imprescindíveis para a consolidação de uma cidadania cultural, onde a cultura se realiza como direito de todo cidadão.

1.1.3. A gestão não estatal da cultura

Em seu artigo *Políticas culturais: entre o possível e o impossível* (2007), pretendendo uma delimitação epistemológica das políticas culturais, Rubim apresenta algumas perspectivas que abrangem o campo e contribuem para sua análise. Um dos tópicos apontados trata da “delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais”, que atualmente não se restringe somente ao Estado. A “complexificação da intervenção estatal” citada pelo autor refere-se à ampliação do quadro de agentes que passam a configurar a esfera da cultura. O número de organizações que ofertam bens e serviços de mesmo interesse que o poder público é crescente. São novos atores, paraestatais e não estatais que “igualmente têm performance pronunciada sobre a cultura e as políticas culturais na contemporaneidade.” (RUBIM, 2007, p. 151).

Este é o caso de Organizações Sociais como o Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM, entidade pioneira na Bahia, responsável pela gestão e desenvolvimento do Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Neojiba, em conjunto com o Governo do Estado, que foi fundada em 2008 com o objetivo de promover, incentivar e apoiar a prática da música orquestral e coral infanto-juvenil no território baiano¹¹.

O contrato entre o IASPM e o Governo do Estado funciona por meio de um mecanismo chamado “publicização”, que permite que entidades de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais – OS ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP possam firmar tipos diferentes de parcerias com o governo a nível federal, estadual e municipal. A relação entre o poder público e as Oscips funciona através de um termo de parceria com o Governo para financiamento das suas atividades, enquanto que as OS possuem um contrato de gestão que lhe dá responsabilidade sobre a administração de ações e patrimônios públicos. Assim, diferentemente do que acontece em um processo de privatização,

O que é transferido à sociedade é a gestão de um equipamento ou serviço público, mediante a qualificação de uma organização não-governamental –

¹¹ <http://neojiba.org/iaspm/>

ONG – e a assinatura de um contrato de gestão que estabelece as bases da parceria. Concretamente, fixam-se metas associadas a serviços a serem prestados por esta ONG e, como contraprestação, valores que o poder público deve repassar. (COSTIN, 2005, p. 110)

As OSs foram criadas em 1998 e as Oscips em 1999, como parte do Plano Diretor da Reforma do Estado, que reconfigurou as ações de parceria entre o governo e o chamado Terceiro Setor. Esse modelo de publicização funciona como uma redistribuição de encargos, de forma a superar as fragilidades e promover as potencialidades que tanto o Estado, quanto as instituições qualificadas como OS e Oscips possuem, convergindo para uma gestão pública favorecida.

Não só na área da cultura, mas também em outros setores, a oferta de bens e serviços públicos esbarra em diversos problemas que dificultam e às vezes impossibilitam o desenvolvimento dos mesmos. A lentidão decorrente do excesso de burocracias, a ausência de recursos e a corrupção são apenas alguns deles. Em sua dissertação *Por uma cultura pública: Organizações Sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal na área da cultura*, Elizabeth Ponte aborda os reflexos ocorridos no campo da cultura, após a adoção do modelo de publicização no país. De acordo com a autora, a gestão pública não estatal surge como uma alternativa às deficiências da administração pública de espaços e programas culturais.

A realidade mostra que a gestão de espaços, projetos e programas culturais públicos está sujeita a muitos problemas, enfrentados também em outras áreas da administração pública, e que são incompatíveis com a atividade cultural: pouca agilidade, como um dos reflexos do excesso de formalidades burocráticas para compras, reformas, contratações e realização de serviços; utilização irracional de recursos; dificuldades ou impossibilidade de captação ou patrocínio, etc. (PONTE, 2010, p. 40).

Na Bahia, outro exemplo da parceria entre o poder público e o Terceiro Setor na área da cultura é a Cidade do Saber, complexo educativo-cultural gerido pelo Município de Camaçari e pelo Instituto Professor Raimundo Pinheiro, instituição civil sem fins lucrativos, que atua na administração de serviços nas áreas da educação informal, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento social através da inclusão¹².

O Instituto Professor Raimundo Pinheiro, assim como o IASPM, faz parte da Associação Brasileira das Organizações Sociais de Cultura – ABRAOSC, entidade privada sem fins lucrativos, criada em 2013 com o objetivo de propor e promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento da gestão pública não estatal no

¹² <http://www.cidadedosaber.org.br/quem-somos/instituto-professor-raimundo-pinheiro/>

país. Segundo informações do site da ABRAOSC, São Paulo é o estado brasileiro que possui o maior número de experiências em publicização de serviços culturais, atualmente são 20 Organizações Sociais gerindo quarenta espaços e programas.¹³

Tais experiências de publicização são também uma forma de ampliar a participação da sociedade civil dentro da gestão pública, auxiliando nas responsabilidades sociais que a princípio caberiam ao Estado, mas que são preteridas em decorrência dos já citados empecilhos burocráticos, financeiros e institucionais que acometem a máquina pública. Ainda de acordo com Ponte,

A publicização não constitui, evidentemente, a solução aos problemas de muitos setores do Estado. Podendo ser comparada a um remédio que combate os efeitos, mas não a doença, a gestão pública não estatal não representa a solução, mas talvez um caminho viável para uma melhora da atuação do Estado em áreas como a cultura. (PONTE, 2010, p.111)

1.2. Música, educação musical e transformação social

O principal objetivo deste trabalho é analisar como o Neojiba, iniciativa que utiliza a educação e prática musical como ferramenta, cumpre com o seu propósito de integração social dos seus beneficiados e de que maneira contribui para o desenvolvimento sociocultural dos mesmos. Para isso, abordaremos aqui a função social da música e o reconhecimento de seu caráter formativo.

A educação musical, assim como descreve Teixeira Coelho, era apresentada por Platão em *A República*, como fundamental para a educação do cidadão. Isso porque a música, junto com a ginástica e a aritmética, eram consideradas as três áreas essenciais à formação humana. À música cabia fornecer “a vivência e a noção de ritmo, sem o que não há juízo, caráter, filosofia, nada. São o ritmo e a harmonia que, penetrando fundo na mente, criam as bases para a formulação e geração do bom, do belo e do adequado.” (COELHO, 1997, p. 58).

A educação musical é a parte principal da educação, porque o ritmo e a harmonia têm o grande poder de penetrar na alma e tocá-la fortemente, levando com eles a graça e cortejando-a, quando se foi bem-educado. E também porque o jovem a quem é dada como convém sente muito vivamente a imperfeição e a feiura nas obras da arte ou da natureza e experimenta justamente desagrado. Louva as coisas belas, recebe-as alegremente no espírito, para fazer delas o seu alimento, e torna-se assim nobre e bom; ao contrário, censura justamente as

¹³ <http://abraosc.org.br/>

coisas feias, odeia-as logo na infância, antes de estar. (Trecho de A República, Platão)¹⁴

Teca Alencar de Brito (2001), cita Hans-Joachim Koellreutter (1998) para descrever a visão do músico e professor sobre a função da educação musical. Segundo ele, o ensino da música não estava resumido a orientações sobre técnicas e procedimentos para a sua execução. Koellreutter entendia a importância da música para a vida do ser humano e proclamava como um dos seus pilares pedagógicos a inter-relação da música com as outras formas de arte, a ciência e a vida cotidiana (BRITO, 2001, p. 2). Para ele, a educação musical tinha a função de,

desenvolver a personalidade do jovem como um todo; de despertar e desenvolver faculdades indispensáveis ao profissional de qualquer área de atividade, como, por exemplo, as faculdades de percepção, as faculdades de comunicação, as faculdades de concentração (autodisciplina), de trabalho em equipe, ou seja, a subordinação dos interesses pessoais aos do grupo, as faculdades de discernimento, análise e síntese, desembaraço e autoconfiança, a redução do medo e da inibição causados por preconceitos, o desenvolvimento de criatividade, do senso crítico, do senso de responsabilidade, da sensibilidade de valores qualitativos e da memória, principalmente, o desenvolvimento do processo de conscientização do todo, base essencial do raciocínio e da reflexão. [...] Trata-se de um tipo de educação musical que aceita como função a tarefa de transformar critérios e ideias artísticas em uma nova realidade, resultante de mudanças sociais (KOELLREUTTER, 1998, p 39-45 apud BRITO, 2001, p. 3)

Em 2008, com a Lei nº 11.769, a educação musical no Brasil se tornou obrigatória no currículo escolar das instituições de ensino públicas e privadas. O ensino da arte em instituições da educação básica consta como obrigatório no país desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta o sistema educacional do Brasil. A obrigatoriedade da arte como componente curricular nas escolas tem por objetivo o desenvolvimento cultural dos alunos, sendo a liberdade do ensino e aprendizagem, pesquisa e divulgação da arte e da cultura, princípios bases da educação nacional.¹⁵

As propostas de projetos e programas pedagógicos, públicos ou privados, de cunho social, fundamentados na formação do indivíduo através das artes e da cultura são uma realidade em diversas partes do mundo. A arte se desdobrou para além do seu caráter estético e tornou-se recurso estratégico para o desenvolvimento social. Sua produção e/ou apreciação assumem uma função educacional. No seu artigo *O ensino da música num*

¹⁴ http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf. Acesso em 29 de março de 2015

¹⁵ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm

mundo modificado (1977), Koellreutter afirma que a arte condiciona-se em função da sociedade em que está representada.

Um tipo específico de sociedade condiciona um tipo específico de arte, porque a função da arte varia de acordo com as intenções e as necessidades da sociedade, porque o sistema social, o sistema de convivência inter-humana é governado pelo esquema de condições econômicas; porque é das necessidades objetivas da sociedade que resulta a função da arte. (KOELLREUTTER, 1977)

16

A educação pela arte que, durante a Era Vargas, teve papel mobilizador e civilizatório com o ensino do canto orfeônico, transforma-se em instrumento de inclusão e desenvolvimento social em um Brasil de novas estruturas econômicas e sociais. Seja a partir de uma perspectiva de capacitação profissional ou apenas como atividade “extracurricular”, temos conhecimento de projetos exitosos, que conseguiram alcançar milhares de pessoas e contribuir para mudanças consideráveis em seus espaços de intervenção.

A abordagem de cunho socioeducacional, envolvendo as práticas musicais e o processo pedagógico-musical, pressupõe a interpretação e análise dos diferentes contextos do mundo social, intrínsecos e idiossincráticos dos atores sociais. A compreensão das práticas musicais, enquanto articulações socioculturais permeadas de formas e conteúdos simbólicos, se refletem no fluxo e refluxo da organização social e no modo de ser dos respectivos grupos. Trata-se, portanto, da construção e reconstrução das identidades sociais e culturais desses grupos. (KLEBER, 2006, p. 31)

Referindo-se às artes visuais, Teixeira Coelho, aponta três valores em que se baseiam o ensino da arte, são eles o psicológico, o sociológico e o educacional. O primeiro, foca nos efeitos do processo criativo em arte sobre o desenvolvimento mental, emocional e criativo do indivíduo; o segundo, no papel e funções da arte na sociedade, nas escolas e na vida dos que criam arte e, por fim, o valor educacional, presente nos estudos sobre a história, a filosofia, a metodologia e as técnicas utilizadas nos processos educacionais da arte. (COELHO, 1997, p.55).

Segundo Ana Mae Barbosa (2004), o ensino da arte possibilita o desenvolvimento da percepção e imaginação do indivíduo, e permite analisar sua realidade criticamente, desenvolvendo sua criatividade de maneira a modificá-la. Isso porque a arte não está separada da vida social e sensível de cada sujeito. O conhecimento sobre ela permite o conhecimento sobre sua própria cultura e com isso, o entendimento do lugar em que cada um ocupa na sociedade. Compreender o lugar a que pertence é talvez o primeiro passo

¹⁶ http://www.atravez.org.br/ceem_6/mundo_modificado.htm. Acesso em: 24 de março de 2015

para se constituir como um agente ativo, capaz de intervir diretamente em seu espaço social.

Nessa perspectiva, a educação musical não tem o papel apenas de profissionalizar o artista, mas de desenvolver sua personalidade, sua sensibilidade e, com isso, despertar capacidades que serão exigidas não somente no campo musical, mas em todos os outros âmbitos da vida profissional e pessoal de cada sujeito. Para Koellreutter (1990), o perfil funcional da música pode e deve ser intensificado e desenvolvido em diversos campos de atividade sociais, seja na educação, em terapias ou reabilitações sociais, “a música funcional pode fazer-se presente de uma forma dinâmica e produtiva” e afirma que,

É necessário que a arte se converta em fator funcional de estética e humanização do processo civilizador em todos os seus aspectos. Somente o ensino da música como arte ambiental e socialmente funcional - e, portanto, enquanto arte aplicada a atividades extra-musicais, mas funcionais na sociedade - contribuirá para a conscientização do homem brasileiro e para o desenvolvimento da população.” (KOELLREUTTER, 1990)¹⁷

Magali Oliveira Kleber (2006) se utiliza da noção de fato social total proposta por Marcel Mauss (1925) para pensar o processo pedagógico-musical em projetos socioculturais de ONGs como um fenômeno social que, envolvendo diferentes dimensões e contextos, não deve ser reduzido a um processo de ensino e aprendizagem musical. Ao contrário, converte-se em um espaço de integração e formação musical e social, que irá influenciar na vida pessoal e profissional de seus integrantes, para além do ambiente físico de aprendizagem.

A complexa troca de bens, materiais e simbólicos, feita em sociedade, onde as coisas adquirem personalidade e atributos é o que irá constituir um fato social total. Aqui o social e o individual estão imbricados e, com isso, pode-se pensar que as relações de trocas simbólicas e materiais da prática educativo-musical são extrapoladas na perspectiva dos projetos sociais de educação musical, possibilitando “constituir redes de sociabilidade mobilizando motivações internas, consubstanciadas em ações nos diferentes contextos: institucional, histórico, sociocultural e de ensino e aprendizagem musical.” (KLEBER, 2006, p. 36)

¹⁷ http://www.atravez.org.br/ceem_1/terceiro_mundo.htm. Acesso em: 29 de março de 2015

1.3. Iniciativas de ação social pela música

1.3.1. O “El Sistema”

O Sistema Nacional de Orquestras e Coros Juvenis e Infantis da Venezuela é uma referência mundial em projetos de inclusão social por meio da educação musical. Seu modelo pedagógico e de gestão inspirou a criação de outros projetos de mesmo caráter em mais de 40 países. Atualmente, há pelo menos um projeto nos moldes do El Sistema em cada um dos cinco continentes. No Brasil, além do Neojiba, o El Sistema inspirou outros projetos como o Guri e o Instituto Baccarelli, no estado de São Paulo, as organizações não governamentais Orquestrando a Vida e Ação Social pela Música, no Rio de Janeiro e o Projeto Cidadão Musical, que funciona na cidade de Curitiba, no Paraná.

O programa do governo venezuelano foi criado no ano de 1975, pelo maestro e músico José Antônio Abreu com o objetivo de “sistematizar a educação e prática musical através de orquestras e coros, como instrumento para a organização social e desenvolvimento humano”.¹⁸ O El Sistema tem núcleos espalhados por todo o território nacional e cada cidade venezuelana possui uma orquestra sinfônica juvenil. Seu objetivo é alcançar o maior número possível de crianças e jovens, para que todos possam fazer parte do programa.

De acordo com informações do seu site, no ano de 2013 o El Sistema beneficiava mais de 700.000 (setecentos mil) crianças, adolescentes e jovens, tocando em 1.305 (mil, trezentos e cinco) orquestras e 1.121 (mil, cento e vinte e um) coros, contando com mais de 9.000 professores. Na publicação de 2014, *Tocar, Cantar y Luchar*¹⁹, o programa apresenta a meta de alcançar 1.000.000 (um milhão) de beneficiados até 2019.

A Fundação Musical Simón Bolívar, responsável por sua gestão, dedica-se ao “resgate pedagógico, ocupacional e ético da infância e juventude, através da educação e prática coletiva da música”, com o propósito de capacitar, prevenir e recuperar a população mais vulnerável do país.²⁰

¹⁸ <http://fundamusical.org.ve/>

¹⁹ <http://fundamusical.org.ve/wp-content/images/Brochure-El-Sistema-Venezuela-ENF-ESP-150315-.pdf>

²⁰ <http://fundamusical.org.ve/>

A Fundação Musical Simón Bolívar (Fundamusical Bolívar) rende hoje frutos de esperança ao ser o berço de milhares de meninos e meninas, adolescentes e jovens venezuelanos que cumprem através da música seus sonhos de realização pessoal e profissional. Músicos que cada dia oferecem a seu país novas possibilidades de superação e vitalidade. Eles simbolizam o esforço para que perdure no tempo, e se estenda a outras esferas da atividade cultural, o que se reconhece como o milagre venezuelano. (FUNDAÇÃO SÍMON BOLÍVAR, 2013; tradução nossa)^{21 22}

Em seu artigo *El Sistema Nacional para las Orquestas Juveniles e Infantiles. La nueva educación musical de Venezuela*, Freddy Sánchez afirma que na proposta educacional do El Sistema acentua-se a formação integral do indivíduo e, ao mesmo tempo, o caráter coletivo da aprendizagem. E espera-se que, “esta aprendizagem seja fator transformador das condições familiares e da qualidade de vida tanto do estudante como do seu entorno social.” (SÁNCHEZ, 2007, p. 65).

Sánchez faz uma análise sobre os aspectos que, segundo ele, seriam os principais motivos para o sucesso alcançado pelo Sistema de Orquestras venezuelano. São eles: o seu líder, o maestro José Antônio Abreu e a sua paixão pelo projeto, transformada em dedicação que inspira a todos; os venezuelanos que, de acordo com o autor, têm o talento musical como uma potencialidade intelectual reconhecida como endógena entre o povo; a posição humanista, o modelo de aprendizagem e mecanismos de motivação para os beneficiários e o compromisso social adotado, presente nos fundamentos filosóficos, psicológicos e sociológicos do programa; o currículo, que se adapta às condições regionais de onde se aplica e, por fim, o financiamento do Estado venezuelano.

Jonathan Andrew Govias (2011), em uma tentativa de descrever de forma sintética o El Sistema, escreveu o texto *The Five Fundamentals of El Sistema*,²³ onde apresenta cinco fundamentos que tentam explicar as bases do programa venezuelano e que irão nortear suas práticas. O primeiro e principal fundamento descrito por Govias é o objetivo de mudança social por meio da busca pela excelência musical. Ele está interligado aos outros fundamentos apresentados pelo autor: prática em conjunto, frequência, acessibilidade e

²¹ “La Fundación Musical Simón Bolívar (Fundamusical Bolívar) rinde hoy frutos de esperanza al ser cantera de miles de niños, niñas, adolescentes y jóvenes venezolanos que cumplen a través de la música sus sueños de realización personal y profesional. Músicos que cada día le ofrecen a su país nuevas posibilidades de superación y vitalidad. Ellos simbolizan el esfuerzo para que perdure en el tiempo, y se extienda hacia otras esferas de la actividad cultural, lo que se reconoce como el milagro musical venezolano.”

²² <http://fundamusical.org.ve/> . Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

²³ <https://elsistemausa.files.wordpress.com/2011/09/govias-five-fundamentals-of-el-sistema.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2015

conectividade. Todos estão coesos de forma a se alcançar a pretendida transformação social.

De acordo com Govias, o principal caminho para a execução do El Sistema é a prática coletiva da música, onde os músicos que compõem as orquestras e coros aprendem e ensinam simultaneamente, em um sistema de cooperação, a fim de alcançar o sucesso. A máxima frequência é o que irá criar maior possibilidade de influência positiva por parte do programa, isso não só minimiza as chances de contato com oportunidades de risco, mas também amplia o envolvimento com o grupo, através das constantes interações.

O fundamento da acessibilidade é crucial para que qualquer jovem possa fazer parte do El Sistema, dessa forma, todas as atividades oferecidas são gratuitas e a admissão ao programa não exige qualquer habilidade musical prévia, facilitando o acesso dos que nunca tiveram oportunidades de contato com a música anteriormente. Por fim, Govias fala do fundamento da conectividade, com base nele o El Sistema se estrutura como uma rede, onde todos os seus núcleos e módulos, bem como seus grupos musicais estão integrados em um circuito que percorre toda a Venezuela.

Govias cita ainda alguns princípios que, segundo ele, fundamentam não somente o El Sistema, mas qualquer organização de sucesso. São eles: a paixão pela missão, qualidade do produto, considerável governança e liderança, uma gestão financeira ética e responsável, compromisso com a inovação e neutralidade política. Tais fundamentos, juntamente com a intensidade e a paixão do fazer musical, abordados pelo autor como qualidades essenciais ao El Sistema, irão possibilitar ao programa venezuelano cumprir com o objetivo de fornecer aos seus participantes a oportunidade de terem sucesso tanto como músicos, como quanto seres humanos.

1.3.2. Projeto Guri

O Projeto Guri foi criado em 1995 com o objetivo de desenvolver e incluir, social e culturalmente, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da música. Segundo metas estabelecidas pelo programa, esse público alvo deve compor no mínimo 70% do seu quadro de beneficiários. No texto que compõe o relatório

anual de 2013 do programa²⁴, reitera-se a importância do desenvolvimento social como sua finalidade última.

Este pressuposto é a base que reafirma o Projeto Guri como política pública de acesso aos bens e direitos culturais, colaborando para a educação integral de seus alunos e famílias. À medida que se entende o desenvolvimento humano de gerações em formação como o aprimoramento e amadurecimento de crianças, adolescentes e jovens nas suas múltiplas dimensões (motora, afetiva, intelectual, estética, ética e social), torna-se fundamental a ampliação das condições de acesso e permanência no Projeto Guri, trabalhando para minimizar os obstáculos que impedem determinados segmentos da população de ingressar no projeto ou continuar frequentando as aulas. (ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PROJETO GURI, 2013, p. 27)

O programa atualmente possui mais de 410 polos de ensino espalhados pelo estado de São Paulo recebendo crianças e jovens com idades entre de 6 e 18 anos ou 12 a 21 anos, no caso dos beneficiários atendidos em um dos 58 polos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, que presta assistência a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade (internação) e semiliberdade²⁵. Ter experiência prévia com instrumentos musicais não é uma exigência, para fazer parte do Guri, basta apresentar comprovação de frequência escolar.

Segundo informações do site do projeto, a iniciativa está presente em 316 municípios, atendendo a aproximadamente 47 mil crianças e jovens. Mantido pelo Governo do Estado de São Paulo, sua gestão é feita pela Organização Social de Cultura Associação Amigos do Guri, responsável pelos polos do interior e litoral paulista, e pela Santa Marcelina Organização Social de Cultura, no caso das unidades da capital, atendendo a uma resolução da Secretaria da Cultura do Estado²⁶.

A missão de oferecer educação musical e promover a prática coletiva da música com excelência está baseada nos princípios da criatividade, responsabilidade, diversidade, cooperação e equidade²⁷.

Seus programas e projetos propõem às crianças, adolescentes e jovens a potencialização de suas dimensões estética, afetiva, cognitiva, motora e social, a garantia de vivências enriquecedoras de sociabilidade, o fortalecimento no reconhecimento de seus recursos – que possam ser acionados em projetos de futuro –, o acesso e valorização das diferentes

²⁴ http://www.projetoguri.org.br/novosite/wp-content/uploads/2014/04/relatorio_anual_2013.pdf. Acesso em 24 janeiro 2015.

²⁵ <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/>

²⁶ <http://www.projetoguri.org.br/>

²⁷ <http://www.projetoguri.org.br/>

expressões culturais e o estímulo a criações e apresentações de grupos musicais. (ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PROJETO GURI)²⁸

O modelo pedagógico adotado pelo Projeto Guri é o CLASP, (do inglês *composition, literature, studies, audition, skill acquisition, performance*, que foi traduzido no Brasil para TECLA, técnica, execução, composição, literatura e apreciação), desenvolvido pelo educador inglês Keith Swanwick, que objetiva promover o envolvimento ativo do aluno com a música. As siglas referem-se às atividades que estruturam a base da educação musical. A composição, a performance e a audição são os seus principais pilares e devem ser praticados integralmente, de forma que o conhecimento seja adquirido e vivenciado em sua plenitude pelos alunos.

Os cursos de iniciação musical, canto coral e as aulas de instrumentos de corda, sopro, teclado e percussão são oferecidos em período oposto ao da escola básica. O repertório das aulas valoriza a diversidade dos gêneros musicais, e vai das canções populares às composições de música clássica. As atividades realizadas sempre em grupo visam estimular a consciência dos alunos de que “todos fazem parte de uma equipe que passa pelos mesmos desafios e aprendizado”²⁹ e a importância da dedicação de cada um para a harmonia do conjunto.

Rose Satiko Gitirana Hikiji (2005), em sua análise sobre os significados da performance musical para crianças e jovens de baixa renda, contextualiza a proposta pedagógica do Projeto Guri. A forma como se explora a prática musical em grupo, como estímulo à participação dos alunos, e o contato imediato com os instrumentos, são essenciais para o desenvolvimento de um sentimento de confiança por parte do aluno nas suas apresentações em público.

No Guri, a performance é o centro do projeto pedagógico. O contato do aluno com o instrumento é imediato: uma vez inscrito no projeto, o aluno escolhe – ou lhe é sugerido – o instrumento que quer aprender, e esse lhe é apresentado já na primeira aula. [...] Em pouco tempo, os alunos já sabem tocar algumas músicas – de repertório erudito e/ou popular – com arranjos simplificados. A ideia é que em até dois meses o aluno já possua um repertório mínimo para participar, com a orquestra do polo, de apresentações externas. (HIKIJ, 2005, p. 160)

O contato direto com a música através da aprendizagem de um instrumento, a experiência das apresentações públicas e o reconhecimento pelo trabalho realizado coletiva e

²⁸ <http://www.projetoguri.org.br/quem-somos/principios-organizacionais/>. Acesso em 24 janeiro 2015.

²⁹ <http://www.projetoguri.org.br/como-funciona/>. Acesso em 24 janeiro 2015.

individualmente, fazem parte do caminho idealizado pelo Projeto Guri para os seus beneficiários. Sendo a criança e/ou jovem o objetivo central do programa, todo o esforço realizado concentra-se na tentativa de torná-los protagonistas. Aqui, a função educacional da cultura e das artes transforma-se em um meio para alcançar o crescimento pessoal de cada um desses integrantes e, por conseguinte, dos que estão ao seu redor. A simétrica relação entre a educação e o desenvolvimento humano é a base de projetos sociais como o El Sistema, o Guri e o Neojiba, que se apoiam no ensino e prática da música para cumprir com o propósito da inclusão social.

2. NÚCLEOS ESTADUAIS DE ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS DA BAHIA

2.1. Histórico

O histórico do Neojiba desde a sua criação segue uma significativa trajetória de expansão. O Programa, que em seu primeiro ano de existência contava com 80 beneficiários, membros da Orquestra Juvenil 2 de Julho, atualmente chamada Orquestra Juvenil da Bahia, hoje beneficia diretamente mais de 1.300 integrantes em sete Núcleos localizados em Salvador e outras regiões do estado.

A criação do Neojiba foi anunciada em junho de 2007 como um projeto prioritário do Governo do Estado da Bahia, que tinha como objetivo integrar socialmente crianças e jovens por meio da educação e prática da música orquestral e coral. Junto com o anúncio, foi divulgada uma seleção pública que escolheria os primeiros jovens músicos que iriam compor a principal formação orquestral do Programa. Apenas alguns meses depois, em 20 de outubro do mesmo ano, data escolhida para celebrar o aniversário do projeto, os 80 músicos selecionados na audição subiram ao palco da sala principal do Teatro Castro Alves, sob a regência do maestro venezuelano Manuel López Gomez, para sua primeira apresentação pública.

O Neojiba é um projeto idealizado pelo maestro e pianista baiano Ricardo Castro, reconhecido e premiado internacionalmente,³⁰ que inspirado pelo modelo venezuelano do El Sistema, aceitou o convite do então Secretário de Cultura do Estado Marcio Meireles para implantar na Bahia um projeto que tivesse o mesmo propósito de inclusão social e desenvolvimento cultural através da prática coletiva da música.

A ideia surgiu quando eu visitei a Venezuela em 2005 e desde esse momento, comecei a falar muito por onde ia que era um projeto muito importante e que se podia implantar também no Brasil e os governantes aqui na Bahia ouviram o meu discurso e me chamaram para implantar, isso quando houve uma mudança de governo em 2007.³¹

No final de 2006, Ricardo Castro foi chamado para assumir a gestão artística da OSBA e tornou-se, a pedido do Governo do Estado, consultor da área de música de concerto na

³⁰ Ricardo Castro é diretor fundador do Neojiba e regente titular da Orquestra Juvenil da Bahia. Em 2013 recebeu da Royal Philharmonic Society o título de Membro Honorário em reconhecimento pelos serviços prestados à música. Disponível em: <http://www.ricardocastro.com/pt/vita.html>

³¹ Entrevista com Ricardo Castro, concedida em 04 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Bahia, o que o possibilitou articular a criação do Neojiba, mas também pensar o cenário da música orquestral em território baiano.

Nos seus primeiros anos o projeto foi gerido pela Secretaria de Cultura do Estado através da Orquestra Sinfônica da Bahia e Teatro Castro Alves. Em 2009, a Organização Social Associação de Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis do Neojiba – AOJIN, que em 2013 passou a se chamar Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM, foi aprovada no edital de publicização e assumiu a gestão compartilhada do projeto com o Governo do Estado. Em 2014 o Programa foi transferido da pasta da Cultura para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, que após a reforma estrutural decorrente da mudança de governo no início de 2015, fundiu-se à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, criando a atual Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS.

Em 2010 o Neojiba se tornou o primeiro projeto brasileiro a ser integrado à Jeunesses Musicales International – JMI, organização não governamental criada em 1945 na Bélgica com a missão de permitir que jovens se desenvolvam por meio da música³². A iniciativa é uma rede global, a maior existente, que reúne projetos de todas as partes do mundo e atinge milhões de jovens anualmente. No Brasil, além do Neojiba, o Projeto Guri faz parte da JMI desde 2012.

O exponencial desenvolvimento do Programa é visto não apenas pelo número de beneficiários que amplia a cada ano, mas também pelo reconhecimento da excelência musical alcançada pelos jovens nos poucos anos de existência do projeto, a exemplo da consagração da Orquestra Juvenil da Bahia como uma das orquestras juvenis mais importantes do país, que em 2010, após se apresentar nas cidades de Londres e Lisboa, tornou-se a primeira orquestra jovem brasileira a tocar na Europa. Além das viagens ao exterior, a Juvenil da Bahia esteve presente em diversos estados do Brasil, em turnês pelo Nordeste e Sudeste do país e apresentações nos importantes Festival de Música de Santa Catarina – FEMUSC, Festival Música em Trancoso e Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão. O grupo ainda retornou ao continente europeu em 2011 com apresentações em Berlim e Genebra. Em 2014 fez turnê por cidades da Suíça, Itália, Inglaterra e EUA. Nessas apresentações dividiram palco com nomes consagrados da música e foram aclamados pelo público.

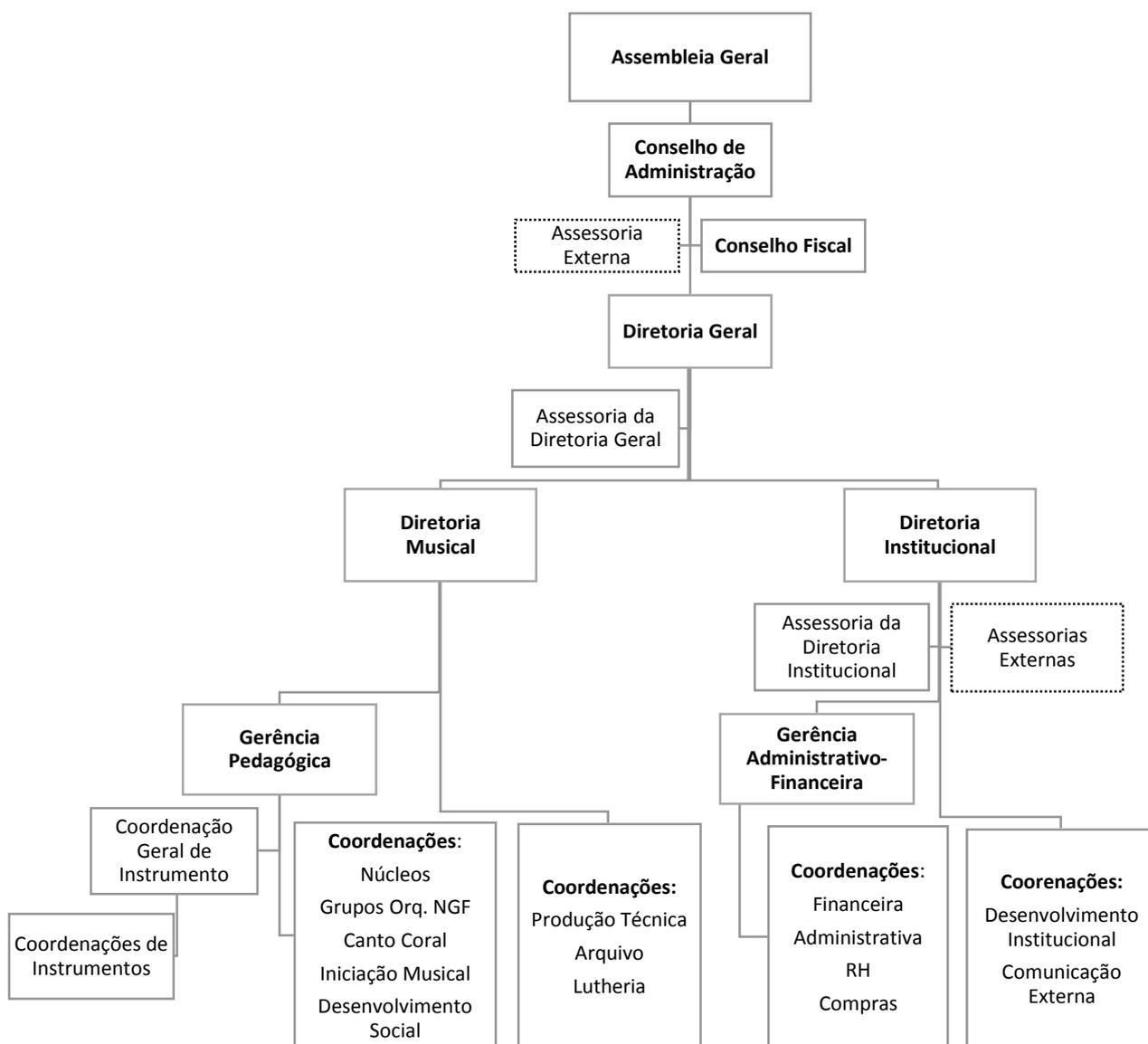
³² <http://www.jmi.net/index.php?ID=0>

2.2. Organograma, estrutura e gestão

A estrutura física e os setores financeiro e organizacional formam os alicerces de sustentação do Neojiba. Existem alguns fatores essenciais para o funcionamento do Programa, como um espaço adequado para a realização de suas atividades artísticas, pedagógicas e administrativas; pessoal capacitado para setores específicos e recursos financeiros para a prática e manutenção das ações do projeto.

O sistema organizacional do Neojiba está dividido de forma a garantir a efetividade das ações do Programa. A definição das diretrizes sob as quais sua gestão deve atuar é estabelecida por um Conselho de Administração, órgão deliberativo ao qual cabe, entre outras funções, assegurar que os objetivos e metas compactuadas pelo Instituto sejam cumpridos. Seus membros são escolhidos pela Assembleia Geral da Organização e têm mandatos de até três anos. A Assembleia é o órgão supremo, composto dos associados, efetivos e mantenedores do projeto. Além do Conselho de Administração, as funções sobre a política do Instituto são cumpridas pelo Conselho Fiscal, responsável pela supervisão e execução das demandas referentes ao âmbito financeiro e orçamentário do Instituto.

Sua gestão é feita pelas diretorias Musical e Institucional, subordinadas a uma Diretoria Geral. Às primeiras cabem a orientação das gerências Pedagógica e Administrativo-financeira, respectivamente e, por conseguinte, das coordenações de cada um dos setores detalhados no organograma abaixo:



À Diretoria Musical cabe a coordenação das atividades artísticas e pedagógicas dos Núcleos e seus grupos musicais; do setor de desenvolvimento social para acompanhamento direto dos beneficiários e familiares; do Atelier de Lutheria e do Centro de Documentação e Memória. A Diretoria Institucional é responsável pela contratação e gestão dos recursos humanos; captação e administração dos recursos financeiros, além das responsabilidades sobre manutenção dos núcleos, transporte, etc.; pelo Setor de Comunicação, responsável pela produção e divulgação dos conteúdos informativos sobre o projeto. Atualmente, o Programa conta com 67 funcionários e 11 estagiários.

Em 2007, no início de implantação do Neojiba e com apenas um grupo orquestral, a Juvenil da Bahia, as atividades pedagógicas e administrativas do Programa funcionavam no Teatro Castro Alves, principal centro cultural do estado. As diretorias e coordenações estavam alocadas nas salas administrativas do Teatro, enquanto a Orquestra dividia as

salas de ensaio com a Sinfônica da Bahia, em horários opostos aos da mesma. Com a expansão do Programa, a criação de novos grupos musicais e o aumento de pessoal, a estrutura física do Neojiba teve que ser reorganizada em outros lugares, já que o TCA não conseguiu mais acolher as novas dimensões do projeto.

Algumas orquestras do Neojiba ainda estão instaladas no Teatro, como a Orquestra Juvenil da Bahia e a Orquestra Castro Alves, mas a exemplo do seu setor institucional que tem suas instalações no bairro do Barbalho, em Salvador, atualmente as atividades do Programa funcionam em locais descentralizados.

A ausência de um espaço próprio que possa abrigar as orquestras e corais e sua estrutura administrativa parece ser um dos principais problemas do Neojiba, já que, por consequência disso, algumas ações de desenvolvimento do projeto acabam por ser limitadas.

No final de 2014, o Parque do Queimado³³, imóvel com área total de 10.963 m² e área útil de 1.644,51 m² foi cedido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamentos – EMBASA à então Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza para que a sede do projeto seja instalada. O Termo de Cessão de Uso³⁴ prevê a cedência gratuita do espaço por 20 anos.

O Parque do Queimado foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1996 e funciona como um centro cultural da Embasa, devendo as ações culturais realizadas atualmente no local ser mantidas.

A diretora institucional do Neojiba, Elizabeth Ponte, acredita que a sede não será apenas importante para viabilizar o desenvolvimento de atividades pedagógicas para os seus grupos musicais ou sua administração, mas para a conservação do projeto.

A existência de uma sede vai ser essencial para a identidade do Programa [...] E vai ser um fator muito importante para a captação de recursos. Uma sede, um espaço físico, possibilita que a gente realize muito mais ações, que tenha muito mais possibilidade de agregar parceiros, de atrair as empresas interessadas.³⁵

³³ O Parque abrigou no século 19 a Companhia de Águas do Queimado, primeira distribuidora de água do país.

³⁴ A cessão de uso ocorre quando o Poder Público consente gratuitamente a utilização de um bem público por outro órgão ou entidade pública, para desenvolvimento de atividades de interesse coletivo.

³⁵ Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

Tais parcerias firmadas com instituições da iniciativa privada são parte das fontes de custeio para a manutenção do Neojiba, junto com doações, prestação de serviço e pagamento de cachês das apresentações das orquestras. Mas a principal renda do Programa vem do contrato de gestão entre o Governo do Estado e o IASPM, inserido no Programa Estadual de Organizações Sociais do Estado da Bahia, regido pela Lei Estadual n. 8.647/2003³⁶, que tem por objetivo fomentar a publicização de programas e serviços públicos com o intento de otimizá-los.

Em abril de 2014 um novo contrato foi assinado com o governo baiano no valor de R\$ 13.999.748,00 (treze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e oito reais), a serem repassados em oito parcelas trimestrais, a partir da apresentação das contas do projeto, com os gastos discriminados por cada atividade e período de realização e o cumprimento das metas contratuais pré-estabelecidas. Em 2014 o total de repasses do contrato de gestão foi calculado em R\$ 7.037.672,00 (sete milhões, trinta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais) isso representou cerca de 77% da receita bruta do projeto no ano em questão, que foi de R\$ 9.152.655,00 (nove milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais).³⁷ Os valores arrecadados com a captação de recursos e parcerias chegaram a R\$ 1.183.074,00 (um milhão, cento e oitenta e três mil e setenta e quatro reais), somando 13% do total, as doações alcançaram R\$ 536.846,00 (quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais), referente a 6% e os cachês e prestação de serviço somaram R\$ 395.063,00 (trezentos e noventa e cinco mil e sessenta e três reais) o equivalente a 4% da receita de 2014.

O contrato de gestão possui vigência de dois anos e possibilidade de prorrogação para até cinco anos. A liberação do recurso financeiro é feita em parcelas trimestrais mediante a prestação de contas e a comprovação do cumprimento das metas contratuais. Além do repasse de verbas e da fiscalização dos serviços prestados pelo IASPM, o Estado, por meio da SJDHDS, deve garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento do Programa de modo que a Organização Social possa cumprir com as metas estabelecidas.

Entre as atribuições delegadas ao IASPM a partir do contrato de gestão assinado, é de responsabilidade do Instituto: realizar ações de capacitação e formação para as áreas técnicas, artísticas e pedagógicas, englobando a Gestão Administrativa e Financeira,

³⁶ <http://www.saeb.ba.gov.br/ProgramaHomeView.aspx?pagina=organizacoes-sociais>

³⁷ <http://neojiba.org/wp-content/uploads/2014/10/Balan%C3%A7o-IASPM-2014-2013-6X25.pdf>

Lutheria e Centro de Documentação e Memória e Biblioteca e Rádio; monitorar o Centro de Lutheria para as atividades de manutenção e conservação de instrumentos, oferecendo formação técnica e profissional para os integrantes do projeto que tiverem interesse; oferecer e disponibilizar aos participantes do projeto um atendimento individual psicossocial; buscar parcerias com outras organizações de apoio (culturais, educacionais e de saúde) que visem promover a realização de ações de cunho social e profissionalizante, envolvendo alunos inseridos no projeto e implantar novos NPOs em áreas de vulnerabilidade social.³⁸

2.3. Núcleos e beneficiários

2.3.1. Núcleo de Gestão e Formação Profissional

As atividades artísticas, administrativas e pedagógicas do Neojiba estão organizadas em torno do Núcleo de Gestão e Formação Profissional – NGF e dos Núcleos de Prática Orquestral e Coral – NPOs. O primeiro é responsável pela gestão do programa em todo o território baiano. Nele, concentram-se as coordenações que dão suporte para a criação e organização estrutural das atividades logísticas e pedagógicas dos NPOs.

Localizado em Salvador, o NGF é o principal núcleo do projeto e também um centro de formação para os beneficiários, desde as áreas de execução instrumental, canto coral e regência, até os ensinamentos para a monitoria e gestão de núcleos, criação e manutenção de arquivo musical e digital, radiodifusão, manutenção e reparação de instrumentos³⁹.

Pertencem ao NGF, a Orquestra Juvenil da Bahia ou Youth Orchestra of Bahia – YOBA, nome utilizado para as apresentações fora do país, grupo orquestral composto pelos membros do programa que apresentam melhor desempenho musical e que representam o Neojiba em apresentações públicas e nas turnês nacionais e internacionais; a Orquestra Castro Alves – OCA, segunda principal formação do NGF, seus integrantes estão em estágio preliminar de capacitação e são monitorados pelos bolsistas da primeira orquestra, a Juvenil da Bahia, e a Orquestra Pedagógica Experimental – OPE, onde os participantes

³⁸ http://neojiba.org/wp-content/uploads/2014/10/CONTRATO-DE-GEST%C3%83O-001.2014_NEOJIBA.pdf

³⁹ <http://neojiba.org/nucleos-neojiba/>

do projeto com pouca experiência musical têm acesso ao ensino e prática da música orquestral em seu nível inicial.

Funcionam ainda dentro do NGF a Orquestra de Câmara – OCN⁴⁰ e a Orquestra de Violões do Neojiba, as duas formações mais recentes do Programa, além dos Coros Juvenil e Sinfônico, este último composto prioritariamente por músicos voluntários, e do Atelier Escola de Lutheria – AEL, responsável pela reparação, reforma e manutenção dos instrumentos de cordas e de sopros do programa e também um espaço para capacitação de luthiers, o único existente na Bahia⁴¹.

No NGF os integrantes do Neojiba são capacitados para tornarem-se monitores orquestrais e corais, de forma a colocarem em prática o objetivo de multiplicação do projeto, baseado em seu principal lema: “aprende quem ensina”. Assim, passam a atuar como agentes e multiplicadores nos Núcleos de Prática Orquestral e Coral, criados através de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais – prefeituras e escolas públicas de diversas regiões do estado⁴².

2.3.2. Núcleos de Prática Orquestral e Coral

A gestão dos NPOs está fundamentada pelos princípios do Neojiba, sendo oferecido a crianças e jovens o ensino musical por meio da prática orquestral e coral, preparando-os para ingressar no núcleo central de orquestras. Cada um dos Núcleos mantém seu próprio sistema administrativo, que funciona sob a supervisão do NGF.

Os Núcleos de Prática Orquestral e Coral começaram a ser implementados no ano de 2011. O primeiro deles, também primeiro a ser criado fora da capital baiana, foi o NPO Centro Educacional Santo Antônio – CESA, no município de Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador, iniciativa conjunta com as Obras Sociais Irmã Dulce – OSID, entidade filantrópica que existe desde 1959. O CESA faz parte dos 16 núcleos de atendimento das Obras Sociais que oferecem serviços de assistência social, saúde e educação para pessoas consideradas de baixa renda. Além do ensino convencional realizado na escola de tempo integral, estão as atividades complementares, dentre elas a

⁴⁰ <http://neojiba.org/nucleo/orquestra-de-camara-do-neojiba-ocn/>

⁴¹ Idem

⁴² Idem

de iniciação orquestral, realizada em parceria com o Neojiba, que envolve hoje crianças e adolescentes, entre 11 e 16 anos de idade, que formam a Orquestra e Coral Santo Antônio. Os jovens são iniciados na prática orquestral em instrumentos de cordas, flauta doce e percussão, com aulas individuais e em grupo, e também na prática em canto coral, todos com ensaios e apresentações públicas coletivas⁴³.

O NPO SESI – Itapagipe, criado em setembro de 2011, recebe o apoio de uma equipe com cerca de 30 monitores bolsistas, mantidos com recursos do Neojiba, que atuam como multiplicadores do Programa. Eles oferecem orientação para crianças e adolescentes da Escola Comendador Bernardo Martins Catharino, que em turno oposto ao da educação básica escolar recebem aulas práticas de iniciação musical com flauta doce, percussão e canto coral, prática orquestral em instrumentos de cordas, sopros e percussão, e educação musical especial. Eles formam a Orquestra Infanto-juvenil e o Coral Infantil do SESI e o Grupo Experimental do Cais.⁴⁴ O Núcleo é uma colaboração entre o Neojiba e o Serviço Social das Indústrias. O SESI é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos que faz parte da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB e oferece, entre outros serviços, formação educacional para as crianças e adolescentes que são dependentes dos trabalhadores industriários⁴⁵.

Em Trancoso, distrito de Porto Seguro, litoral sul da Bahia, funciona o NPO Centro Educacional Instituto SHC, implantado em 2011 junto ao Instituto SHC, pertencente a Sergio Habib Corporation. O Instituto beneficia crianças e jovens entre seis meses a 16 anos, que estão entre a população menos favorecida de Trancoso. A Orquestra de Cordas do Instituto SHC é formada por jovens músicos com idades entre 10 e 14 anos, estudantes de uma das quatro unidades escolares do Instituto que têm acesso ao ensino e prática de orquestra e teoria musical⁴⁶.

Entre os anos de 2012 e 2014, foram inaugurados outros três Núcleos de Prática Orquestral e Coral. Todos estão situados em localidades que receberam a instalação de Bases Comunitárias de Segurança – BCS, medida que integra o programa estadual Pacto Pela Vida. As BCS são instaladas com o objetivo de reduzir os índices de violência e criminalidade nas localidades classificadas como críticas.

⁴³ Ver <https://www.irmadulce.org.br/>

⁴⁴ Ver <http://neojiba.org/nucleos-neojiba/>

⁴⁵ Ver <http://www.fieb.org.br/sesi>

⁴⁶ Ver <http://www.institutoshc.org.br/>

Uma dessas localidades é a do Bairro da Paz, onde foi implantado o NPO Espaço Avançar em parceria com a Santa Casa de Misericórdia da Bahia e promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMCDA, órgão composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal, que controla as políticas públicas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente.⁴⁷ O Espaço Avançar é um centro de referência em promoção social e capacitação, voltado para crianças, jovens e adultos, moradores do Bairro da Paz, um dos mais pobres de Salvador. As crianças recebem aulas de teoria musical e solfejo, prática de canto coral e iniciação e prática orquestral em instrumentos de sopro e percussão, que irão compor a Banda Sinfônica da Paz, a primeira banda sinfônica criada dentre os NPOs.

O NPO Estrelas Musicais fica localizado no Nordeste de Amaralina, outro bairro periférico de Salvador e é coordenado pela Associação Cultural Ibarra, uma organização sem fins lucrativos que funciona desde 2006, oferecendo aulas de teoria musical e oficinas com instrumentos de corda. O projeto recebe crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, pertencentes a famílias de baixa renda, moradores do bairro, tido como um dos mais violentos da cidade⁴⁸.

O NPO Feira de Santana, projeto parceiro da organização não governamental Instituto Gasparini, beneficia jovens residentes do Conjunto George Américo e de outras localidades próximas, que têm a oportunidade de fazer parte da sua Orquestra Juvenil. Segundo informações do Programa Pacto Pela Vida, o local concentra o maior índice de homicídio e tráfico de drogas no município⁴⁹.

2.3.3. Beneficiários

Com base no recadastramento dos integrantes do Neojiba, realizado pelo seu Setor de Desenvolvimento Social no período de 30 de julho a 30 de novembro de 2014, o Programa possui beneficiários diretos, entre os integrantes do NGF e dos NPOs.

O recadastramento teve como objetivo identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários para que as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social

⁴⁷ Ver <http://www.cmdca.salvador.ba.gov.br/index.php>

⁴⁸ Ver <http://neojiba.org/nucleos-neojiba/>

⁴⁹ Ver <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

pudessem ser encaminhadas aos serviços de Proteção Social Básica⁵⁰ e outras políticas socioassistenciais⁵¹ previstas no Sistema Único de Assistência Social – Suas.

A análise dos dados coletados constatou que 7% (79) dos 996 integrantes recadastrados faziam parte de núcleos familiares com renda mensal de até meio salário mínimo, sem considerar o auxílio financeiro recebido pelos integrantes do projeto ou outros benefícios socioassistenciais; 24% (246) das famílias tinham até um salário mínimo como renda mensal e 34% (338) possuíam renda entre um a dois salários; 16% (159) tinham renda mensal de dois a três salários mínimos; 9% (87) de três a quatro salários e apenas 6% (60) das famílias possuía renda mensal de cinco ou mais salários mínimos. 4% (37) dos cadastrados não responderam ou não souberam informar a renda familiar.

Destas famílias identificadas, 42% (415) declararam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, instrumento que mapeia e caracteriza as condições socioeconômicas das famílias de baixa renda do país, considerando questões de renda, moradia, acesso ao trabalho, à saúde e à educação de forma a identificar seu grau de vulnerabilidade.⁵² Cerca de 35% (350) dos integrantes recadastrados declararam receber benefícios assistenciais⁵³ e destes cerca de 91% (321) recebem o Bolsa Família e os outros 9% (29) estão cadastrados em outros programas como o Minha Casa Minha Vida ou Benefício de Prestação Continuada, que garante o valor mensal de um salário mínimo a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiências de natureza física, mental, intelectual ou sensorial em qualquer idade. Dos 996 recadastrados, 6% (59) possuem alguma deficiência.

No primeiro trimestre de 2015 o recadastramento serviu também de base para a construção do mapa social do projeto, que integra o relatório de prestação de contas do contrato de gestão a ser entregue à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos de

⁵⁰ A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protectaobasica>

⁵¹

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>

⁵² <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>

⁵³ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais>

Desenvolvimento Social. Contabilizando os novos integrantes cadastrados no início de 2015, decorrentes dos processos seletivos que aconteceram dentro dos Núcleos, o mapa social constatou que o Neojiba possui 1.360 integrantes ativos, sendo 273 do NGF e os outros 1.087 integrantes dos NPOs.

O acesso ao Neojiba pelos beneficiários varia de acordo com cada Núcleo. O ingresso no NGF se dá por meio de audições públicas, realizadas a partir da disponibilidade de vagas nos seus grupos musicais. A principal exigência é que a criança ou jovem tenha um conhecimento prévio sobre algum instrumento. No caso das Orquestras Juvenil da Bahia, Castro Alves e Pedagógica Experimental, o critério para selecionar quem irá fazer parte de cada uma delas é o nível alcançado pelos músicos. As bases da iniciação musical podem ser suficientes para fazer parte da OPE, que se organiza de acordo com a idade dos integrantes, que vai até os 13 anos. Para os integrantes da OCA é exigido um maior nível musical, que determinará quem irá fazer parte do corpo orquestral, assim como acontece na Juvenil da Bahia, que além da aptidão musical avalia o perfil e desempenho do candidato dentro do Projeto. Elizabeth Ponte descreve o processo de seleção realizado no início de 2015 para o candidato a ingressar na Orquestra:

Foi um processo de avaliação em cinco etapas: a primeira delas era a audição, o desempenho musical, mas além disso foi feita uma avaliação sobre o desempenho dele nas atividades pedagógicas no ano anterior, pelos coordenadores dos Núcleos onde esse jovem atuava e pelos colegas dele. Houve um teste de teoria musical e também um teste de desenvolvimento social, para a gente ver o nível de compreensão dele sobre o papel da música enquanto meio e do instrutor enquanto um agente também de desenvolvimento social. Porque foram aprovados mais integrantes do que as vagas da Orquestra, a escolha final de quem estaria dentro de cada naipe foi feita pelos próprios músicos em uma votação colegiada.⁵⁴

Já nos NPOs o principal critério para ingressar é a vontade de aprender algum instrumento. Os métodos de seleção mudam de Núcleo para Núcleo, de acordo com o contexto de implantação das instituições conveniadas, a exemplo dos NPO SESI – Itapagipe, onde os beneficiários são exclusivamente estudantes matriculados na Escola Comendador Bernardo Martins Catharino, uma das unidades de Educação Básica Regular do SESI. Após a seleção é feito um teste de nivelamento para decidir sobre as divisões de turmas.

⁵⁴ Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

Somente os integrantes do NGF recebem auxílio financeiro do projeto. O valor, que depende do grupo em que está inserido, do nível musical alcançado e das suas outras atividades realizadas dentro do Programa, a exemplo de monitoria, pode variar entre R\$ 50,00 (cinquenta reais) e R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais.

A faixa etária dos participantes do projeto é de seis a 29 anos de idade. O limite é dado de acordo com a Lei nº 12.852, de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude⁵⁵, onde está estabelecido que são consideradas pessoas jovens aquelas com até 29 anos de idade. Para os que atingem esse limite existe a expectativa de continuar no projeto como funcionários contratados. De coordenadores de instrumento à produção técnica, as possibilidades surgem de acordo com as demandas do Programa por pessoal. Em caso de não serem funcionários contratados, podem continuar no projeto recebendo aulas, tocando ou ensinando, mas somente em regime de voluntariado, sem qualquer benefício financeiro.

O percentual de evasão do projeto é maior nos NPOs. Segundo dados do Relatório de Acompanhamento de Egressos do Programa feito pelo Setor de Desenvolvimento Social, nos períodos de outubro de 2014 a março de 2015 o número de desligamentos foi de 80 integrantes, sendo 67 só dos NPOs, o que equivale a 83,75 % dos egressos. Os principais motivos de desligamento são a preferência por outros projetos e/ou atividades, mudança de instituição escolar, transferência da família para outra localidade, alteração dos horários escolares, queda de rendimento ou decisão familiar. Apenas 13 dos 67 egressos (cerca de 20%) saíram sem motivo explícito. Já nos grupos musicais do NGF os principais motivos de desligamento dos 16,25 % (13) de integrantes desligados são além da escolha por outros projetos/atividades e a mudança do local de moradia da família, transição para outra Orquestra do Núcleo ou motivo de trabalho/complementação de renda.

Uma das exigências para os beneficiários dos Núcleos é a comprovação de escolaridade. Para fazer parte do NGF ou NPO é preciso estar estudando ou já ter concluído o segundo grau. O Setor de Desenvolvimento Social é o responsável pelo acompanhamento dos jovens em idade escolar. Uma vez identificado o baixo rendimento, o Setor intervém com o apoio da Gerência Pedagógica junto ao integrante e/ou pais ou responsáveis a fim de identificar as causas e orientar para que a situação seja revertida. O recebimento do auxílio financeiro pelos integrantes do NGF está atrelado à entrega do comprovante de

⁵⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

escolaridade. Entre o final de 2014 e início de 2015, foram identificados 22 integrantes em situação de abandono e/ou evasão escolar, destes, 17 reingressaram ao ensino regular no início do ano letivo de 2015.

2.4. Outras atividades

Um dos resultados alcançados pelo projeto, apontado por Elizabeth Ponte em sua entrevista, foi o aumento de um público diversificado nas apresentações do Neojiba, o que contribuiu para uma ampliação do acesso à música sinfônica no estado. Segundo Ponte, “mais de 60% dos nossos públicos, com base em pesquisas de público que a gente faz desde 2010, vêm das classes C, D e E. Isso ajuda a desmistificar muito a imagem que se tem do público de música de concerto, e o público é sempre crescente”, afirma.⁵⁶

São muitas as ações do Neojiba para a disseminação da música de concerto na Bahia. Desde a parceria com uma rádio de música sinfônica⁵⁷, a primeira do estado, onde membros do projeto eram responsáveis pela sua programação musical, até a Orquestra Plástica do Neojiba – Formação Musical para Sustentabilidade, que capacita jovens de Salvador e de outras cidades do interior do estado para a construção de instrumentos sinfônicos com baixo custo, feitos com material de canos de PVC, habilitando-os para o “ofício da lutheria e articulando os campos da sustentabilidade e da inclusão socioprodutiva por meio da música”⁵⁸.

A iniciativa nasceu em Angical, quando em 2006 o maestro da Filarmônica Filhos do Oeste, o jovem Natan Paes, passou a fabricar tambores e flautas feitos de PVC porque não haviam instrumentos musicais suficientes para seus alunos de iniciação musical. Após a capacitação da primeira turma de luthiers para a construção de violinos e violas de plástico, foram criados dois espaços para a produção destes instrumentos, um funcionando no atelier de lutheria do Neojiba em Salvador e outro na cidade de Angical.

⁵⁶ Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

⁵⁷ A parceria entre o Neojiba e a Fundação Dom Avelar de Brandão Vilela para a programação da Rádio Vida FM 106,1 surgiu em 2012 e se manteve por três anos.

⁵⁸ <http://www.orquestraplastica.org/#!apresentacao/c1enr>

Angical fica localizada no oeste baiano e é um dos municípios que integra a Rede de Projetos Orquestrais da Bahia⁵⁹, criada em 2013 após o mapeamento dos projetos já existentes no estado que trabalhavam com o ensino e prática da música de concerto e eram voltados para crianças e jovens. São 20 projetos, em 17 municípios, de 11 Territórios de Identidade⁶⁰. A proposta funciona como um circuito de colaboração entre o Neojiba e os projetos parceiros, desde a capacitação dos jovens que fazem parte dos projetos em questão, para tornarem-se monitores e multiplicadores e a orientação dos seus gestores para o direcionamento das atividades administrativas e organizacionais até a criação de Orquestras Regionais, que agrega integrantes de dois ou mais grupos de determinada região do estado em uma mesma atividade musical.

São realizadas Caravanas Pedagógicas, com a ida de monitores do Neojiba aos municípios dos projetos para realização de oficinas musicais e outras ações formativas junto aos beneficiários, que também têm a possibilidade de fazer residência no NGF, onde participará de atividades pedagógicas. Nas caravanas há também orientações de lutheria, para manutenção e conserto de instrumentos musicais, e anualmente acontece o Encontro de Gestores que reúne gestores e colaboradores dos projetos que fazem parte da Rede, onde há palestras, mesas de discussões e etc. para a capacitação e troca de experiências.

Os intercâmbios pedagógicos acontecem também com as iniciativas do Projeto Neojiba nos Bairros⁶¹ que realiza ações de difusão do Programa com apresentações artísticas, concertos didáticos e aulas de instrumentos, regência e canto coral em 12 bairros de Salvador e Região Metropolitana que possuem Bases Comunitárias de Segurança. São apoiados 17 projetos musicais comunitários nos bairros do Calabar, Santa Cruz, Nordeste, Chapada do Rio Vermelho, Fazenda Coutos, Bairro da Paz, Rio Sena, São Caetano, Itinga, Águas Claras, Uruguai e Liberdade. O projeto integra as políticas de combate à violência do Programa Pacto Pela Vida.

Direta e indiretamente, entre crianças, adolescentes e jovens, o número de beneficiados pelo Neojiba chega a mais de 4.600. São integrantes dos Núcleos de Gestão e Formação Profissional e Prática Orquestral e Coral e de outros tantos projetos criados em território baiano que recebem o apoio do Programa. O suporte nas áreas de gestão e pedagógica

⁵⁹ <http://neojiba.org/rede-de-projetos/>

⁶⁰ Na Bahia existem 27 territórios de identidade, geograficamente definidos com base nas especificidades comuns de cada região, a partir de fatores como o ambiental, econômico, cultural e etc.

⁶¹ <http://neojiba.org/neojiba-nos-bairros/>

dado a outros projetos que utilizam a música orquestral como meio para a inclusão social fazem parte do objetivo de expansão do Neojiba. Como afirma Ricardo Castro,

O Neojiba aspira crescer em todo o estado da Bahia, até que nenhuma criança ou jovem fique sem a oportunidade de tocar um instrumento musical. [...] Através do conhecimento e de ferramentas adequadas, a gente espera que todos os jovens na Bahia possam escolher e possam passar pela experiência musical que é fundamental para o desenvolvimento humano.⁶²

Mas antes de chegar a todos os municípios do território baiano, as ações estruturantes e os resultados alcançados pelo Neojiba já ultrapassou as fronteiras da Bahia e inspirou na Paraíba a criação do Programa de Inclusão Através da Música e das Artes – PRIMA⁶³, projeto social desenvolvido pelo governo paraibano através de sua Secretaria da Cultura, que objetiva alcançar a cidadania de seus integrantes, por meio da música orquestral através de uma harmonia de elementos como trabalho em equipe, disciplina, respeito ao próximo e desenvolvimento da autoestima.

⁶²Entrevista com Ricardo Castro, concedida em 04 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

⁶³ <http://www.primaparaiba.com/>

3. NEOJIBA: CULTURA, EDUCAÇÃO MUSICAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL

3.1. O ponto de vista dos gestores

O edital de publicização do Neojiba, lançado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES em 2014, estipula algumas premissas às quais a Organização Social responsável pela gestão do projeto deve obedecer, sendo algumas delas: percepção da criança, adolescente e jovem como pessoa em processo de desenvolvimento que possui o direito de proteção integral do Estado; o aprendizado musical como direito de todos, sem distinção; concepção abrangente do ensino da música, para além de um treinamento técnico que leve ao domínio de um instrumento, mas que tenha por objetivo o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade e a sensibilização a uma arte; a utilização do corpo e do movimento para concretização de experiências musicais e o estímulo à criação.⁶⁴

De acordo com o novo estatuto do Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM, o mesmo tem por finalidade “promover e fomentar o livre acesso da população à prática e ao aprendizado musical, visando a integração e o desenvolvimento social”.⁶⁵ Para isso, a cultura musical deve ser desenvolvida de forma plena e promovida de maneira que possa ser acessível a todos.

A análise do que propõe o Neojiba perpassa diretamente sobre uma reflexão da postura do poder público sobre o que se pode configurar como fator de desenvolvimento social. Esse não deve estar atrelado somente à uma questão econômica, da possibilidade de se alcançar melhores empregos e obter maiores rendas. O desenvolvimento social do país está ligado também à um fator simbólico de empoderamento dos sujeitos, essa perspectiva vem transparecendo nas novas práticas de políticas públicas, principalmente as que são direcionadas à juventude.

Os princípios que regem os direitos da criança e do jovem no Brasil prezam por um desenvolvimento integral dos mesmos, promovendo o acesso ao trabalho e renda, mas também à cultura, à diversidade e à igualdade. À profissionalização técnica e imediata agregam-se novos modos de formação e o Neojiba é um exemplo deles. O diretor musical do projeto, Eduardo Torres, explica que a intenção do Neojiba não é formar profissionais: “Digamos que acontece, é um resultado previsível porque os músicos daqui têm aulas e

⁶⁴ http://www.sedes.ba.gov.br/media/arquivos/edital_selecao_neogiba_20_02_2014.pdf

⁶⁵ O novo estatuto do IASPM foi aprovado em 28 de março de 2015.

contato com músicos do mundo inteiro, do mais alto nível e vão terminar se profissionalizando. Mas não é esse o objetivo central do Neojiba, o objetivo central é a integração social”, afirma.

Segundo Elizabeth Ponte, diretora institucional do Neojiba,

O ingresso de alguns jovens na carreira musical é um efeito colateral tão positivo quanto o ingresso dele na área de engenharia, de segurança do trabalho, de qualquer área que ele queira seguir. O objetivo do Neojiba não é formar músicos, é formar pessoa melhores através da música. Ele pode seguir a carreira que quiser. A gente sabe que um número pequeno de integrantes do Neojiba vai vir a ser músico profissional, isso não é um problema, isso não é um indicador negativo. Queremos que ele aprenda esses valores e essa experiência da prática musical coletiva e que ele leve isso para qualquer área que for atuar, porque esses valores de solidariedade, de excelência, essa capacidade de trabalhar em equipe, de respeitar o outro, além das capacidades cognitivas que a música traz, isso é o que faz o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano.⁶⁶

No Neojiba, a solidariedade é um dos principais valores desenvolvidos, assim como o comprometimento. Ambos fundamentam o lema do projeto “aprende quem ensina”, destacando o seu caráter de multiplicação do conhecimento e a responsabilidade social de seus integrantes em promovê-lo, ampliando e fortalecendo as ações do Programa dentro e fora dos Núcleos, tais valores são fundamentais para prática coletiva da música, premissa básica do Neojiba, inspirada na metodologia do programa El Sistema.

A atividade musical em si, e eu estou falando não da contemplação da música, mas da própria prática musical, ela é estruturante, estimulante, inclusive em questões químicas, no cérebro, uma atividade que mexe com seu organismo. Ela fica ainda mais revolucionária e fundamental quando é feita em conjunto. É aí que entra o Neojiba, por que escolas de música sempre existiram e continuarão a existir e nós achamos isso ótimo, mas um programa como o Neojiba preconiza a prática coletiva da música, e é a partir daí que você tem uma nova ferramenta de integração das pessoas e principalmente de aprendizado de vida comunitária.⁶⁷

A orquestra torna-se um importante espaço de sociabilidade, onde novas relações são criadas e a interação e compartilhamento de experiências e conhecimentos irão influir substancialmente na formação do jovem. A integração social pretendida pelo projeto se dá principalmente a partir da interação entre indivíduos diversos, diferentes em idade, classe social, etc. A heterogeneidade dos integrantes é fator essencial para o aprendizado sobre conviver em comunidade, respeitando as diferenças do outro.

⁶⁶ Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

⁶⁷ Entrevista com Ricardo Castro, concedida em 04 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Apesar de nós termos a grande maioria dos jovens vindos de famílias de condições mais humildes, eles vêm de diversas regiões da cidade e vêm de origens diferentes também, mas na orquestra eles convivem como iguais. Essa é uma oportunidade que não se encontra em outros ambientes sociais, é muito raro você ter outras oportunidades de um jovem do Subúrbio Ferroviário conviver com alguém que mora na Graça ou qualquer outra região e conviverem como amigos. Isso não é possível na escola, não é possível nas áreas de lazer às quais eles têm acesso, mas isso acontece na orquestra. Existem muitos efeitos positivos dessa prática musical, sobretudo porque ela é feita de uma forma coletiva.⁶⁸

Sobre a experiência do exercício coletivo da música, Rose Satiko Gitirana Hikiji (2005) destaca sua importância para o fortalecimento das redes de sociabilidade e para a ampliação dos horizontes sociais dos jovens. De acordo com a autora, isso irá resultar “na aquisição de habilidades e vivências que destacam o jovem em seu grupo de origem” (HIKIJ, 2005, pg. 163). No caso do Neojiba, o projeto pode ser visto como um espaço para trocas simbólicas com grupos dos mais diversos. Sejam os conhecimentos transmitidos durante os ensaios entre os músicos dos grupos orquestrais e outros convidados, as práticas de monitoria nos NPOs, no caso dos membros da Orquestra Juvenil da Bahia, as experiências adquiridas nas viagens em turnês nacionais e internacionais ou mesmo o contato direto com colegas de orquestra com quem partilham realidades, tudo isso irá colaborar para a construção do emaranhado de referências que irá constituir cada um dos integrantes do projeto individualmente.

O gerente pedagógico do Neojiba, Obadias Cunha, fala sobre a importância da música praticada em conjunto: “A gente acredita que um aprende com o outro, um ensina o outro e isso vai criando um ciclo em espiral de desenvolvimento, tanto musical quanto das relações interpessoais, integrando essa pessoa”⁶⁹. A metodologia de ensino utilizada no projeto valoriza também a máxima frequência nos ensaios das orquestras, isso por que, sendo o ensino e a prática da música o caminho para se alcançar o verdadeiro objetivo que é o da integração, a busca pela sua excelência é princípio fundamental.

É necessário que essa prática musical seja de excelência, por que nós acreditamos que a chave de tudo é criar expectativas altas com os integrantes, para que eles não se contentem com uma coisa que seja mais fácil de conseguir. Acreditar que aquelas crianças vão poder dar o melhor delas. [...] Quando ela vai se apresentar no teatro e ouve os aplausos e depois ouve a gravação e reconhece que a música foi realmente bem tocada, reconhece que aquele trabalho duro valeu à pena, porque conseguiu se criar o belo, isso eleva a autoestima.⁷⁰

⁶⁸ Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

⁶⁹ Entrevista com Obadias Cunha, concedida em 11 de maio de 2015.

⁷⁰ Entrevista com Eduardo Torres, concedida em 06 de abril de 2015.

A valorização da autonomia faz parte do processo de desenvolvimento dos jovens dentro do projeto. Eles devem se desenvolver de forma integral, na música, na vida escolar ou pessoal. Os jovens são tidos como sujeitos de direitos, à quem deve ser garantido os direitos de todo cidadão de acesso à educação, saúde, etc. Partindo dessa premissa, entre as prioridades do eixo pedagógico, surgem as demandas socioassistenciais, que são efetivamente postas em prática após a transferência do Neojiba da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Da mudança que aconteceu em 2014, decorreu a criação do Setor de Desenvolvimento Social do projeto, que tem como função o acompanhamento social dos beneficiados, bem como de suas famílias, desde o encaminhamento para a Rede de Proteção Social Básica, como já citado anteriormente, até o atendimento psicossocial com uma equipe de assistentes sociais e psicólogos. Segundo a coordenadora do Setor, Joana Angélica Rocha, a mudança de secretarias foi algo significativo: “Quando estava na Cultura o foco era a orquestra, suas apresentações, quando vem para a SEDES você tem um processo educativo de fato. Acho que isso faz toda a diferença, esse olhar diferenciado está promovendo grandes mudanças”, conclui.⁷¹

A transferência do Neojiba para um setor do governo voltado para o social já era esperada entre seus gestores e foi vista com naturalidade. Para Elizabeth Ponte, a mudança aconteceu pela compreensão do Governo do Estado sobre a missão prioritária do Programa,

A Cultura é uma das áreas de atuação, como pode vir a ser a Educação, mas a finalidade do programa é o desenvolvimento e a integração social. A gente considerou essa uma mudança muito positiva, que fortaleceu o programa dentro e fora do Governo, fortaleceu a participação da sociedade civil também e possibilitou que o programa abrisse uma nova frente nessa área de ações efetivas de acompanhamento social para os beneficiários.⁷²

Segundo Ricardo Castro,

O Neojiba desde sua implantação deixou bastante claro que ele foi inspirado no El Sistema, que foi fundado em 1975 também na área da Cultura lá na Venezuela e que rapidamente, pela sua ação e pelos seus resultados, notou-se que se tratava de algo que ia muito além de uma ação cultural. [...] No caso do Neojiba nós sentimos isso quando de repente havia uma grande necessidade aqui dentro da presença de assistentes sociais, da presença de um

⁷¹ Entrevista com Joana Angélica Rocha, concedida em 07 de abril de 2015.

⁷² Entrevista com Elizabeth Ponte, concedida em 15 de abril de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice B desta monografia.

acompanhamento psicológico, da presença de um levantamento de impacto nas comunidades.⁷³

É importante destacar que o Neojiba não se configura como um projeto social para a inclusão exclusivamente de uma população carente. Nenhuma exigência sobre renda é feita como critério para ingressar no Programa. Como uma ação pública de governo, desenvolvida por uma secretaria que tem por finalidade promover o desenvolvimento social do estado, iniciativas como a criação de Núcleos em bairros periféricos ou apoio a projetos existentes nessas mesmas áreas e o atendimento socioassistencial dos seus membros tornam-se prioritárias. Em decorrência da realidade socioeconômica destas localidades, pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social formam parte significativa do público compreendido pelo projeto. Entretanto, os jovens são admitidos sem distinção de classe social.

3.2. A voz dos beneficiários

As primeiras entrevistas com os beneficiados do projeto foram feitas com os integrantes da Orquestra Castro Alves, durante uma das tardes de ensaio. O corredor atrás da sala em que os jovens se reuniam foi preenchido pelo barulho dos instrumentos sendo afinados. Sentado ali, Josué Assis, de 17 anos parecia impaciente para terminar de responder às perguntas da entrevista. Entre uma resposta breve e outra, afirmou que a carreira musical era a que ele iria seguir, não havia outra coisa que pensasse em fazer. Josué veio de um ambiente musical, o pai é trompetista, a irmã toca viola e o irmão mais novo está começando a aprender sax. Hoje, além do trompete que aprendeu a tocar com o pai, ele é contrabaixista na OCA, onde está há quase um ano e meio. A carreira de músico parece um caminho previsível para Josué com a influência da família onde quase todos são instrumentistas, mas como reiteram os gestores do projeto, o Neojiba não tem o propósito de formar músicos, ou não somente.

Guido dos Santos Silva Neto tem 13 anos de idade, toca violoncelo e faz parte da Orquestra Pedagógica Experimental desde 2013. Kívia Santos tem 22 anos é contrabaixista na Juvenil da Bahia e está no Neojiba desde a primeira audição pública realizada em 2007. Kívia aprendeu a tocar seu primeiro instrumento desde os cinco anos

⁷³ Entrevista com Ricardo Castro, concedida em 04 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice A desta monografia.

e Guido desde os quatro. Ambos foram colocados pelos pais em escolas particulares de música para ocupar o tempo extra. “Minha mãe me colocou na escola de música por que tem aquela coisa né, criança sozinha em casa não dá certo, taca fogo na casa”, diz a moça. Ela acabou de entrar na faculdade de música e quer seguir a carreira de musicista, ele quer ser químico.

No relatório de acompanhamento da escolaridade dos beneficiários, feito pelo Setor de Desenvolvimento Social, até o primeiro trimestre de 2015 haviam 80 integrantes do Neojiba matriculados no ensino superior. Este número refere-se a um percentual de cerca de 6% do universo de 1.360 beneficiários pertencentes aos NGF e NPOs. Dos 80 integrantes ingressos no ensino superior, 60 (75%) deles optaram pela área de Música, nos cursos de bacharelado, licenciatura e composição e regência. Os outros 20 (25%) seguiram as áreas de Saúde, Engenharia, Direito, Psicologia, Cinema, Letras, etc.

Ser musicista não é a opção de todos os membros do Neojiba. Em muitos casos a música é apenas um *hobby*. Isso pode mudar, como aconteceu com a Kívia, que começou a estudar música quando pequena como um passatempo, mas decidiu prosseguir.

Se eu tinha alguma dúvida de que queria ser musicista, hoje em dia não tenho mais e graças ao Neojiba, por que se não fosse em 2007, que Ricardo tivesse criado o Neojiba, hoje eu estaria me formando em uma faculdade que não é de música, por que eu não estaria mais na escola de música, pela minha idade. Já estaria em uma faculdade de outra coisa, teria ido por outro caminho. Então o Neojiba foi um passo muito importante para saber o que eu queria da minha vida profissional e não jogar fora todos os anos de escola de música que eu já tinha feito desde pequena⁷⁴.

Ou pode ser uma opção secundária, como no caso de Jacinara. “Eu tenho vontade de seguir na música, fazer faculdade, mas essa não é a minha primeira opção, eu quero fazer algo mais, que ainda não está definido, e deixar a música como uma segunda faculdade”⁷⁵, afirma a jovem. Jacinara, que tem 15 anos e ainda está em idade escolar, toca flauta transversal na OCA e, além de estudante e musicista, é escoteira. Já Bruna Beatriz, violinista da OPE de 12 anos já se decidiu por outra carreira. “Eu gosto muito de música, mas prefiro seguir outras coisas. Na faculdade eu pretendo estudar Direito. Mas quero continuar no Neojiba até uma idade em que eu não possa mais ficar aqui”⁷⁶, diz. Bruna, assim como o Josué, teve em casa a influência da música já que sua tia e sua prima são

⁷⁴Entrevista com a integrante Kívia Santos, concedida em 13 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice C desta monografia.

⁷⁵Entrevista com a integrante Jacinara Santos Silva de Moraes, concedida em 15 de abril de 2015.

⁷⁶Entrevista com a integrante Bruna Beatriz Carvalho de Souza, concedida em 23 de abril de 2015.

musicistas e integrantes do Neojiba desde a sua primeira formação. Mas, apesar disso, seguir por este caminho não está sendo cogitado.

O “passar do tempo” enquanto fazem parte do projeto é bastante comum. Aprender um instrumento e tocar em uma orquestra para ocupar os horários vagos em que não estão na escola, parece uma alternativa razoável para a maioria dos jovens do projeto, sejam eles os que irão optar por uma carreira na música ou não.

Hikiji, em seu artigo *Música para matar o tempo intervalo, suspensão e imersão*, trata sobre as temporalidades da música para as crianças e jovens do Projeto Guri, objeto de sua pesquisa. Para a autora, “a música põe em suspensão o tempo cotidiano, ao dotar de conteúdo sonoro, sentido e ordem [...], um determinado espaço de tempo.” (HIKIJ, 2006, p. 152)⁷⁷ Segundo Hikiji,

A ocupação do tempo fora da escola é um dos principais objetivos dos projetos governamentais ou não-governamentais destinados aos “jovens em situação de risco”. Os pais de alunos não medem esforços em sua maratona para manter os filhos ocupados. Mesmo alguns jovens associam o espaço da rua a aspectos negativos, como o crime e a violência, embora, para eles, a casa não seja tampouco lugar valorizado.” (HIKIJ, 2006, p. 158)

Bruna Beatriz diz como o ensino da música pode ser positivo. “Além de ser educativo, acho muito bom a gente aprender um instrumento além da escola, por que você até se sente melhor do que passar uma tarde em casa, sem aprender nada. Eu acho que a música desenvolve muito a pessoa, é um ensino muito bom”.

Entretanto, permanecer na carreira musical foi o que levou muitos dos jovens a decidiram fazer parte do Neojiba. Muitos dos que já possuem mais idade e estão no projeto há mais tempo, como os que entraram em 2007, já faziam música antes e encontraram no Programa uma oportunidade de aperfeiçoarem-se e seguirem na área. Filipe Mota está no Neojiba desde 2009. Ele é de Belém, mas já vivia em Recife como músico. Filipe conheceu o projeto através de um amigo com quem já havia trabalhado antes na capital pernambucana. O amigo que estava morando em Salvador há cerca de dois anos lhe enviou alguns vídeos das apresentações da Orquestra Juvenil. O interesse pelo que viu foi tamanho, que Filipe decidiu vir para a Bahia e fazer uma audição para ingressar no Neojiba. Membro da Juvenil desde então, o violinista de 25 anos conta como a música passou a fazer parte da sua vida:

⁷⁷ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100006. Acesso em 10 de maio de 2015

Se não fosse pela música, sabe Deus o que eu estaria fazendo da minha vida. Eu sempre recebi muito incentivo dos meus pais, algumas vezes eu queria desistir, mas eles falavam que não, “vai para a escola de música!”, às vezes eu até apanhava para ir. Eles não são músicos, mais ninguém toca na minha família, só eu. Esse negócio de tocar violino veio mais da minha parte. Um belo dia apareceu um cara na escola onde estudava, eu era pequeno, e ele disse que iria abrir um projeto, que teria tais instrumentos e aí ele mostrou alguns para a gente, quando ele tocou no violino eu disse: é isso que eu quero!⁷⁸

Filipe diz gostar de tocar em uma orquestra e ainda faz parte de dois grupos de câmara que também são compostos por músicos do Neojiba, apesar de não contar como carga horária das atividades do projeto⁷⁹, mas decidiu por fazer licenciatura. “O ramo da música tem várias áreas e eu escolhi ensinar por que além de eu aprender muito ensinando, a amplitude para a área de trabalho é bem maior do que você só tocar em orquestra”, afirma. Assim como Filipe, Rodrigo Reis, trompetista também na Juvenil, decidiu entrar no Neojiba para dar segmento à sua carreira de músico, que começou desde muito pequeno em Maragogipe, município onde nasceu.

Eu comecei a aprender música aos nove anos, em uma escola que estudei no interior, Escolinha Perseverança, e lá tinha uma bandinha que eles chamavam de Bandinha Mirim e aí me apresentaram a essa banda e eu me encantei. Acho que desde a barriga da minha mãe eu já tinha que ser músico. Aí comecei tocando a cornetinha em si bemol, e por aí vai, passei para um instrumento maior que chama cornetão, depois prato, bumbo, caixa, mas meu negócio era o bocal, a corneta, que tem uma ligação com o trompete.⁸⁰

A profissão de músico foi uma herança familiar. Ele conta que cresceu escutando dobrados, marchas e hinos militares por causa do seu avô.

Meu avô era baterista, tocava nos bailes lá da minha cidade e da região. Meu tataravô era tubista da Filarmônica onde eu aprendi a tocar trompete e essa Filarmônica foi muito influente na vida da minha família, porque lá ele ficou até o período em que estava perto de morrer. Ele tocava por amor. Então nós temos uma família que tem esse lado musical.

Mas, segundo Rodrigo, apesar disso, a maioria de seus familiares não ficaram satisfeitos com a sua escolha profissional, com exceção de sua avó e de sua mãe, que sempre o apoiaram. Rodrigo atualmente estuda bacharelado em instrumento na Universidade Federal da Bahia e parte do seu sonho de ser músico, que nasceu por causa do seu avô, é poder levar o que aprendeu para os futuros músicos de sua cidade, de onde saiu quando tinha 19 anos para ir a Salvador estudar e trabalhar com música.

⁷⁸ Entrevista com o integrante Filipe Oliveira Mota, concedida em 15 de maio de 2015.

⁷⁹ Os membros da Orquestra Juvenil devem obrigatoriamente cumprir uma carga horária semanal de monitoria nos outros grupos musicais ou Núcleos de Prática Orquestral e Coral.

⁸⁰ Entrevista com o integrante Rodrigo Reis Silva Santos Silva, concedida em 13 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice D desta monografia.

A relação das famílias com o trabalho dos jovens nas orquestras é, na maioria das vezes, positiva. Muitos pais vão aos concertos e apoiam a vida musical de seus filhos. Alguns deles se envolvem ainda mais, participando como voluntários no projeto ou em outras atividades como o Coro Sinfônico, que também funciona em regime de voluntariado. No entanto, em alguns casos os pais são contrários à permanência no projeto quando acreditam que pode interferir de forma negativa na vida escolar, tirando tempo e atenção que poderiam ser dedicados à mesma, ou porque não acreditam que a escolha pela carreira musical seja uma opção viável para uma vida estabilizada. De acordo com o gerente pedagógico do Neojiba, existe muita cobrança por parte das famílias, principalmente em relação aos integrantes com mais idade, que já atingiram a fase adulta.

No primeiro momento é de muita aceitação, incentivo e busca por isso, até porque aqui no NGF, além de todo o aprendizado, do envolvimento que se tem e de todos os resultados musicais e sociais, há a questão financeira. Os jovens podem receber uma bolsa, que muitas vezes se torna uma ajuda à família. Mas o que percebemos é o seguinte, quando os integrantes não chegam na orquestra principal, não desenvolvem muito, então vem a cobrança da família para que ele vá trabalhar em outra área, dizem “não dá para você ficar estudando esse instrumento a vida inteira, você vai fazer o que de sua vida?”.⁸¹

Como já foi dito anteriormente, os valores do auxílio financeiro recebido pelos beneficiários do NGF são relativos ao grupo musical ao qual pertencem, nível musical e atividades realizadas no Programa. Dessa forma, a bolsa dos integrantes da Juvenil da Bahia é superior, variando de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), devido ao cumprimento de horas da monitoria; já o auxílio dos integrantes entrevistados da OPE e da OCA varia entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais⁸². Ao valor da bolsa inclui o dinheiro do transporte para a ida aos ensaios durante todo o mês. A maioria dos entrevistados, além do dinheiro para locomoção, afirma investir o valor recebido em melhorias para seus instrumentos. No caso dos membros da Orquestra Juvenil, que possuem mais idade, quatro dos cinco entrevistados do grupo orquestral já possuía mais de 20 anos, atribuem a bolsa a outras responsabilidades, como aluguel e despesas pessoais.

Questionados sobre possíveis melhorias que poderiam ser feitas dentro do Projeto, alguns dos integrantes entrevistados apontaram problemas de estrutura como a ausência de uma sede com mais salas de ensaio. A comunicação interna foi apontada por um entrevistado como obstáculo, o número de pessoas pelas quais devem passar as mensagens seria

⁸¹ Entrevista com Obadias Cunha, concedida em 11 de maio de 2015.

⁸² Informação referente aos valores dados pelos beneficiários entrevistados.

excessivo, causando atrasos no repasse de informações e, por conseguinte, alguns transtornos. Entretanto, a maioria afirmou não haver melhorias significativas a serem feitas.

A jovem Gerusa França diz estar satisfeita com o projeto, não tendo reclamações. “Tem algumas exigências sim, mas até então estou super satisfeita com tudo, porque da realidade que eu vim e com tudo que estão me oferecendo agora, não tenho do que me queixar”, conclui⁸³.

Gerusa tem 17 anos e toca viola na Orquestra Juvenil da Bahia. Ela é uma das jovens que ingressaram no NGF após terem passado por um Núcleo de Prática Orquestral e Coral. No seu caso, o NPO Estrelas Musicais, no Nordeste de Amaralina, bairro onde mora. Gerusa conta a sua percepção sobre o Neojiba: “Eu posso falar do Neojiba como um suporte, é o que eu tenho. Um lugar que venho para fazer música, aquilo que gosto. Muita coisa mudou na minha vida desde o Neojiba, educação, meu jeito de ser, eu era muito hiperativa antes, agora sou bem mais tranquila”.

Sobre uma melhor compreensão dos efeitos da experiência de participação no projeto causados nos seus beneficiários, serão apresentados a seguir alguns relatos, dados pelos jovens entrevistados quando questionados sobre a influência do Neojiba em suas vidas e na vida dos outros integrantes do projeto e os valores que são aprendidos:

A gente aprende muito a respeitar os outros, ter um respeito maior pela vida, fora o aprendizado que a gente recebe, tanto profissional, quanto pessoal. Se você tem um problema, aqui tem toda uma equipe que pode lhe ajudar a consertar esse problema, isso é muito interessante. O maior valor é aprender a respeitar a opinião das pessoas, seu espaço, mesmo você não concordando.⁸⁴

O projeto contribui muito, em várias formas, por que é um projeto social, para juntar pessoas e passar conhecimento. Então ensina muito, nos dá capacitação, tem me ensinado técnica e outras coisas mais.⁸⁵

O Neojiba hoje, eu vejo como um aprendizado, um início do que eu quero fazer para a minha vida. Apesar que o foco não é esse, é a parte social, que eu acho muito legal, importante ter essa coisa de multiplicar, de trabalhar com as crianças, acho isso maravilhoso. Talvez no futuro eu volte mais para essa parte da pedagogia, mas por enquanto eu quero ser instrumentista e eu vejo a Juvenil, que é a orquestra em que eu estou, como um lugar para aprender, então eu procuro dar o meu melhor, fazer o que eu posso para fazer um bom trabalho, por que eu quero usar esse conhecimento que estou adquirindo aqui no futuro, seja continuando a tocar em uma orquestra, ou para dar aula, para o que for.⁸⁶

⁸³ Entrevista com a integrante Gerusa Maria França Conceição, concedida em 15 de maio de 2015.

⁸⁴ Entrevista com o integrante Filipe Oliveira Mota, concedida em 15 de maio de 2015.

⁸⁵ Entrevista com o integrante Joas Ferreira, concedida em 15 de maio de 2015.

⁸⁶ Entrevista com a integrante Kívia Santos, concedida em 13 de maio de 2015. A entrevista transcrita na íntegra encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Nós aprendemos muito aqui a sermos disciplinados, a ter cuidado com os instrumentos, a respeitar o outro, a dar valor na fala do outro, mesmo você não concordado, você tem que saber ouvir e saber falar no seu determinado tempo. Praticar boas ações, isso tudo. E o Neojiba só influencia em coisas boas, por que a música já é uma coisa boa, então trouxe pra mim muitos benefícios.⁸⁷

Vejo o Neojiba como uma fórmula de escape para fugir do mundo que a gente vive hoje, ajuda bastante. Aqui tem caso de pessoas que passam por problemas e aqui acham conforto, o melhor pra elas. E os valores ensinados aqui são muitos, desde a união até a música, porque aqui nós temos que aprender com vários tipos de pessoas, de vários tipos de religião, de gostos musicais, de tudo.⁸⁸

Há no objetivo de analisar um projeto como o Neojiba uma razão prioritária, o público para quem é direcionado. É importante considerar todas as implicações da condição juvenil quando se analisa a influência do Programa para seus integrantes, que estão em idade de formação.

A solidariedade e o respeito com os colegas e às hierarquias são alguns dos valores mais destacados pelos entrevistados. A apropriação por parte deles sobre o que lhes é ensinado pode ser facilmente percebida e foi fundamental olhar para os jovens e percebê-los para além de sua divisão etária ou desempenho musical. Foi importante vê-los a partir de sua estrutura comportamental, que se constitui com base em suas realidades sociais, que são distintas da de seus companheiros de orquestra. Para esses jovens, a participação no Neojiba não envolve somente a aprendizagem da música, mas também a construção das relações interpessoais que, por conseguinte, contribuirão para a constituição de cada um como indivíduo, no modo como eles se reconhecem e de como se posicionam dentro dos seus espaços sociais de convivência.

⁸⁷ Entrevista com a integrante Jacinara Santos Silva de Moraes, concedida em 15 de abril de 2015.

⁸⁸ Entrevista com a integrante Paola Guimarães Fernandes, concedida em 15 de abril de 2015.

CONCLUSÃO

De acordo com a descrição apresentada no relatório da UNESCO, citado no primeiro capítulo, é de incumbência das políticas culturais garantir de maneira livre e criativa a criação, conservação e difusão do patrimônio cultural, a fim de que todas as pessoas, sem distinção, possam ter acesso às experiências e práticas culturais. Mas é também seu dever viabilizar a melhoria de vida para cada cidadão, garantindo a possibilidade de um futuro apropriado.

Tal percepção sobre os deveres das políticas culturais baseiam-se em uma noção de cultura intrínseca ao desenvolvimento social. Nesta monografia, entendemos que as políticas culturais devem ser pensadas para a produção e distribuição de bens culturais materiais mas também, e principalmente, simbólicos. Dessa forma, compreendemos que cultura e desenvolvimento não são esferas dicotômicas. Ao contrário, elas estão histórica e socialmente inter-relacionadas.

No Brasil, o histórico das políticas culturais é marcado por negativismos decorrentes de experiências autoritárias, descontínuas, quando não de mera ausência, como afirma Rubim (2007). Em muitos momentos ela esteve atrelada quase que exclusivamente ao crescimento financeiro ou mesmo à imposição de ideologias políticas.

A transversalidade no setor cultural passa a ser priorizada no país quando em 2003 Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura. Em seu discurso de posse, onde apresenta a cultura como direito essencial de todo cidadão, tal como saúde, educação e moradia, o então ministro afirma que uma política cultural deve atuar em parceria com todas as esferas governamentais, da Educação, Turismo, Meio Ambiente, Trabalho, Esporte e até Relações Exteriores⁸⁹.

Na Bahia, uma ampliação da transversalidade da cultura inicia-se após a mudança da gestão governamental em 2007. A decisão do Governo Jaques Wagner de criar a Secretaria de Cultura – Secult foi uma referência ao novo modelo de gestão implementado a nível federal e às reconhecidas mudanças no setor cultural em decorrência disso. É neste cenário que surge o Neojiba. A criação de um programa público social de cunho cultural que apostava no ensino e prática da música de concerto como meio para a integração dos

⁸⁹ <http://www.cultura.gov.br/discursos>. Acesso em: 19 de março de 2015.

jovens baianos, refletia o contexto mais horizontal das políticas públicas do país naquele período.

O Neojiba foi inspirado no modelo venezuelano do El Sistema que, assim como o primeiro, é um programa governamental com propósito de inclusão social. No entanto, o Sistema Nacional de Orquestras e Coros Juvenis e Infantis da Venezuela é uma política pública de Estado, gerido pela Fundação Musical Simón Bolívar, ligada ao Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia y Seguimiento de la Gestión de Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, que atua como auxiliar e coordenador da Presidência do país, já o Neojiba é uma política do governo baiano, gerido por uma Secretaria de Estado em parceria com uma entidade da sociedade civil.

Como política de governo, a publicização do Neojiba ocorrida em 2009, que divide a gestão do Programa entre o Governo do Estado e a Organização Social Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM foi crucial para o crescimento do projeto. As dificuldades da gestão pública, traduzidas em burocracias, contingenciamentos, atrasos nos repasses financeiros, etc. foram cambiadas por um modelo de gestão otimizada que viabilizou a ampliação de possibilidades para a execução do projeto, desde as parcerias e formas de captação de recursos, até sua organização administrativa.

A evidência disso está no histórico de desenvolvimento do Programa. Os beneficiários do Núcleo de Gestão e Formação Profissional – NGF, núcleo central do projeto se multiplicou entre os outros Núcleos de Prática Orquestral e Coral – NPOs que começaram a ser criados no ano de 2011 e somam atualmente sete Núcleos espalhados por bairros de Salvador e municípios do interior da Bahia, beneficiando diretamente cerca de 1.300 crianças e jovens com idades entre seis e 29 anos, oferecendo o ensino e prática da música orquestral gratuitamente. Este número amplia quando inclui os beneficiados pelas ações de multiplicação do Neojiba, como a iniciativa da Rede de Projetos Orquestrais da Bahia e do projeto Neojiba nos Bairros, chegando a mais de 4.600.

O tamanho alcançado pelo Neojiba foi um dos motivos que resultaram na mudança da Secretaria de Cultura, para a antiga Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, hoje Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, transição já esperada pelos seus gestores, principalmente pela missão do projeto de integrar e desenvolver socialmente os jovens beneficiários. Eles entendem que a cultura

é o meio para se chegar a este objetivo, mas enfatizam que o Neojiba é antes, um projeto social e a música permite que esta finalidade seja alcançada.

Os já conhecidos benefícios da prática musical para o bem-estar mental e físico do ser humano transformam-se em benefícios sociais. Todas as mudanças na capacidade de concentração, aumento da disciplina, desenvoltura, etc., são potencializadas pela música tocada de forma coletiva, premissa básica do Neojiba, que reitera a importância de um ambiente orquestral para a integração entre os jovens. Em uma orquestra, a busca pela harmonia principia as ações dos músicos. O objetivo de produzir ou reproduzir uma peça musical da melhor forma possível, desperta valores como a solidariedade, o comprometimento e o respeito, valores esses que são prioritariamente desenvolvidos e transmitidos pelo projeto.

Esta é a funcionalidade da arte apresentada no primeiro capítulo na fala de Hans-Joachim Koellreutter (1990). O autor afirma a necessidade da arte como socialmente funcional para o desenvolvimento de uma população. O ensino, aprendizagem e exercício da música deve compreender mais que os benefícios cognitivos, deve proporcionar mais que o prazer decorrente da apreciação estética, deve ser considerado pela sua relevância social.

Ainda no primeiro capítulo, citamos a experiência da Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA, criada no período do Estado Novo, que marcou a inauguração das políticas culturais no país e que estava caracterizado por um perfil político ufanista. Dirigido pelo reconhecido e renomado compositor e maestro brasileiro Heitor Villa-Lobos, o SEMA, através do canto orfeônico, caracterizou o ensino da música no Brasil daquela época como uma prática de formação ideológica nacionalista para as crianças brasileiras nas escolas.

A relação dos beneficiários do Neojiba com a música se constitui de maneira preliminar por um desejo de passar o tempo, aprender algo novo ou, no caso de alguns, seguir a carreira profissional. As entrevistas feitas com alguns dos integrantes dos grupos musicais do NGF possibilitaram identificar os diferentes modos de apropriação desses jovens em relação à experiência no Programa.

Para muitos, a música sempre esteve presente em suas vidas, alguns começaram a aprender a tocar instrumentos ainda muito novos, com quatro, cinco anos de idade ou no início da adolescência, entre 12 e 15 anos. Parte deles vieram de NPOs do Neojiba ou de escolas particulares de música. Os mais velhos entre os entrevistados, com idades entre

17 e 28 anos, integrantes da Orquestra Juvenil da Bahia, principal formação do projeto, apresentaram interesse em seguir a carreira musical. Já os mais novos, das Orquestra Pedagógica Experimental e Castro Alves, dividiam-se em seguir com a música como *hobby* ou como profissão.

Os que querem ser músicos enxergam no Neojiba um local para aprimorar a técnica e adquirir experiência para suas carreiras, os outros, como uma atividade para ocupar o tempo extra. Mas todos concordam que o Neojiba é um espaço de formação também pessoal, que agrega pessoas para aprender e praticar algo de que gostam.

O trabalho realizado pelo Neojiba preza pelo aperfeiçoamento dos jovens, na música ou em outra área de atuação que decidam seguir, estimulando a capacitação e o fortalecimento da autoestima dos mesmos.

A conquista da autoestima está diretamente ligada à qualidade do trabalho realizado pelos jovens, ao seu desenvolvimento nos ensaios, nas performances e ao reconhecimento adquirido. Segundo Ricardo Castro, o alcance do fator de excelência é essencial para que os próprios integrantes sintam-se estimulados a prosseguir⁹⁰.

A excelência musical e a prática coletiva da música são alguns dos fundamentos do Neojiba, assim como a multiplicação do conhecimento. Embora todos esses aspectos estejam intrínsecos às atividades desenvolvidas pelo Programa, sendo transmitidos aos seus beneficiários, bem como a sua equipe de profissionais pedagógicos e gestores, o seu perfil social deve ser fortalecido junto aos integrantes.

A partir das entrevistas realizadas com os membros das orquestras, foi possível perceber que apesar de uma noção básica sobre o objetivo do projeto, muitos deles desconhecem a importância dada à sua missão social. Como no caso dos integrantes da Orquestra Juvenil que já realizam atividades de monitoria, a qual alguns deles descreveram basicamente como um cumprimento de horas obrigatórias, não havendo um envolvimento mais significativo na prática. Entretanto, como projeto que propõe o desenvolvimento e integração social, suas atividades de multiplicação devem ser mais que uma forma de estender o acesso à música orquestral para jovens de todas as regiões do estado.

A ampliação do Neojiba deve possibilitar que todas as crianças, adolescentes e jovens alcançados pelo projeto recebam uma formação tanto pedagógica, quanto social. Para isso

⁹⁰ Entrevista com Ricardo Castro, concedida em 04 de maio de 2015.

os multiplicadores devem compreender a ação para além da prática pedagógica, mensurando a importância do desenvolvimento integral também para os jovens que irão orientar e que isso é fator essencial para que o principal propósito do Programa seja posto em prática.

O Neojiba vem se destacando como uma importante iniciativa para o empoderamento da juventude baiana, apresentando-se como uma alternativa na vida de seus beneficiários, para a conquista e o exercício da cidadania e para sua transformação em atores sociais. A sua realização está paralelamente ligada ao desenvolvimento social e cultural do estado. A cultura não é apenas um instrumento, é por meio dela que se desenvolve o projeto e seus integrantes e não só os jovens músicos que fazem parte de seus grupos orquestrais, mas assim como descrito em seu lema, “aprende quem ensina”, também os seus gestores, equipe pedagógica e administrativa. O incentivo à sua expansão e a de outros projetos de perfil semelhante, promovida pelos setores público, privado e pela sociedade civil, reflete uma valorização e apropriação da cultura como fator de desenvolvimento, legitimando-a como importante aliada para as lutas sociais.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou dimensionar o significativo crescimento do Neojiba desde o seu primeiro ano de existência. A criação de NPOs em outras regiões do estado, assim como a iniciativa da Rede de Projetos Orquestrais da Bahia descentraliza o projeto que começou em Salvador. Desde 2007 até o início de 2015 são 17 cidades em 11 territórios de identidade que possuem projetos parceiros do Neojiba e recebem seu apoio pedagógico e de gestão, além dos projetos apoiados pelo Neojiba nos Bairros, que atualmente contempla 12 localidades em Salvador e Região Metropolitana. Os 80 primeiros membros integrantes da então Orquestra Juvenil 2 de Julho em 2007, tornaram-se hoje milhares de jovens em todo o estado beneficiados pelo Neojiba.

Muitos avanços já foram alcançados em termos de abrangência e número de beneficiários. A expectativa sempre foi estar presente em todos os municípios baianos, mas o objetivo de ampliação torna-se ao mesmo tempo um desafio. É necessário que seu desenvolvimento seja pensado de forma a possibilitar uma infraestrutura física adequada para todos os Núcleos, mas principalmente que seja investido em uma estrutura administrativa e pedagógica capacitada. O crescimento e consolidação do Neojiba deve ser um incentivo para fundamentar o fortalecimento e construção de mais políticas públicas para a juventude no âmbito da cultura e das artes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-52.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte, educação e cultura**. Portal Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>>. Acesso em: 14 de dez. de 2014.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-132.

_____. Dimensões da cultura e políticas públicas. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/Isaura.pdf>>. Acesso em: 22 de fev. de 2015.

BRITO, Teca Alencar de. O humano como objetivo da educação musical: O pensamento pedagógico-musical de Hans Joachim Koellreutter. In: **XVII Seminário Latino-Americano de Educação Musical**, Guatemala, 2011. Disponível em: <<http://www.galileo.edu/esa/files/2011/12/3.-O-HUMANO-COMO-OBJETIVO-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-MUSICAL-Teca-Brito.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2015

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectiva. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia(org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987, p. 13-59.

CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: Unesco, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

COSTIN, Claudia. Organizações Sociais como modelo para gestão de museus, orquestras e outras iniciativas culturais. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador,

Instituto de Direito Público da Bahia, nº. 2, junho/julho/agosto, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-2-JUNHO-2005-CLAUDIA%20COSTIN.pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2015.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Por uma cultura pública: organizações sociais, OSCIPS e a gestão não estatal na área da cultura.** 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

GIL, Gilberto. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo.** Brasília, 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/discursos>>. Acesso em: 19 de mar. de 2015

GOVIAS, Jonathan. The five fundamentals of El Sistema. **Canadian Music Educator**, v. 53, n. 1, p. 21-23, 2011. Disponível em: <https://elsistemausa.files.wordpress.com/2011/09/govias-five-fundamentals-of-el-sistema.pdf>. Acesso em: 05 de jul. de 2015.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. Etnografia da performance musical: identidade, alteridade e transformação. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 24, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n24/a08v1124.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. de 2015

_____. Música para matar o tempo: intervalo, suspensão e imersão. **MANA**, v. 12, n. 1, p. 151-178, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a06v12n1.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2015

KLEBER, Magali Oliveira. **A prática de educação musical em ONGs: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro.** 2006. 355 f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Departamento de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. Educação musical no terceiro mundo: função, problemas e possibilidades. **Cadernos de Estudo: Educação Musical**, Belo Horizonte: EMUFG/FEA, n. 1, p. 1-8, 1990. Disponível em: <http://www.atravez.org.br/ceem_1/terceiro_mundo.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015

_____. O ensino da música num mundo modificado. **Cadernos de Estudo: Educação Musical**, Belo Horizonte: EMUFG/FEA, n. 6, p. 37-44, 1997. Disponível em: <http://www.atravez.org.br/ceem_6/mundo_modificado.htm>. Acesso em: 24 mar. 2015.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. Som da nação: educação musical e civismo no Estado Novo (1937-1945). **Revista Alceu**. PUC-RJ, v. 9, p. 174-185, 2009. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%2013%20\(pp174%20a%20185\).pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%2013%20(pp174%20a%20185).pdf)>. Acesso em: 27 de mar. 2015.

Políticas culturais na Bahia 2007-2014 - Publicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano 1 – nº 1. Salvador, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: **Teorias e Políticas da Cultura**. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). Salvador: EDUFBA, 2007. p. 139-158.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____. (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SÁNCHEZ, Freddy. El Sistema Nacional para las Orquestas Juveniles e Infantiles. La nueva educación musical de Venezuela. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n. 18, p. 63-69, out. 2007. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/articloe/view/275/205>>. Acesso em: 17 de mar. de 2015.

Sites:

Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – <http://neojiba.org/>

Fundação Musical Simón Bolívar – <http://fundamusical.org.ve/>

Projeto Guri – <http://www.projetoguri.org.br/>

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista com Ricardo Castro, Diretor Geral do Neojiba, realizada em 04 de maio de 2015, no Teatro Castro Alves.

1. Como surgiu a ideia do Neojiba? Quais os primeiros passos para transformar a ideia em algo concreto?

A ideia surgiu quando eu visitei a Venezuela em 2005 e desde esse momento, comecei a falar muito por onde ia que era um projeto muito importante e que se podia implantar também no Brasil e os governantes aqui na Bahia ouviram o meu discurso e me chamaram para implantar, isso quando houve uma mudança de governo em 2007. O Secretário de Cultura Márcio Meireles já tinha escutado essa conversa por que tínhamos nos encontrado algum momento antes, então ele me chamou para implantar algo semelhante ao El Sistema aqui na Bahia. O primeiro passo foi fechar com o Governo uma estratégia de como fazer essa transferência, pois nesse momento eu morava essencialmente na Europa. Criei um nome para apresentar ao Governo, era preciso criar o nome de um programa que representasse o que íamos fazer e por isso a gente chegou a essa sigla aí que é Neojiba. Já tendo em mente o que queria fazer em termos de conteúdo, houveram algumas reuniões governamentais para o planejamento dos próximos cinco anos. Participei de muitas reuniões antes da posse, já no mês de dezembro e ao mesmo tempo o Governo me pediu para assumir a gestão artística da Orquestra Sinfônica da Bahia. Tendo essa incumbência, fui contratado como consultor da área da música de concerto para o Estado da Bahia, então comecei a ver o Programa e a questão da música de concerto como um todo, não somente a área de formação, da integração social, criando políticas estruturantes para a área.

2. O Neojiba é inspirado no El Sistema, da Venezuela. Que mudanças precisaram ser feitas para adaptar o projeto à realidade baiana?

Qualquer coisa que se faça em um lugar específico acaba ficando com o sotaque, com as especificidades locais e isso é muito bom. Da mesma forma que qualquer pessoa que imite outra, ela não perde sua identidade. Uma criança imita os pais, mas ela continua sendo um indivíduo que aprendeu imitando. Então essa ideia de imitar algo vai um polco no sentido de não querer reinventar a roda. Se você tem um programa que funciona há 25 anos, como era o caso do El Sistema na época, em outro país com características sociais e econômicas semelhantes ao nosso, a ideia então era aprender com eles as bases e metodologias, os primeiros passos. E a gente seguiu nesse sentido, tivemos uma série de ações para implantar o Neojiba que foram feitas seguindo o conselho do diretor do El Sistema, que é o maestro José Antônio Abreu. O primeiro deles foi de criar a primeira orquestra fazendo uma chamada pública. Então quando você cria essa primeira orquestra, ela imediatamente vai tomar as feições, as características do local onde ela foi criada. Vimos chegar aqui na Bahia, para essa primeira audição em 2007, em torno de 160 jovens inscritos, 80 e poucos foram aceitos nessa primeira fase. E você já tinha aí algo bem diferente do que acontecia no El Sistema, porque nessa primeira orquestra haviam alguns alunos da UFBA, alguns que tinha terminado a faculdade e iam largar a música por que não tinha mercado de trabalho ou metas nessa área, algo que defendesse e que justificasse a continuidade da atividade na área sinfônica; outros que ainda estavam na UFBA, mas que não tinham a prática orquestral e também estavam desestimulados; depois tivemos a chegada de uma população que aprendeu música nas igrejas, essencialmente igrejas evangélicas, que hoje em dia talvez seja a maior escola de música no Brasil, onde não têm acesso à prática orquestral ou a um ensino muito sofisticado, vamos dizer assim. As igrejas fazem o que podem, mas não são escolas de música, no sentido

acadêmico. Então você já tinha aí uma diferença de nível importante, entre os alunos da UFBA e esses formados pelas igrejas. Tivemos uma população que era autodidata, que aprendeu música no Youtube e não estava vinculada a nenhuma instituição, e algumas crianças que nem tocar sabiam, mas tinham uma vontade incrível de entrar no Neojiba. Então era um grupo muito disparate, tanto em idade quanto em nível, para criar uma primeira orquestra. Você já tem uma primeira diferença com o El Sistema, que trabalhava desde o início com gerações específicas, jovens que se reuniram em 1975, mais ou menos da mesma faixa etária e daí foram crescendo gerações em paralelo e hoje já estão na quarta, quinta geração de músicos fantásticos. Há aqui na Bahia também essa própria diversidade que o estado oferece, cultural, religiosa, social, que fez com que a orquestra tivesse uma riqueza, porque a diversidade é principalmente fonte de riqueza e também um desafio na questão do tratamento da linguagem: como se comunicar com um grupo tão heterogêneo em vários sentidos, pessoas que estavam no curso superior e outras que estavam no nível fundamental, outras que tinham largado a escola? Essa é uma situação muito *sui generis* para criar uma homogeneidade artística. Acho que isso permitiu que desde o início o Neojiba tivesse sua identidade baiana, foi desde o início bem representativo da nossa sociedade.

3. Qual é a estrutura básica necessária para o funcionamento do Neojiba?

Primeiro você tem elementos mínimos que é uma estrutura em recursos humanos, pessoas comprometidas e competentes. Isso é importante, mas importante para qualquer projeto. No caso da música, você tem uma outra demanda específica que é a infraestrutura física. Não se consegue resultados à altura das capacidades das pessoas no âmbito da música, se você não oferecer salas adequadas, com tratamento acústico, com controle de temperatura. Estudar qualquer coisa, mas principalmente estudar um instrumento, especificamente em grupo, se tratando de uma orquestra, numa sala sem climatização, sem tratamento acústico, se torna um inferno rapidamente. Então você consegue uma hora, uma hora e meia e depois a concentração cai, o resultado baixa sensivelmente e faz com que você nunca atinja a meta de excelência, fazendo com que as pessoas acabem saindo, por que quando não é bom, você se desestimula. Por isso que quando o Governo me chamou para implantar o Neojiba eu disse que teria que ser em um equipamento adequado e por isso, desde o início, nós fomos recebidos aqui no Teatro Castro Alves e estamos aqui até hoje, e agora estamos em fase de construção de novos equipamentos específicos para o Neojiba. Mas essas duas coisas, um RH comprometido, à disposição e uma infraestrutura adequada, são condições mínimas para implantar um programa como o Neojiba, mas as duas não serviriam de nada se não tivesse um apoio institucional forte, então é também muito importante que um programa como o Neojiba se caracterize como uma política pública, esperando que ela conquiste o status de política de estado, essa é uma meta.

4. Como funciona a gestão do projeto? Quais as principais dificuldades?

O projeto passou por diversas etapas. Nós temos adotado um planejamento estratégico bastante definido para esse crescimento contínuo, tanto do número de jovens e crianças que recebem essa oportunidade, quanto da equipe que faz a gestão desse. Então as estruturas são flexíveis, porque há variantes quando você implanta um Núcleo do Neojiba, que são específicas ao local: o financiamento, a população que você vai atender. E uma estrutura de gestão flexível é necessária para se adaptar a diversos casos na hora de implantar Núcleos. Essa é inclusive uma das razões que fez com que o Neojiba hoje seja um programa de governo com gestão no Terceiro Setor, porque o Terceiro Setor oferece essa flexibilidade e essa capacidade de crescimento que a administração direta não oferece. Um exemplo muito básico é que, na hora de abrir um Núcleo, se o Neojiba fosse um programa com administração direta

do governo, ele teria de ir à Assembleia pedir novos cargos para fazer a gestão desse Núcleo e isso é um processo muito demorado e depende de articulações políticas, e o programa ficaria nas mãos de pessoas que pouco entendem do assunto, por que os políticos podem entender de muitas coisas, mas na nossa área e geralmente na área social, tem essa deficiência por não estarem envolvidos diretamente, na área cultural ainda mais. Sendo o Neojiba do Terceiro Setor, ele tem capacidade de crescer, de se adaptar em função da demanda com rapidez, eficiência e principalmente com baixo custo. Essa é uma das características principais de um programa como o Neojiba, essa gestão pelo Terceiro Setor através de um contrato de gestão firmado com o Governo. Existe uma seleção pública para fazer a gestão do Programa, ou seja, é tudo muito transparente e por isso dá uma legitimidade ao todo, tanto da parte do Governo, por ter feito uma seleção para escolher a entidade do Terceiro Setor, quanto da parte da mesma, de poder trabalhar tendo comprovado suas competências, a competência da sua equipe gestora, pedagógica, da equipe de assistência social. Tudo isso é costurado de forma que as metas que estão nesse contrato sejam cumpridas. Inclusive, o recurso só chega na conta do Instituto se essas metas são cumpridas. Esse é mais ou menos o funcionamento do Programa, quem define as metas do Programa é o Governo, o Instituto somente aplica. Por estar mais envolvido na área e conhecer o terreno, ele pode sugerir ao Governo modificações, aditivos nesse contrato, mas é o Governo que define o que ele quer para o seu programa que é o Neojiba.

As dificuldades nessa área são que esse contrato é de prestação de serviços e o recurso entra por meio de parcelas trimestrais, no caso do Estado da Bahia, e essas parcelas podem atrasar. Ou seja, nessa mesma situação se encontraram outras Organizações Sociais, não fazendo o nosso tipo de trabalho, mas que já tiveram grande dificuldade e tiveram que devolver o programa e os equipamentos para o estado por que, como as prestações não eram pagas em dia para o funcionamento do programa, não foi possível se manter sem essas verbas. Essa é uma fragilidade do sistema, por que não existe uma obrigatoriedade do governo, como no caso do pagamento de salário dos seus funcionários públicos, porque mesmo que haja uma crise os salários chegam, em princípio é a última coisa que é cortada. No caso de uma Organização Social, a parcela pode atrasar. Então é importante que a Organização seja bem articulada para ter fundos próprios, é o que nós fazemos, para que nesses momentos de dificuldade financeira governamental, a Associação, o Instituto ou a OS possa manter as atividades funcionando. Isso é uma dificuldade, mas também, como toda dificuldade, ela provoca uma boa coisa, que é a implicação da sociedade civil num programa governamental. Esse é um dos casos onde a sociedade civil segura um programa de governo quando este tem dificuldades, por que quando o Instituto utiliza seus recursos próprios, ele o faz através de doações e apoios da sociedade civil, que nesse caso sustenta um programa do governo, independentemente do partido.

5. Por que a mudança de Secretaria?

O Neojiba desde sua implantação deixou bastante claro que ele foi inspirado no El Sistema, que foi fundado em 1975, também na área da Cultura lá na Venezuela e que rapidamente, pela sua ação e pelos seus resultados, notou-se que se tratava de algo que ia muito além de uma ação cultural. O impacto que o El Sistema provocou dentro da sociedade venezuelana foi muito grande, inclusive na saúde das famílias, na área da cidadania, pelo menos para aqueles que estavam envolvidos com o programa, demonstrando que essa prática era uma das ferramentas mais poderosas de transformação e desenvolvimento. Por isso, na Venezuela o Programa virou uma política de estado e passou a ser tratado de uma outra forma, como ele realmente estava sendo executado. No caso do Neojiba nós sentimos isso quando de repente havia uma grande necessidade aqui dentro da presença de assistentes sociais, de um acompanhamento psicológico e de um levantamento de impacto nas comunidades. Então a

gente somente não sabia em que momento isso deveria acontecer na Bahia. Para o Neojiba que também foi implantado na área da Cultura, isso aconteceu um pouco mais rápido que na Venezuela, onde o El Sistema foi levado para o Ministério do Desenvolvimento Social, por que lá se trata de um programa nacional e não estadual como o nosso, e foi a partir daí que o Programa começou a atender efetivamente a população com os resultados que ele poderia. Nós começamos na Secretaria de Cultura por um convite do então Secretário Márcio Meireles, que se sensibilizou com isso, e por ser uma Secretaria nova, que também tinha uma preocupação social importante. Mas a Cultura se revelou rapidamente insuficiente para o tamanho do Programa, para as aspirações de crescimento e para a necessidade da população com o Neojiba. A Cultura tem um tamanho próprio e tem em si uma série de ações muito bem estruturadas e uma série de necessidades a atender. O Estado tem uma demanda muito grande na área cultural e o Neojiba se tornou rapidamente algo grande demais para essa Secretaria. Por isso o Governo decidiu que estava no momento de mudar. Obviamente eu sempre fui um consultor na área, sempre trouxe meus argumentos muito claros e isso tudo foi discutido nas altas esferas do Governo, se era ou não o momento e por isso chegamos à conclusão juntos de que o Neojiba já estava pronto para esse passo e hoje essa mudança realmente se revelou um dos passos principais do Programa, uma das ações estratégicas mais importantes que a gente tomou desde a implantação do Neojiba, vendo o impacto que ele causou na Secretaria de Desenvolvimento Social que hoje se transformou em Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e o engajamento dessa Secretaria para a criação de políticas ligadas ao Programa Neojiba. Nós temos uma equipe dentro dessa Secretaria, extremamente capaz, e hoje capacitada no que diz respeito ao Neojiba, o que nos coloca como Instituição, como OS muito mais à vontade em termos de parceria com o Governo, seguindo hoje uma política pré-determinada pelo Secretário, sobre o que ele quer para o Neojiba, o que a Secretaria espera do Programa. Acho que estamos em um bom caminho, é mais uma etapa chave de crescimento do Neojiba. Como todos sabem, sempre deixei claro que o Neojiba aspira crescer em todo o estado da Bahia, até que nenhuma criança ou jovem fique sem a oportunidade de tocar um instrumento musical, que ele possa escolher que linguagem quer expressar por esse instrumento, pode ser a música popular, pode querer tocar em filarmônicas ou em orquestras, pode querer tocar sozinho, ir para a Europa. O que o Neojiba traz é justamente a oportunidade de escolher, que nunca houve antes. Através do conhecimento e de ferramentas adequadas, a gente espera que todos os jovens na Bahia possam escolher e possam passar pela experiência musical que é fundamental para o desenvolvimento humano.

6. Qual a importância do investimento da iniciativa privada no projeto?

A questão da iniciativa privada é uma das soluções, uma das premissas para que nossa sociedade funcione, para que não se espere eternamente para que o Governo resolva tudo ou que as ações fiquem segmentadas pela iniciativa privada. Nós todos fazemos parte da mesma condição social e acho que a única solução é que esses atores trabalhem conjuntamente, como se fosse um tripé, quando um tem dificuldade, o outro pode ajudar. Essa Lei de OS permite que a iniciativa privada colabore com um programa de Governo, ao mesmo tempo que permite que o Governo estabeleça políticas para que a iniciativa privada aplique essas políticas com flexibilidade, com controle de qualidade e justamente com essa sensação de que estamos trabalhando juntos. Isso é essencial, temos que ultrapassar questões ideológicas políticas e pensar no humano, nas nossas reais necessidades básicas e elas são as mesmas, independentemente de qualquer ideologia. E nós estamos falando de necessidades básicas, a arte é uma necessidade básica do ser humano e no caso do Neojiba, a arte é tão básica que se torna ferramenta de desenvolvimento. Nós trabalhamos numa metodologia, de uma forma de fazer que é inclusiva, que integra, transforma a comunidade e prepara esse ser humano para o mundo que está aí. Se ele quer ser artista, ele pode ser artista, mas não é a função do Neojiba

preparar músicos, apesar de dar a todos que estão aqui as ferramentas para que, aqueles que quiserem ser músicos, possam ser. Mas muitos integrantes das nossas orquestras têm atividades profissionais paralelas, já estudam engenharia, eletrotécnica, sociologia, ou seja, isso tudo comprova que o acesso à arte e em comunidade, é um vetor de crescimento, uma abertura de portas fundamental. Nesse sentido, um programa como o Neojiba trata de uma necessidade básica para crescer.

7. Como avalia as políticas culturais na Bahia e no Brasil?

Houveram grandes mudanças com a entrada de Gil no Minc em 2003. Damos um grande passo na área da cultura, e também das artes. A arte é uma ferramenta de expressão de diversas linguagens, fundamental para o ser humano e que precisa realmente de uma Secretaria forte para desenvolver suas políticas de expansão, para que todos no território nacional tenham a possibilidade de interagir com essas linguagens. Essa foi uma das mudanças, a consciência da necessidade da interdisciplinaridade. Nós estamos falando da área de desenvolvimento social, mas também da área de educação. Hoje uma escola precisa se preocupar com o aspecto da atividade criativa humana, que é uma das maiores capacidades da arte, desenvolver a criatividade. A escola precisa investir nisso, então a cultura precisa também estar na escola, não só na área de desenvolvimento social como nós fazemos, mas também na área de educação. Eu fico feliz de ver que existe esse momento agora, e que os artistas podem assumir uma função mais cidadã, mais comprometida, que vai além da presença no palco, do usufruto da contemplação, da oferta de um produto a ser contemplado por uma população, mas que chega perto das pessoas e traz essa linguagem para todos. Eu acredito no artista formador, principalmente na nossa sociedade atual. A arte pode colaborar e lutar contra as desigualdades e contra a violência, contra problemas sociais graves e nós artistas temos que participar disso. Acho que todo mundo tem que ir à frente e por isso hoje estou aqui, como gestor do Neojiba. Não tinha problema nenhum como artista, como músico. Tinha uma vida de músico bem desenvolvida antes de implantar o Neojiba, mas achei insuficiente diante do tamanho dos problemas que vi chegar, dos problemas sociais. Espero que essas novas políticas estejam sensibilizando os artistas para essa função que nós podemos ter, que nós devemos ter, colaborar nas batalhas atuais de desenvolvimento humanos da nossa sociedade, para melhorar a nossa situação humana.

8. Qual a abrangência do Neojiba hoje? Em que regiões do estado ele está presente e de que forma?

O Neojiba tem núcleos com gestão direta, o primeiro é o NGF - Núcleo de Gestão e Formação Profissional, Núcleo central, que faz a gestão de todo o Programa, e que hoje ainda funciona no Teatro Castro Alves e em nossos escritório e Escola de Lutheria, no Barbalho. Nós funcionamos nesses três espaços físicos, enquanto as obras no Parque do Queimado não estão prontas para migrar tudo pra lá. Esse Núcleo central faz a gestão de Núcleos de Prática Orquestral e Coral, que também tem gestão direta do Neojiba. São poucos núcleos de gestão direta mas, em paralelo, o Neojiba tem uma Rede de Projetos Orquestrais que atinge 11 territórios de identidade no interior da Bahia e em torno de 20 projetos orquestrais, nos quais monitores recebem apoio financeiro do Neojiba para multiplicar na sua cidade. Esses programas recebem apoio institucional também, o Neojiba por exemplo, ensina a se inscrever em editais, manda professores para capacitar, no que nós chamamos de Caravanas Pedagógicas. Nós temos uma interface de conteúdo e também, de certa forma, infraestrutura, por que nós também fazemos a reparação de instrumentos desses Núcleos, ajudamos nessa parte institucional, de conversar com prefeituras, etc., mas é mais uma ajuda de conteúdo, não financeira direta, a não ser que leve em consideração o pagamento das bolsas, nesse caso

o Neojiba ajuda financeiramente também. Mas a gestão e a responsabilidade desses projetos da Rede são individuais. Cada projeto tem seu CNPJ, sua direção e toma suas decisões estratégicas, nós funcionamos como parceiros, apoiadores dentro dessa Rede. Alguns programas pedem para ser integrados na Rede de Núcleos do Neojiba e essa é uma decisão que vamos tomando aos poucos, em função da nossa capacidade de fazer uma gestão de qualidade. Com essa configuração, o levantamento hoje nos leva a um número de 4.600 pessoas, jovens e crianças, direta e indiretamente atendidos, sem falar nas suas famílias, onde o impacto é imenso, por causa da inclusão da música sinfônica, da música que essencialmente fazemos, existe uma mudança estrutural nas famílias, no trato entre os jovens e os pais e vice-versa. Existe uma meta que foi estabelecida desde o início, que esse número continue crescendo até que todos os territórios de identidade possam oferecer essas mesmas oportunidades que hoje oferecemos a esses 1.300 aqui diretamente relacionados ao Neojiba sob a nossa gestão e os outros 3300 que estão espalhados no interior da Bahia.

9. Há perspectiva de permanência no projeto para os que atingem esse limite?

O processo de crescimento do Neojiba é o que tem garantido uma permanência, uma continuidade de atividades no Neojiba. O jovem que entra com status de integrante, passa a ser bolsista e aprende a ser multiplicador, aprende a ensinar, às vezes faz faculdade também, por que hoje ele recebe um auxílio formação que nós oferecemos e consegue se manter somente estudando, e no final desse percurso, às vezes até no meio dele, os jovens têm recebido propostas de trabalho aqui dentro. Obviamente existem vários critérios, um deles é a capacitação. O principal deles, e o segundo é a idade, se você tem pessoas com o mesmo nível de capacidade, quem já chegou no limite para ser bolsista, que é 29 anos, seguindo a Lei que define a juventude no Brasil, quem tá mais perto dos 29 anos e está capacitado, tem prioridade para ser contratado. A segunda prioridade é o nível de capacitação, obviamente. Mas a gente pega primeiro quem já está chegando no final e obviamente, quer continuar, porque há outras possibilidades. O Neojiba hoje forma músicos que conseguem entrar em orquestras boas. Quando existe edital de orquestras, os que foram formados integralmente no Neojiba conseguem entrar nessas orquestras. Então existe uma possibilidade de continuação na música, fora do Neojiba e nas áreas técnicas também. O Neojiba tem um Atelier Escola de Lutheria, tem o Centro de Documentação e Memória, que fisicamente ainda não é o que a gente espera porque nós não temos uma sede, mas que já tem uma equipe bastante capacitada para tratar de partitura, da biblioteca do Neojiba, da midiateca. A gente vai abrindo aqui dentro mesmo, por exemplo em áreas de áudio e vídeo, tanto a possibilidade de trabalho, como o que precede a isso, que é a capacitação nessa área. O Programa oferece oportunidades, sempre com uma bolsa auxílio, de o jovem aprender a fazer o que ele vai poder depois ser empregado, então é um processo bastante completo. Agora, obviamente, a quantidade de vagas vai depender sempre da capacidade do Neojiba de crescer ou da capacidade do Governo de fornecer recursos para que o Programa cresça e abra mais vagas de trabalho, vagas para mais integrantes e mais Núcleos.

10. De que forma a educação musical influencia na vida dos jovens participantes? Quais valores são promovidos pelo Neojiba?

Isso não é uma novidade, os gregos já sabiam disso. Os antigos já sabiam que a música é uma atividade fundamental para o ser humano, tanto que ela nasce em qualquer sociedade, sem nenhum estímulo específico, qualquer sociedade que você chagar, vai ter música. A atividade musical em si, e eu estou falando não da contemplação da música, mas da própria prática musical, ela é estruturante, estimulante, inclusive em questões químicas, no cérebro, uma atividade que mexe com seu organismo. Ela fica ainda mais revolucionária e fundamental

quando é feita em conjunto. É aí que entra o Neojiba, por que escolas de música sempre existiram e continuarão a existir e nós achamos isso ótimo, mas um programa como o Neojiba preconiza a prática coletiva da música, e é a partir daí que você tem uma nova ferramenta de integração das pessoas e principalmente de aprendizado de vida comunitária. Um problema que aparece e que ocorre muito no domínio da arte é o isolamento do artista que quer se desenvolver, e até então a principal estratégia dele era se isolar para se capacitar e criar a sua identidade artística. Nós utilizamos de uma outra estratégia, primeiro há o contato, o diálogo, nós estamos tratando de uma linguagem universal, você toca música em qualquer lugar, as pessoas recebem quase que sempre a mesma mensagem, primeiro quando ela é bem escrita e em seguida quando ela é bem tocada, uma música transmite emoções fortes para o ser humano e isso acontece em qualquer lugar do planeta. Se tratando de uma linguagem, você pode ensinar as pessoas a dialogar em comunidade por meio de uma prática artística, no caso musical. E é aí que entra a orquestra, que é o lugar onde há o maior número de possibilidades para que isso aconteça, onde há um repertório mais rico, onde há um maior número de músicos, onde você tem uma estrutura que permita que isso se transforme em beleza. Por isso a orquestra é a ferramenta mais poderosa, e um coro é muito importante também ou as bandas e os grupos de Câmara, mas tudo isso que acontece nesses conjuntos, numa orquestra acontece tudo isso junto, ao mesmo tempo. Esses conjuntos conseguem exercer essa função também, mas numa escala menor, na orquestra não, você tem aí realmente uma ferramenta integral para que isso funcione. Há um sistema de hierarquia próprio, uma disciplina específica, uma demanda de excelência fundamental, por que senão o que você toca não sai bem feito, a mensagem não passa e você perde aquela oportunidade de criar beleza. É aí que entra o Neojiba, é por isso que ele é hoje ferramenta inovadora, pioneira, aqui na Bahia e no Brasil, de desenvolvimento social.

11. Quais os principais resultados alcançados com o projeto desde o seu início?

Os principais resultados do Neojiba são o impacto social sem precedentes no estado da Bahia, transformando as plateias de concerto que hoje são também retrato da nossa sociedade, mas com a diferença de estarem integradas, você tem todos os segmentos da sociedade hoje indo a concertos sinfônicos, isso é uma grande vitória. Você tem uma sociedade que respeita o jovem que anda com um instrumento e que decide por esse meio de crescimento e por essa profissão, houve uma valorização da profissão e da própria atividade musical e, melhor ainda, houve uma valorização da juventude não somente aqui na Bahia, mas no Brasil. O Neojiba abriu portas no exterior para que a juventude brasileira hoje possa tocar em salas de concerto. Nós fomos os pioneiros, a primeira orquestra juvenil a sair do país para tocar em uma sala importante na Europa e isso abriu as portas para que outros programas invistam também e acreditem na juventude musical brasileira, na juventude que está com instrumentos na mão. Antigamente você tinha que fazer parte de uma ou outra orquestra brasileira que consegue fazer uma turnê, que custa milhões inclusive, que é um grupo fechado e seletivo de músicos, para ter essas oportunidades. Hoje o Neojiba oferece oportunidades únicas e inéditas à juventude, dando um exemplo para que outros também o façam. Essas são as maiores conquistas, é ter comprovado que o investimento na juventude é importante, vale à pena, dá resultados excepcionais e que é o caminho para o nosso desenvolvimento.

Apêndice B – Entrevista com Elizabeth Ponte, Diretora Institucional do Neojiba, realizada em 15 de abril de 2015, no escritório do Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM.

1. O Neojiba é inspirado no El Sistema, da Venezuela. Quais mudanças precisaram ser feitas para adaptar o projeto à realidade baiana?

Na verdade o El Sistema não é uma franquia musical, ele é uma política pública da Venezuela, que existe desde 1975 e que pelos seus resultados e pela forma inovadora como tratou a questão do ensino da música e também da música como meio de transformação social, serve de inspiração para diversos países, estados, implantarem programas similares. Nenhum programa fora da Venezuela é El Sistema, eles são inspirados no El Sistema, e é claro que nenhum deles é igual também. Eles todos procuram em certa medida seguir alguns preceitos básicos que El Sistema ensinou, como o ensino da música através da prática coletiva; o equilíbrio e a interdependência entre a busca da excelência e a área social, que não devem ser opostas e que a excelência é o motor da transformação social; a capacidade de trabalhar em rede, de se expandir e multiplicar o conhecimento. Enfim, algumas premissas que são adotadas por programas que se inspiram no El Sistema, então não faz muito sentido falar em que mudanças tiveram que ser feitas, por que não é que a gente pegou o pacote e adaptou para a Bahia. O Neojiba foi construído através desses preceitos, mas se adequando desde o início à realidade da Bahia, que é uma realidade diferente da de São Paulo, do Sul do Brasil ou de outros estados do Nordeste.

2. Qual é a estrutura básica necessária para o funcionamento do Neojiba?

O Neojiba é um programa do Governo do Estado da Bahia, mas desde 2009 ele é gerido através de um sistema chamado de “publicização”, que é uma parceria entre governo e sociedade civil, para a gestão de programas públicos. Isso é muito importante, acho que foi um dos fatores decisivos que permitiu que o Neojiba alcançasse esses resultados tão expressivos em menos de oito anos. Existe um contrato de gestão, formado entre o Governo do Estado e uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que no caso é o Instituto de Ação Social Pela Música, que é qualificado como Organização Social e é responsável pela gestão do Neojiba, sempre em parceria com o governo. Então, qual seria a estrutura básica? Eu diria, um governo interessado nesse programa, com uma visão de política pública nessa área e uma entidade da sociedade civil interessada em cooperar com o governo para a gestão dessa política pública.

3. Como funciona a gestão do projeto? Quais as principais dificuldades?

O modelo de publicização funciona assim: o governo divulga a vontade dele de publicizar determinado serviço, que podia ser a gestão de um espaço cultural ou de um outro corpo artístico. E no caso do Estado da Bahia, que prevê isso em lei, lança um edital público, para qualquer entidade interessada em assumir esse serviço e fazer essa parceria com o governo. A entidade apresenta sua proposta, que é analisada por uma comissão julgadora. Nós acabamos de passar por um último processo seletivo que foi em março de 2014, já no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social. Com o contrato de gestão, a entidade apresenta a proposta dela para a gestão daquele serviço, com o recurso que o governo disponibiliza e com as diretrizes que o governo explica no edital. Ela apresenta a proposta e, se contemplada, ainda pode discutir com o governo tais metas. O contrato de gestão é firmado por um período de cinco anos, mas dividido em um biênio e depois um triênio. A entidade recebe recursos

trimestralmente e presta contas trimestralmente, tanto da utilização dos recursos, quanto das metas cumpridas, das atividades realizadas.

Eu diria que atualmente não existem grandes dificuldades de gestão, quando a gente pensa na execução desse contrato de gestão. A atuação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social tem sido realmente exemplar, nesse sentido de executar uma efetiva parceria com a sociedade civil, não só no âmbito do acompanhamento do contrato de gestão, mas do planejamento das políticas públicas, do acompanhamento das atividades, da avaliação do serviço. No nosso caso, falando enquanto parceiro, isso torna muito mais fácil, por que você vê a parceria realmente acontecendo. Mas é claro, uma das principais ameaças que paira, e aí não só sobre o nosso caso específico, mas no próprio modelo como um todo, é a questão de eventuais atrasos no pagamento das parcelas. Não chegamos a sofrer isso, mesmo nesses quase cinco anos de gestão publicizada, primeiro com a Secult, depois com a SEDES (e posteriormente SJDHDS). Isso aconteceu raríssimas vezes e em contextos bem específicos de contingenciamento geral do Estado. Mas à medida em que o serviço vai crescendo e o valor do contrato vai aumentando, muito embora esteja previsto no contrato de gestão que a Organização Social pode antecipar recursos para ser ressarcida, fica cada vez mais difícil para uma entidade que não tem tantos recursos próprios assim, arcar com eventual atraso no pagamento da parcela. Então, eu não chamaria isso de dificuldade, mas diria que é um dos riscos. E corre o risco também de, a depender da gestão que está à frente da Secretaria, não haver mais envolvimento tão forte com o programa. Não passamos por isso ainda, mesmo com essa mudança de gestão. Temos uma equipe bastante comprometida na SJDHDS, que acompanha de perto as ações do Neojiba e que está muito imbuída desse espírito de política pública em parceria.

4. Como se dá a participação do Governo do Estado, em termos de gestão e investimento? Porque a mudança de Secretaria?

Quem constrói o edital e o plano de trabalho do edital é o Governo do Estado, então aí já entra essa dimensão de planejamento de política pública e o que o Governo do Estado quer com um programa como o Neojiba. Isso pode ser lido através da descrição do contrato de gestão, das metas previstas no contrato de trabalho e de eventuais ajustes no contrato. Só para dar um exemplo, no edital, no momento em que o Instituto foi contemplado como entidade vencedora do edital, fomos chamados a negociar algumas metas e foi exposto que a Secretaria tinha o interesse de que o Neojiba se integrasse com as ações do Programa Pacto Pela Vida, outro programa prioritário do Governo do Estado. Eles pediram que o Neojiba estivesse presente em todos os bairros com Bases Comunitárias de Segurança, em Salvador e Região Metropolitana, aí entra o componente de planejamento de política pública. O Governo tinha o interesse de levar o seu Programa para essas áreas com vulnerabilidade e altos índices de violência. Ele solicita que a entidade responsável pela gestão do Neojiba faça isso. O Governo tinha a ideia de que seria possível criar núcleos fixos do Neojiba em cada Base de Segurança e a Organização Social, com a experiência de gestão e de mensuramento de custos de investimento do programa, explicou que não seria possível com aquele recurso do contrato, mas ofereceu outra forma de atuação. Então a gente criou o programa Neojiba nos Bairros, que leva ações estruturantes do Programa, ações de formação, de empoderamento, de formação de jovens multiplicadores, de apoio pedagógico, para projetos musicais localizados em todos esses bairros. Esse é um exemplo de como essa parceria se dá e do papel essencial do Governo como responsável pelas políticas públicas, e da Organização Social como parceira que vai cooperar para que essas políticas sejam executadas. O governo entra com esse papel essencial de planejamento de políticas públicas, de direcionamento do que vem a ser o Programa, de que ações são mais importantes para serem executadas e também na parte do acompanhamento mesmo. O contrato de gestão prevê prestação de contas e relatório de

atividades trimestrais, que são religiosamente cumpridos, porque o desembolso da próxima parcela está vinculado à entrega do relatório do trimestre anterior e à aprovação das contas dos relatórios anteriores. Além disso, que foi uma inovação da Secretaria de Desenvolvimento Social, a comissão de avaliação que foi formada realiza reuniões mensais com o comitê gestor do Neojiba para acompanhar, saber das novidades, desafios. A Secretaria também esteve muito presente desde o começo, visitando fisicamente todos os nossos Núcleos. Existe um membro da comissão que é da área de assistência social e que trata exclusivamente do Neojiba, está dedicado ao acompanhamento das ações sociais do Neojiba e está sempre presente, orientando Joana Angélica, a nossa coordenadora de desenvolvimento social e a equipe dela. Então, é uma participação muito ativa deles, não acontece só por meio de relatórios, nem eventualmente e a gente acha que esse é um fator muito positivo que fortalece esse modelo de gestão e que dá mais sentido ao papel do estado enquanto responsável, não diretamente executor das políticas públicas.

Eu falei do papel da Secretaria, mas também outros órgãos participam. O Tribunal de Contas audita anualmente, através da Secretaria, as contas do Neojiba, acompanha não só os gastos, mas também como a própria Secretaria está acompanhando o Programa. Existe também uma atuação muito presente e muito importante da Secretaria de Administração do Estado, que tem uma coordenação dos programas de parceria de gestão, que auxilia tanto as secretarias, quanto as Organizações Sociais na execução dos contratos de gestão.

A gente acabou de fazer esse levantamento sobre as receitas que o Instituto recebeu no período de um ano desse contrato de gestão, de abril de 2014 até março de 2015. O nosso contrato de gestão com a Secretaria tem o valor de R\$ 7 milhões anuais. Além disso, o Instituto tem outras três fontes principais de receita que são: captação de recursos por projetos, e em sua maioria são projetos que se dividem em ações de difusão, projetos mais pontuais, com começo meio e fim, como a realização de uma turnê, a gravação de um CD ou um DVD, que são ações importantes de difusão e projetos para manutenção dos núcleos, por que os R\$ 7 milhões que o Governo de Estado repassa, arcam com a manutenção do principal núcleo do Neojiba, que é o Núcleo de Gestão e Formação Profissional e algumas das despesas mais importantes que são as despesas diretas com os beneficiários, o pagamento das bolsas, transporte, lanche, aquisição de instrumentos e o pagamento da equipe que executa o Neojiba que, para dar um exemplo, só esses dois itens equivale a quase 90% do contrato de gestão.

Os Núcleos são desde o princípio resultado de parcerias. Em cada núcleo a gente tem uma parceria com outra entidade da sociedade civil, a exemplo das Obras Sociais Irmã Dulce, da Santa Casa da Misericórdia, o SESI e FIEB, temos parceria com a Associação Cultural Ibarra, no Nordeste de Amaralina, como Instituto Antônio Gasparini, em Feira de Santana, que são co-realizadores dos nossos Núcleos. E para cada um deles a gente tem uma fonte de financiamento externa. Trabalhamos com captação de recursos através da Lei Rouanet, do Faz Cultura, do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Isso mostra mais ainda essa potencialidade de parceria e aqui, não só entre governo e sociedade civil, mas entre as entidades privadas também, para a gestão de programa público. Ano passado a gente captou em projetos R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais). Recebemos doações também no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais) e tivemos uma receita pequena com cachês, por conta da especificidade do ano passado, que foi um ano de transição, fizemos duas turnês. Cachês no ano passado foi no valor de cerca de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). E esses R\$ 7 milhões do recurso do Governo do Estado quase a totalidade dele vem do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que anualmente é cerca de R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) e o restante de recursos da Secretaria.

Quanto a mudança de Secretaria, a migração do Neojiba da área de Cultura para a área de Desenvolvimento Social foi muito natural quando você pensa na própria missão do projeto, na sua razão de existir. E foi o que aconteceu justamente na Venezuela. O El Sistema também

nasceu como uma ação vinculada à área da Cultura e depois passou a ser vinculada à área de Juventude e de Desenvolvimento Social. Essa migração aconteceu pela compreensão do Governo de que essa é a missão prioritária do Neojiba. A Cultura é uma das áreas de atuação, como pode vir a ser a Educação, mas a finalidade do programa é o desenvolvimento e a integração social. A gente considerou essa uma mudança muito positiva, que fortaleceu o programa dentro e fora do Governo, fortaleceu a participação da sociedade civil também e possibilitou que o programa abrisse uma nova frente nessa área de ações efetivas de acompanhamento social para os beneficiários.

5. Como avalia as políticas culturais na Bahia e no Brasil?

Há movimento que é muito natural, muito desejado e acho que inescapável hoje em dia, que é de integração de políticas públicas, da expansão do seu conceito e da sinergia entre diversos assuntos de interesse público. É muito comum você ainda escutar o discurso de que a arte não pode servir como ferramenta de desenvolvimento social. Acho que esse é um discurso que tem data de validade, que está fadado a um fim, porque não se trata de pensar as políticas públicas em caixinhas. Você vê por exemplo o que acontece com o Programa Pacto Pela Vida, que acho uma experiência desafiadora, mas já traz muito sobre o papel do governo de articulador de diversas políticas públicas em prol de uma prioridade, que no caso do Pacto Pela Vida é a prevenção, o combate à violência para a redução dos índices de homicídio ou de morte violenta. E eles entenderam que esse não é só um problema da Secretaria de Segurança Pública, que tem a ver com saúde, educação, com cultura, desenvolvimento social e com várias outras áreas. Isso para dizer que não é porque o Neojiba está agora vinculado oficialmente à Secretaria de Desenvolvimento Social, que ele deixa de ser uma ação cultural, ou que ele deixa de ter potencial para ser uma política também para a área de educação, dialogando com programas como o Pacto Pela Educação que acabou de ser lançado ou como o Mais Cultura nas escolas. Eu vejo isso como sinergia, como ganho. E especialmente para a área cultural, é uma coisa estratégica. Estamos acompanhando o que está acontecendo aí com os cortes de financiamento na cultura. Eu acredito que se a cultura fosse tratada como mais genuinamente transversal, ela teria mais força, mais respaldo e não ficaria tão à mercê de contingenciamentos, cortes, justamente por que as pessoas acham que a cultura é aquele pedacinho de ação do governo, que não é prioritária, e que por isso pode ser cortada ou adiada.

Eu vejo que em nível federal as mudanças são evidentes. É até discurso batido, que desde 2003 houve um avanço muito grande, uma expansão do conceito e da ação do governo na área de cultura. Foram ganhos incomensuráveis, mas acho que isso não afeta só a área cultural, mas afeta muito a nossa área. Essa ampliação de função do governo na área cultural não foi acompanhada por uma modernização da gestão pública e quando falamos em política pública, temos que pensar na gestão pública, na forma de gestão que o poder público tem. Isso para mim sempre foi um dos fatores que mais dificultaram para que uma política pública se transforme em uma ação de interesse público. É muito difícil executar as coisas do governo se você não tem os meios para isso, por mais boa vontade que se tenha. Acho ainda que relacionado com isso, dentro de uma análise das políticas culturais, alguns estados como a Bahia, o estado de São Paulo, e vários outros que já estão adotando esse modelo de gestão através de Organizações Sociais, têm trazido um ganho muito grande para as políticas culturais. É um ganho não só no ponto de vista da gestão, por ser uma gestão mais eficiente, mais ágil, mas na verdade os verdadeiros beneficiários são mesmo as políticas públicas e a sociedade, que ganha com melhores serviços entregues. Essa tendência de gestão pública através de parcerias é muito forte. Nós estamos vivendo uma expansão do modelo de publicização na área da cultura, isso é muito positivo.

Ainda falando em parceria, a ficha não caiu ainda para os governos estaduais, para o federal e para os municipais, sobre o novo Marco Regulatório do Terceiro Setor e acho que não caiu também para os agentes da área cultural, na sociedade civil, sobre o impacto que o novo Marco Regulatório vai ter e que tem tudo a ver com as formas de gestão das coisas e que se aplicado da forma correta, vai ser muito importante para ampliarmos o nosso escopo e a forma de execução das políticas públicas por parte do governo. Acho que esses são assuntos que tangenciam a gestão cultural pública e que precisam ser bem analisados e bem conhecidos pelo meio também.

6. Qual a importância do investimento da iniciativa privada no projeto?

Sem o apoio da iniciativa privada e de outras entidades da sociedade civil, não teríamos tido a capacidade de ampliar o Programa com a criação dos Núcleos, nem de realizar outras ações que são muito importantes. As ações que são de difusão, são muito estratégicas para o Neojiba, elas têm uma finalidade importante na missão do Programa. Uma turnê internacional não é feita apenas para divulgar a imagem do Neojiba, mas ajuda a divulgar a imagem do Governo do Estado e o mais importante de tudo, é uma experiência na vida dos jovens. É uma coisa transformadora e faz parte da missão de integração social proporcionar isso para os jovens. E além disso, é uma coisa que traz visibilidade para o Programa, que fortalece sua imagem pública na Bahia, no restante do Brasil e no exterior e ajuda a captar recursos para outras ações como a manutenção dos Núcleos e a participação da iniciativa privada nisso é essencial. É claro que por uma questão de como é pensado o marketing cultural hoje em dia, é muito mais fácil você captar para os projetos de difusão que para os projetos de manutenção, mas tendo em vista essa função estratégica dos projetos de difusão, isso é muito importante.

7. Qual a abrangência do Neojiba hoje? Em que regiões do estado ele está presente e de que forma?

O Neojiba tem três formas principais de atendimento. Nós temos o Núcleo de Gestão e Formação Profissional e os Núcleos de Prática Orquestral, um total de sete hoje em dia, que é a forma de atendimento direto do Programa. São mais de 1.300 integrantes atendidos diretamente, que participam das atividades musicais nesses núcleos, de segunda a sexta-feira e que recebem acompanhamento social também. Além disso a gente tem o Neojiba nos Bairros, que ano passado beneficiou cerca de 1.500 crianças e jovens participantes dos projetos musicais que existem nos bairros e temos também a Rede de Projetos Orquestrais da Bahia, que beneficia 18 projetos em 17 municípios e 11 territórios de identidade do estado, que recebem apoio pedagógico. Temos jovens multiplicadores que são bolsistas do Neojiba no interior do estado, jovens identificados nesses projetos, que têm esse perfil de multiplicador e que recebem uma bolsa do programa e capacitação. Realizamos caravanas pedagógicas, visitas dos nossos músicos aos municípios, orientamos os gestores em aspectos relacionados à gestão, elaboração de projetos, captação de recursos. Então, essa é uma outra forma de atendimento do Neojiba e que atinge cerca de 2.500 crianças, adolescentes e jovens indiretamente.

8. Como se dá a seleção dos participantes? Quais os principais critérios?

Existem duas formas de acesso aos Núcleos do Neojiba. No Núcleo de Gestão e Formação Profissional o acesso é feito através da existência da disponibilidade de vagas nos grupos musicais. Para ingresso no NGF, o jovem ou a criança precisa ter algum conhecimento musical, por que ele já entra diretamente nos grupos orquestrais. É feito uma divulgação

pública dessas vagas, com audições públicas e os jovens aprovados passam a entregar um desses grupos, que são a Orquestra Pedagógica Experimental, a Orquestra Castro Alves, a Juvenil da Bahia, nós temos uma Orquestra de Câmara e um Coro Juvenil. E apenas os jovens do NGF que recebem bolsa auxílio, que pode ir de R\$ 50,00 até R\$ 1.200,00 a depender do nível musical, do grupo que ele participa e do papel que ele tem no Programa. Nos Núcleos de Prática Orquestral e Coral, o perfil dos beneficiários depende do local e do contexto de implantação de cada Núcleo. Dos seis Núcleos, quatro funcionam em escolas, então eles atendem aos alunos daquelas escolas que, por exemplo, no caso de Simões Filho funciona na escola das Obras Sociais Irmã Dulce, que é uma escola estadual, mas gerida pelas Obras Sociais e que atende à comunidade de Simões Filho. Para ingresso nesses Núcleos, a criança não precisa ter conhecimento musical, é lá que acontece o aprendizado musical do zero, orientado e acompanhado pelos jovens multiplicadores de nível mais avançado do NGF. Então lá o ingresso é por vontade do integrante e pela existência de vagas. Qualquer criança da escola que se interesse, pode se inscrever e participar.

9. Qual a faixa etária dos participantes do projeto? Há um limite de idade? Há perspectiva de permanência no projeto para os que atingem esse limite?

A faixa etária que o Neojiba contempla hoje em dia é de seis a 29 anos, a gente pega a população de infância, adolescência e juventude. Isso por conta do Estatuto da Juventude que foi promulgado em 2013 e que prevê esse limite de 29 anos para considerar a população jovem e que deve ter direitos e acessos a serviços e políticas públicas. Existe uma perspectiva sim, claro. Muitos dos hoje funcionários do Instituto na área pedagógica são egressos do Neojiba. São jovens que entraram em 2007 na condição de bolsista e que hoje ou são coordenadores de instrumento, coordenadores de núcleo ou se capacitaram em áreas como produção técnica, lutheria, arquivo. Essa é uma perspectiva que se amplia a depender do crescimento do Neojiba. A cada novo Núcleo, se abre postos de trabalho e existe a possibilidade de contratação desses jovens.

10. Como se organizam as orquestras? Qual o critério para a escolha e perfil dos participantes de cada orquestra?

Se organizam por idade no caso da Orquestra Pedagógica Experimental, que vai até 13 anos. No caso da Orquestra Castro Alves, da Orquestra de Câmara que foi recém criada e da Juvenil, é por nível musical. Mas no caso da Juvenil não é só por nível musical, esse ano a gente fez um processo de seleção interno dos integrantes do NGF para composição da Orquestra Juvenil e foi um processo muito interessante, uma avaliação 360 graus, não só do desempenho musical, mas também uma avaliação dele no aspecto pedagógico, no aspecto de desenvolvimento social dele enquanto multiplicador e de avaliação entre os próprios pares. Foi um processo de avaliação em cinco etapas: a primeira delas era a audição, o desempenho musical, mas além disso foi feita uma avaliação sobre o desempenho dele nas atividades pedagógicas no ano anterior, pelos coordenadores dos Núcleos onde esse jovem atuava e pelos colegas dele. Houve um teste de teoria musical e também um teste de desenvolvimento social, para a gente ver o nível de compreensão dele sobre o papel da música enquanto meio e do instrutor enquanto um agente também de desenvolvimento social. Porque foram aprovados mais integrantes do que as vagas da Orquestra, a escolha final de quem estaria dentro de cada naipe foi feita pelos próprios músicos em uma votação colegiada. Essa foi uma forma inovadora de compor a Orquestra e de selecionar, por que esses jovens são não só alguns dos principais beneficiários porque recebem a bolsa no valor mais elevado, mas também são os principais multiplicadores do Programa, as futuras lideranças do Neojiba, que estão acompanhando e participando da formação de crianças na área musical. Então para a

Juvenil existe esse outro modelo de seleção, que é bem mais integral, mas para os outros grupos é por idade ou desempenho musical.

11. Qual percentual de participantes nunca teve contato com a música antes do Neojiba?

Nós temos 1300 integrantes, e cerca de 300 são do Núcleo de Gestão e Formação Profissional, todos os outros são dos Núcleos de Prática Orquestral, que são crianças que aprenderam do zero. Então aproximadamente 76%.

12. Qual o índice de evasão e qual (ais) as principais razões?

A gente começou a fazer um acompanhamento mais criterioso da questão de egressos a partir da migração do Neojiba para a área de desenvolvimento social, isso nunca foi uma meta, um indicador acompanhado pela Secretaria de Cultura e a gente também não tinha uma equipe de Desenvolvimento Social para isso na época. Agora temos a meta de fazer trimestralmente o relatório de egressos. Então só para dar uma estimativa, no último semestre houve 80 saídas no Neojiba, desses cerca de 1300 beneficiários diretos. Vários resolvem, inclusive aqueles que já estão em idade mais avançada, se dedicar a outras áreas, ingressam numa faculdade e não têm mais o desejo de continuar no Neojiba. Alguns saem por decisão das famílias, mas é muito pouco, outros saem por desinteresse mesmo. Tem que ter uma vontade completamente genuína, ninguém é obrigado a estar no Neojiba, esse é um dos princípios. Existem também casos de mudança da família que sai de Salvador ou do estado.

13. Como as famílias dos participantes se relacionam/envolvem com o projeto?

De diversas formas. Como meta do nosso contrato de gestão, a gente tem no mínimo dois encontros familiares por ano, por núcleo. Além disso, o Setor de Desenvolvimento Social se relaciona com as famílias para um acompanhamento escolar, todos os integrantes dos Núcleos que estão em idade escolar têm que apresentar não só o comprovante de matrícula, mas o boletim. O setor também trata de demandas particulares de algumas famílias. Ele é muito acessado pelos integrantes e familiares para receber uma orientação individualizada, para encaminhamento à Rede de Proteção de Direitos, CRAS, CREAS, encaminhamentos para parceiros nossos na área de saúde também. A gente tem uma parceria muito frutífera, desde o ano passado, com a Escola Baiana de Medicina, que oferece apoio na área de odontologia, fisioterapia e psicologia para os integrantes e famílias. A gente estimula muito a participação dos pais como voluntários do Neojiba, existem muitos pais que são voluntários em diversas ações, desde apoio nos concertos, acompanhamento dos grupos quando tem atividade externa e diversas outras formas. Estimulamos também a criação de grupos de pais, de determinada orquestra. Na Orquestra Pedagógica Experimental a gente tem uma experiência muito bacana que um grupo de mães da OPE, que se organizam e participam muito do Programa. São diversas as formas de atuação da família, mas a gente tem a consciência de que é preciso fazer muito e que para isso é preciso ter uma equipe mais forte, mais capacitada para fazer isso, por que a família é um dos principais pilares do Programa.

14. Com espaço próprio, o que muda? Qual a importância desse novo local?

Vai mudar muita coisa, porque a inexistência de uma sede própria sempre foi um fator muito limitador das ações do Neojiba. O Núcleo de Gestão e Formação Profissional é o polo central do Neojiba, dele depende a expansão do Programa e a nossa capacidade de atendimento a

outros projetos, no interior e em outros bairros. Então não é só uma questão atualmente de inexistência de um espaço físico, mas de uma casa para o Neojiba. É meio assustador como um programa desse porte, prioritário do Governo do Estado, ainda não conseguiu ter a sua sede própria. A gente acredita que com o Parque do Queimado, isso vai ser muito mais viável. Será muito importante por que hoje em dia o Núcleo de Gestão e Formação Profissional funciona parcialmente no Teatro Castro Alves e o TCA já não tem estrutura para comportar todos os grupos. A Orquestra Pedagógica Experimental e o Coro, por exemplo, ensaiam na Universidade Católica, no campus da Lapa, que foi uma outra parceria que a gente fez no ano passado e que nos cede espaço gratuitamente. Antes disso a Orquestra Pedagógica ensaiava do Colégio 2 de Julho, que fica bem próximo ao TCA. E mesmo a gente tendo o privilégio de utilizar as instalações da Orquestra Sinfônica da Bahia nos horários em que a Orquestra não utiliza, é muito pouco para o tamanho que o Neojiba tem hoje em dia. A gente não tem sala de estudo em grupo ou individual para atender todos os alunos, não temos espaços adequados para reuniões, para trabalhos de orientação da equipe pedagógica, para ações de formação dos monitores e dos gestores do interior. Tudo tem que ser feito de uma forma bem retalhada em outros espaços. E de um ponto de vista mais estratégico, relacionado à manutenção do Neojiba, a existência de uma sede vai ser essencial para a identidade do Programa em Salvador e por isso é muito emblemático que o Neojiba vá para o coração da Liberdade. E vai ser um fator muito importante para a captação de recursos para o Programa também. Uma sede, um espaço físico, possibilita que a gente realize muito mais ações, que tenha muito mais possibilidade de agregar parceiros, de atrair as empresas interessadas.

15. De que forma a educação musical influencia na vida dos jovens participantes? Quais valores são promovidos pelo Neojiba?

A prática musical influencia de muitas formas diferentes. O aprendizado musical por si só já traz muitos benefícios para qualquer participante, benefícios na área cognitiva, melhora o aprendizado, a capacidade de comunicação, até a postura física, raciocínio lógico, existem muitos estudos sobre isso. O fato de aprender música tem impactos muito positivos sobre qualquer criança e jovem. E quando isso acontece coletivamente, você pega esse impacto que era só individual e amplifica isso de uma forma incrível, fazendo com que o aprendizado da música traga outros benefícios sociais também. Na prática coletiva, o jovem desenvolve a capacidades sociais de interação, de cooperação, de aprender a trabalhar em equipe, entender hierarquias, trabalha muito o respeito e a capacidade de escutar e sobretudo favorece a criação de um grupo de referência positiva para esse jovem. Ele frequenta uma orquestra ou coral, esse grupo musical, quase que diariamente e não só ocupa o tempo dele, mas através de uma atividade produtiva, positiva, em um grupo de referência positivo. Além disso, especialmente em um programa como o Neojiba, existe a função de integração social. Apesar de nós termos a grande maioria dos jovens vindos de famílias de condições mais humildes, eles vêm de diversas regiões da cidade e vêm de origens diferentes também, mas na orquestra eles convivem como iguais. Essa é uma oportunidade que não se encontra em outros ambientes sociais, é muito raro você ter outras oportunidades de um jovem do Subúrbio Ferroviário conviver com alguém que mora na Graça ou qualquer outra região e conviverem como amigos. Isso não é possível na escola, não é possível nas áreas de lazer às quais eles têm acesso, mas isso acontece na orquestra. Existem muitos efeitos positivos dessa prática musical, sobretudo porque ela é feita de uma forma coletiva.

Agora bem recentemente a gente está construindo o nosso planejamento estratégico e vendo a nossa identidade institucional. Os principais valores do Neojiba são solidariedade, excelência, comprometimento e transparência. Isso a gente pensa o Neojiba do ponto de vista integral, mas eu diria que para os beneficiários, o principal valor que se passa é o da solidariedade e o da excelência.

16. Qual a perspectiva para uma carreira musical dos jovens beneficiários?

A perspectiva não é só de carreira musical, isso é o mais interessante. O objetivo do Neojiba é formar músicos, não é revelar talentos, não é criar orquestras. O ingresso de alguns jovens na carreira musical é um efeito colateral tão positivo quanto o ingresso dele na área de engenharia, segurança do trabalho ou qualquer área que ele queira seguir. O objetivo do Neojiba é formar pessoas melhores através da música. Ele pode seguir a carreira que ele quiser. A gente sabe que um número pequeno de integrantes do Neojiba vai vir a ser músico profissional, isso não é um problema, um indicador negativo. Queremos que ele aprenda esses valores e essa experiência da prática musical coletiva e que ele leve isso para qualquer área que for atuar, porque esses valores de solidariedade, excelência, essa capacidade de trabalhar em equipe, de respeitar o outro, além das capacidades cognitivas que a música traz, isso é o que faz o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano também. Existe perspectiva de carreira musical sim, vários integrantes que tiveram esse desejo e esse potencial também, hoje estão estudando fora. Nós temos uma integrante nossa que foi a primeira baiana aprovada na Academia da Filarmônica de Berlim e está morando lá há quase dois anos; temos Yuri, que foi um jovem regente revelado e formado pelo Neojiba e hoje está como regente assistente da Orquestra Experimental de Repertório em São Paulo; existe um jovem fagotista que está em uma orquestra profissional em Buenos Aires e vários outros casos, mas existem casos muito exitosos também de jovens que hoje estão fazendo Direito, Medicina, Engenharia, Letras, Serviço Social ou que estão trabalhando em outras áreas e que, para nós, isso é tão história de sucesso quanto a jovem que está na Filarmônica de Berlim.

17. Quais outros projetos de educação musical você destacaria na Bahia e/ou no Brasil?

A gente tem uma relação muito amistosa com o Projeto Guri, de São Paulo, que também é uma política pública, mas na área da Secretaria de Cultura e que é um dos principais projetos a alcançar essa dimensão estadual. Temos também uma excelente relação com outras orquestras jovens como a Orquestra Jovem de São Paulo, a Orquestra de Heliópolis, do Instituto Baccarelli e com outros projetos menos conhecidos mas que são tão exitosos quanto, como o Projeto Ciranda que fica no Cuiabá, o PRIMA da Paraíba, que inclusive foi criado em 2012 pelo Governo do Estado, inspirado pelo Neojiba e pelos resultados que alcançou. E com certeza existem várias outras iniciativas importantes, como o Festival de Música de Santa Catarina, que é um grande festival-escola, um motor grande de integração de jovens músicos do Brasil todo e do exterior. Os festivais como o FEMUSC têm um papel muito importante na formação musical no Brasil.

18. Quais os principais resultados alcançados com o projeto desde o seu início e quais as perspectivas para os próximos anos?

Um dos principais resultados alcançados pode ser o próprio tamanho que o Neojiba alcançou hoje em dia, com mais de 1300 beneficiários diretos, o grande ganho de visibilidade que o Neojiba trouxe para a Bahia e para a imagem do Brasil no exterior, a transformação que a gente vê na juventude, é um grande ganho para a juventude baiana, com a formação de multiplicadores, com a formação de novas lideranças. Acho que o Neojiba trouxe também, e aí pensando no aspecto do legado musical, o aproveitamento de jovens talentos baianos que não tinham perspectiva de atuação na área da música de concerto e que integraram a nossa Orquestra Juvenil, as nossas outras orquestras e muitos deles hoje ingressaram na Universidade Federal da Bahia, no curso de Música, então isso gera uma oxigenação na formação musical aqui. Houve também uma grande formação de público, hoje você vê um público muito diversificado, mais de 60% dos nossos públicos, isso com base em pesquisas

de público que a gente faz desde 2010, vêm das classes C, D e E. Isso ajuda a desmistificar muito a imagem que se tem do público de música de concerto, e o público é sempre crescente. Você vai em um concerto do Neojiba hoje, em qualquer dia da semana e vê a sala quase sempre cheia, com público muito diversificado. Houve a ampliação de acesso do público a essa linguagem musical, o que foi feito também com a ajuda da parceria que a gente teve durante três anos com a Fundação Dom Avellar Brandão Vilela, que durante três anos assumimos a programação musical da Rádio Vida, que foi a única rádio de concerto no Nordeste. Como benefícios também, nós temos esse histórico extenso de realizações da Orquestra Juvenil e do Neojiba, o grande destaque que a Orquestra alcançou em pouco tempo no exterior, contribuindo para essa imagem transformadora da Bahia e do Brasil lá fora. Foram muitos recordes quebrados, foi a primeira orquestra juvenil a se apresentar na Europa, a ser residente no Festival Europeu, que foi ano passado, a primeira orquestra a fazer uma turnê nos Estados Unidos, agenciada pela Columbia Music, a tocar com nomes como Lang Lang, como Martha Argerich. São muitas conquistas que já seriam muito impressionantes para qualquer orquestra brasileira, especialmente para uma orquestra juvenil da Bahia. Mas o que está por vir, acho que é uma inserção e fortalecimento cada vez maior do Neojiba no interior do estado, uma ampliação do Neojiba enquanto fomentador de iniciativas para formação musical, que é o nosso trabalho em rede, o fortalecimento desse trabalho. Mais para frente, a criação da nossa sede que vai ser um marco, não só para o Neojiba, mas para a cidade de Salvador, de ter um equipamento cultural e social de referência na Liberdade e o fortalecimento da nossa área social também, da afirmação para a opinião pública e para o todo, sobre a missão social do Neojiba.

Apêndice C – Entrevista com a beneficiária Kívia Santos, integrante da Orquestra Juvenil da Bahia, realizada em 13 de maio de 2015, no Teatro Castro Alves, Salvador, Bahia.

1. Idade?

22 anos.

2. Bairro onde mora?

Moro no Garcia.

3. Como tomou conhecimento do Neojiba?

Eu estudava em uma escola de música particular e minha professora de violino na época, tocava na OSBA e Ricardo Castro era Diretor Artísticos da OSBA, aí ela ficou sabendo que ele estava com o projeto de uma orquestra juvenil, mas por enquanto ainda estava no papel, isso foi no início de 2007. Quando chegou no meio do ano, em julho, começaram as audições e ela disse, “não deixe de se inscrever”, aí eu me inscrevi, passei e estou aí desde então.

4. Por que decidiu fazer parte dele? Alguém o incentivou? Quem?

Eu já fazia música desde sempre, desde os cinco anos de idade e a minha professora falou que era uma oportunidade boa para tocar numa orquestra, acabei ficando.

5. A qual núcleo/orquestra pertence e há quanto tempo?

Eu estou na Juvenil desde o início, houve um período de transição em que fui para uma outra orquestra, que hoje é a OCA, mas que antes era como OPE.

6. Qual(is) instrumento(s) você toca?

Quando cheguei no Neojiba eu tocava violino, agora não mais, toco contrabaixo e estou tendo que aprender piano na faculdade.

7. De que forma a educação musical contribui para a sua vida?

Minha mãe me colocou na escola de música por que tem aquela coisa né, criança sozinha em casa não dá certo, taca fogo na casa. Aí para me manter ocupada, a mim e à minha irmã, a gente sempre esteve na escola de música. Minha irmã é mais velha, aí ela entrou antes. Era bom pra mim por que tinha uma atividade extra, que me desligava completamente do colégio e eu tinha contato com outras pessoas de outros lugares. Foi a minha primeira experiência de vida social, podemos dizer assim.

8. Na sua opinião, de que forma o Neojiba influencia na sua vida e na de outros jovens beneficiários? Quais os principais valores ensinados no projeto?

O Neojiba hoje, eu vejo como um aprendizado, um início do que eu quero fazer para a minha vida. Apesar que o foco não é esse, é a parte social, que eu acho muito legal, importante ter essa coisa de multiplicar, de trabalhar com as crianças, acho isso maravilhoso. Talvez no futuro eu volte mais para essa parte da pedagogia, mas por enquanto eu quero ser instrumentista e eu vejo a Juvenil, que é a orquestra em que eu estou, como um lugar para aprender, então eu procuro dar o meu melhor, fazer o que eu posso para fazer um bom trabalho, por que eu quero usar esse conhecimento que estou adquirindo aqui no futuro, seja continuando a tocar em uma orquestra, ou para dar aula, para o que for. Eu aprendo muita coisa aqui no Neojiba, tanto da parte profissional, por que eu comecei a prática de dar aula antes mesmo de entrar na faculdade, então já é uma vivência muito importante, quanto da parte musical e humana também, por que você lida com pessoas e precisa saber sair de certas situações. Lidar com pessoas é muito difícil, então você acaba virando um pouco político, por que você tem que ficar na sua, mas também tem que se impor, mas não pode brigar com ninguém, tem que se dar bem com todo mundo. Se dar bem entre aspas, mas se você está trabalhando com um grupo de pessoas e tem atrito com uma delas, dificulta o trabalho, isso em qualquer lugar, qualquer profissão. Mas acho que aqui, no ambiente orquestral, pelo fato de a gente trabalhar em conjunto para a mesma coisa, quando ocorre um conflito com uma pessoa que está tocando do seu lado, é mais complicado, porque quando você está em um escritório e não gosta da pessoa que está do seu lado, tem uma parede ali que está separando, você está em um lugar, ela está no dela, não importa. Mas aqui como a gente está tocando junto e a gente quer chegar no mesmo objetivo, é bom que você tenha uma boa relação com as pessoas e isso eu aprendi muito aqui, ainda estou aprendendo. Me relacionar bem com as pessoas, aprender coisas para a minha vida profissional mesmo. Se eu tinha alguma dúvida de que queria ser musicista, hoje em dia não tenho mais e graças ao Neojiba, por que se não fosse em 2007, que Ricardo tivesse criado o Neojiba, hoje eu estaria me formando em uma faculdade que não é de música, por que eu não estaria mais na escola de música, pela minha idade. Já estaria em uma faculdade de outra coisa, teria ido por outro caminho. Então o Neojiba foi um passo muito importante para saber o que eu queria da minha vida profissional e não jogar fora todos os anos de escola de música que eu já tinha feito desde pequena.

9. Você recebe auxílio financeiro/bolsa? Qual o valor? O que faz com esse auxílio?

Atualmente eu precisei sair da casa dos meus pais, eles moram aqui em Salvados, mas pelo fato de ter passado na faculdade e tocar contrabaixo, isso é um fator também que pesou muito, por que para você ser contrabaixista é assim, ou você tem carro ou você mora perto do seu trabalho, então como eu não tenho carro, precisei vir morar aqui perto do TCA, por conta de logística mesmo. E esse dinheiro do auxílio, além de pagar o aluguel, as contas, eu guardo uma parte por que estou querendo comprar um instrumento para mim, então sempre junto um dinheirinho. O valor da bolsa é de R\$ 1.200,00, mais transporte.

10. O que poderia melhorar no Neojiba?

Da parte administrativa, acho que comunicação ainda é um pouco turbulenta, há muita burocracia. A informação tem que passar por muitas pessoas e às vezes não chega no destino, ou quando chega já é tarde demais, ou em cima da hora e a pessoa tem alguma programação e tem que mudar por causa de alguma atividade do Neojiba, e isso tudo por que a informação teve que passar por um número x de pessoas até que chegasse nos músicos, acho que isso deveria ser repensado.

11. Alguém mais toca ou já tocou algum instrumento na sua família?

Além de mim e da minha irmã, não. Meu avô tocava pandeiro nas festas de família.

12. Como a sua família se relaciona/envolve com o seu trabalho na orquestra?

Minha mãe é rata de teatro, ela vem para todos os concertos. Acho que as únicas vezes que ela não veio foi quando ela quebrou o pé e ficou três meses com o pé engessado, então esse foi o período que ela não veio. Mas sempre que pode ela vem. Ela gosta. Agora ela vai cantar no coral, consegui convence-la. Meu pai gosta, mas é só espectador. Na verdade, até a parte do apoio ele fica com um pé atrás, por que é aquela coisa, os nossos pais sempre querem que a gente tenha o que eles não tiveram, então ele acha que eu sendo musicista talvez eu passe por dificuldades, que não vou ter uma vida estável. Mas ele gosta e apoia, no sentido de vir assistir e prestigiar. Mas pela vontade dele eu estaria em um concurso público, trabalhando num cargo estadual, alguma coisa assim.

13. Que outras atividades você realiza quando não está no projeto?

Estou na faculdade agora, no primeiro semestre. Eu gostaria muito de fazer alguma coisa, mas é que de manhã tenho aula todos os dias e de tarde às vezes tenho que vir para cá fazer minha monitoria, que é a parte pedagógica e à noite estou praticamente todos os dias tendo ensaio, quando não tem ensaio, temos outra atividade e aí eu estou sempre aqui. O tempo que eu tenho livre aproveito para estudar, pego meu instrumento e fico estudando, senão aqui, na UFBA.

Apêndice D – Entrevista com o beneficiário Rodrigo Reis Silva Santos Silva, integrante da Orquestra Juvenil da Bahia, realizada em 13 de maio de 2015, no Teatro Castro Alves, Salvador, Bahia.

1. Idade?

25 anos.

2. Bairro onde mora?

Moro no Resgate, no Cabula.

3. Como tomou conhecimento do Neojiba?

Eu sou de Maragogipe e quando vim morar em Salvador há seis anos atrás comecei a querer fazer parte do mercado musical daqui e aprender música. Através do Facebook e outras redes sociais, conheci algumas pessoas que eram músicos, inclusive alguns que eram do Neojiba. Em seguida conheci o chefe de naipe e professor de trompete do Neojiba, Elder Passinho, foi como conheci mais sobre o projeto e decidi estudar para entrar.

4. Por que decidiu fazer parte dele? Alguém o incentivou? Quem?

Ser músico pra mim era um compromisso que eu tinha com a palavra do meu avô, que sempre quis que eu fosse músico e militar. Esse se tornou o meu sonho, ser músico e poder levar o conhecimento musical para a minha cidade é o que mais quero, então o meio que eu encontrei aqui em Salvador para chegar a isso foi o Neojiba e depois, a partir do Neojiba eu fui incentivado pelo projeto, pelo diretor do projeto a fazer o nível superior, todos aqui são incentivados nas conversas que a gente tem, nas reuniões, e aí fiz o vestibular e hoje sou estudante da UFBA. Estou cursando bacharelado no instrumento.

5. Há quanto tempo está no Neojiba e a qual núcleo/orquestra pertence?

São quase dois anos. No início eu fiz algumas audições e não passei, mas aí chegou uma em que passei e consegui integrar a Orquestra Castro Alves no ano de 2013. No final de 2013 para o início de 2014 eu fui para a Juvenil, a orquestra principal.

6. Qual(is) instrumento(s) você toca? Onde aprendeu?

Eu toco trompete, não tenho coragem de sair do meu trompete para outro instrumento. Comecei a aprender no meu interior, em Maragogipe, na Filarmônica 2 de Julho, à qual pretendo voltar para levar o conhecimento que adquiro aqui. Eles tinham lançado um projeto que convidava os meninos nas escolas para aprender música. No início eu estava meio travado, mas como eu tinha essa coisa de música na minha família, nasci escutando dobrados e marchas, hinos militares, escutei muita música de baile pelo meu avô, acabei tomando gosto e comecei a estudar e estudar, em questão de um ano eu estava tocando na banda. Depois fui para outra fanfarra, de pessoas adultas, que era a fanfarra da cidade, a Banda Marcial Odilardo Uzêda Rodrigues, o nome é uma homenagem a um grande professor lá de Amélia Rodrigues. Mas eu comecei a aprender música aos nove anos, em uma escola que estudei no interior,

Escolinha Perseverança, e lá tinha uma bandinha que eles chamavam de Bandinha Mirim e aí me apresentaram a essa banda e eu me encantei. Acho que desde a barriga da minha mãe eu já tinha que ser músico. Aí comecei tocando a cornetinha em si bemol, e por aí vai, passei para um instrumento maior que chama cornetão, depois prato, bumbo, caixa, mas meu negócio era o bocal, a corneta, que tem uma ligação com o trompete. Quando a minha família decidiu me trazer para Salvador eu tinha 19 anos. Aí eu fui servir ao Exército e o que foi que me segurou no Exército? Tocar trompete. Servi por um ano, fiquei um tempo longe do meu trompete, porque tive que ir trabalhar na área de fisioterapia. Depois eu comecei a ter aula de trompa na UFBA, tive uma passagem pela Oficina de Frevos e Dobrados, fiz parte da Orquestra Jovem Brasileira de São Salvador e toquei também na Orquestra Fred Dantas. Voltei a ter aula de trompete no Colégio Manuel Novais, com um professor chamado Wellington das Mercês, foi quando comecei o estudo concreto do instrumento, com esse professor que é trompetista formado. Posteriormente a tudo isso, vim fazer prova no Neojiba. Na época eu estava despreparado para o que eles exigiam e acabei não passando na audição. Mas foi uma boa experiência para mim, ter feito algumas audições e não ter passado, foi um incentivo para estudar mais um pouquinho. Foi daí que veio o meu aprendizado musical, a estrutura que me mantém até aqui e me impulsiona a outras coisas.

7. De que forma a educação musical contribui para a sua vida?

Essa é a melhor de todas as coisas, por que estudar pra mim sempre foi um problema, eu não gostava de estudar, de ir à escola, então quando eu quis ser músico e consegui entrar na Filarmônica da UFBA, eu já tinha 20 anos, por aí. Os meus colegas estavam terminando o bacharelado, fazendo projeto de mestrado, o outro estava viajando pra França por que tinha conseguido um emprego na época. Aí eu pensava: “pô, eu não tenho nem o nível médio? Eu vou correr atrás disso, preciso mudar de posição.” Aquilo não era o que eu queria. Até então eu não estudava e quando tive contato direto com a música e comecei a trabalhar com isso, vim ver o que era a música de verdade, por que eu tinha uma ideia completamente diferente do que era. Eu dizia pra minha avó, que para ser músico era só chegar, sentar e tocar. Só depois percebi que não dava para ser um músico se não estudasse, então fui estudar. Mas precisava de dinheiro, por que já tinha 20 anos tinha acabado de sair do Exército, estava desempregado, morava na casa dos meus padrinhos de favor. Imagine pra família, você com 20 anos dizer que não iria fazer outra coisa que não música? E não ganhava um centavo com isso. Aí eu tive que me virar, e qual era a melhor saída? Estudar, estudar e estudar, além do trompete. Como não tinha mais tempo de ir todos os dias à escola, por que também fui me dedicar mais ao meu trompete, comecei a fazer o Tempo de Aprender, junto com o CPA, em mais ou menos um ano e seis meses eu concluí. Depois eu consegui fazer o ENEM, passei e fui fazer a segunda fase da UFBA, com os conhecimentos do Neojiba e a bagagem que encontrei na rua e nas escolas que fiz. A música trouxe tudo pra mim, acho que se não fosse a música eu ainda estaria por aí, sem estudar, sem fazer nada.

8. Na sua opinião, de que forma o Neojiba influencia na sua vida e na de outros jovens beneficiários? Quais os principais valores ensinados no projeto?

O Neojiba na minha vida é uma forma de alcançar o meu objetivo, porque eu sempre quis ser músico de orquestra. Mas a cada dia que passa, o nosso mercado orquestral se encontra mais difícil, a cada ano se formam mais pessoas, as pessoas estão mais qualificadas e o Neojiba ele me dá uma prática orquestral, aqui eu tenho contato com a música de orquestra, as músicas que são tocadas nas grandes orquestras, então eu sinto que o Neojiba me prepara pra isso. Aqui eu tive a oportunidade de ir para a sala de aula, o que me possibilitou formatar na minha cabeça o meu conhecimento teórico. Minha primeira prática, além da orquestra, foi dar aula

de teoria no Bairro da Paz, para um Núcleo que o Neojiba tem lá no Bairro. Foi o meu primeiro contato, então eu era obrigado a estudar para dar aula de teoria para os meninos, com muito prazer e muito carinho, e isso me levou a ser melhor no que faço e hoje eu tenho oportunidade de falar do meu instrumento para outras pessoas. No Núcleo de Feira de Santana tem jovens daquela região de Irará, Serrinha e lá eu tenho alunos que já leem e têm uma desenvoltura no instrumento. Eles passaram de alunos para colegas, lá a gente troca experiência. Eu aprendo aqui e ensino pra ele lá e essa ligação é um grande benefício que o Neojiba traz pra gente.

9. Você recebe auxílio financeiro/bolsa? Qual o valor? O que faz com esse auxílio?

Atualmente eu recebo, junto com o transporte, em torno de R\$ 810,00. Depois que passei a receber esse auxílio, eu comecei a poder fazer outras coisas na minha vida que não conseguia antes, como um investimento no meu instrumento. Você chega a um determinado nível em que você precisa ter um instrumento bom. Hoje eu tenho um instrumento muito bom, top de linha, por que eu consegui fazer minhas economias através desse auxílio. Hoje eu já sou quase pai de família e moro com minha namorada, ele não é um salário, mas já me ajuda na minha vida financeira, no meu crescimento musical, no meu estoque de material que eu preciso para estudar. É isso que eu tenho feito com esse auxílio que eu recebo do Neojiba, investimento nos meus materiais de estudo, métodos, partituras, bocais, materiais de limpeza.

10. Tem perspectiva de seguir carreira musical, dentro ou fora do Neojiba?

Sim, tenho perspectiva de seguir. A princípio dentro de Neojiba, sabendo que com mais ou menos tempo eu vou ter que ir procurar o meu caminho, mas no Neojiba, ao nível que nós temos hoje aqui que na Juvenil, eu sinto que estou tocando em uma orquestra profissional. Então eu pretendo seguir carreira, com essa base e chegar com essa base pronto para encarar o mercado de trabalho.

11. O que poderia melhorar no Neojiba?

O Neojiba é um projeto muito grande, é muito complicado eu te falar especificamente sobre o que precisaria melhorar. Sempre falta algo, mas nós sabemos que ele ainda é um projeto muito recente, tem só sete anos e à medida que o tempo passa eu vejo as coisas sendo formatadas aqui dentro de uma maneira muito eficiente. Mas não tenho nada que possa apontar.

12. Alguém mais toca ou já tocou algum instrumento na sua família?

Meu avô era baterista, ele tocava nos bailes lá da minha cidade e da região. Meu tataravô era tubista da Filarmônica onde eu aprendi a tocar trompete e essa Filarmônica foi muito influente na vida da minha família, onde ele ficou até o período em que estava perto de morrer. Ele tocava por amor. Então nós temos uma família que tem esse lado musical.

13. Como a sua família se relaciona/envolve com o seu trabalho na orquestra?

Infelizmente muito pouco. Mas acho que as poucas vezes que vieram, eles devem ter ficado orgulhosos e surpresos. Eu briguei com todo mundo quando decidi ser músico, quem me

assumi foi minha mãe e minha avó, que sempre me apoiaram. Minha avó investiu em mim, houve tempo em que ela precisou me ajudar financeiramente, ela conseguiu alugar uma casa pra mim, passei a morar sozinho e estudar música. Quanto ao resto da família, dizia que não podia ser músico. Mas eu decidi que seria e acabou.

14. Que outras atividades você realiza quando não está no projeto?

Eu estou no primeiro semestre na faculdade e além do Neojiba, tenho um projeto com minha namorada, que se chama Música e Poesia. Ela é poetiza, formada em Letras, então em casa a gente conversa muito sobre música, e um certo dia, brincando, eu peguei uma valsa de Pixinguinha, chamada Rosa e comecei a tocar a melodia e ela começou a recitar a letra da música e a gente conseguiu fazer uma coisa interessante. Então, a partir das poesias dela, nós começamos a pensar em fazer um trabalho e levar ao palco. Às vezes quando tenho tempo disponível toco em uma outra orquestra de música popular, faço casamento, o que me ajuda também financeiramente. Eu tenho alunos particulares também para ajudar na minha renda.